



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

PARQUES URBANOS: A NATUREZA NA CIDADE

-Uma análise da percepção dos atores urbanos-

Luciene de Jesus Maciel da Silva

Orientadora: Dr. Ione Egler

Brasília/DF, outubro de 2003.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

PARQUES URBANOS: A NATUREZA NA CIDADE

-Uma análise da percepção dos atores urbanos-

LUCIENE DE JESUS MACIEL DA SILVA

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Gestão e Política Ambiental, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Prof. Dr. Ione Egler (CDS-UNB)
(ORIENTADOR)

Profª. Drª. _____
Neli Aparecida de Mello (CDS-UNB)
(EXAMINADORA INTERNA)

Prof. Dr. _____
Nelba de Azevedo Penna (GEA-UNB)
(EXAMINADOR EXTERNO)

Brasília/DF, outubro de 2003.

XXXX

SILVA, LUCIENE DE J. M. DA.

Parques Urbanos: A Natureza na Cidade -uma análise da percepção dos atores urbanos. UnB-CDS, Mestre, Gestão e Política Ambiental, 2003.

Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

1. Parques Urbanos

2. Percepção

3. Atores Urbanos

4. Espaço Urbano

CDU

É concedida à Universidade de Brasília e à Universidade do Amazonas permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da mesma.

Luciene de Jesus Maciel da Silva

*A minha Mãe por me ter ensinado a aprender com os erros e a lutar
pelos meus sonhos.*

*Ao Ricardo por sempre estar ao meu lado incentivando, dando
equilíbrio e sensatez.*

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram responsáveis na elaboração dessa dissertação. Por isso, eu gostaria de agradecer:

A professora Ione Egler, pelos importantes e decisivos ensinamentos.

As amigas Alice, Eliana e Cecília pelas reflexões sobre o tema e pela disponibilidade em operacionalizar essa pesquisa.

Por outro lado, essa pesquisa não seria possível sem:

A confiança do meu eterno professor e mestre Mário Diniz, que forneceu os elementos para eu entender o mundo acadêmico.

Os ensinamentos dos professores do Centro de Desenvolvimento Sustentável responsáveis em fornecer reflexões e direcionamento a essa pesquisa.

A disponibilidade e paciência dos entrevistados em fornecer informações.

O apoio e dedicação dos amigos da turma do mestrado: Núbia; Alessandra; Fábio, Ivan, Sílvia e Pamora.

O apoio dos funcionários do CDS

RESUMO

Parques urbanos têm sido criados em todo o mundo desde o século XVIII, com objetivos de amenizar os problemas sociais e ambientais citadinos gerados pelo crescimento urbano desordenado. Esses espaços urbanos adquiriram vários significados ao longo de sua existência - entre eles espaço de conflitos, conservação e lazer - alguns dos quais permitiram tanto a disseminação, quanto a inviabilização desse uso para compor o mosaico urbano. No Brasil a criação de Parques foi iniciada no século XIX, com vinda da família Real portuguesa para o Rio de Janeiro. Por isso, muitos parques urbanos brasileiros se inspiraram no estilo europeu na sua concepção; contudo, com o passar dos anos outros estilos de construir parques foram concebidos por arquitetos brasileiros.

Muitas vezes, os parques urbanos são criados e não são implementados, uma vez que, em algumas situações, na configuração do mosaico urbano, os parques não são percebidos pelos atores urbanos como um uso prioritário. Isso por que o espaço urbano, recurso cada vez mais escasso, tornou-se campo de disputa de atores urbanos - Estado, atores privados e comunidade local - que buscam, por meio de suas percepções, atender suas necessidades, motivações e interesses no processo de ocupação do espaço urbano. Como resultado tem-se, na configuração do mosaico urbano, alguns usos urbanos - residencial, comercial, industrial e de proteção especial - que não são considerados como viáveis pelos arranjos de ocupação do espaço urbano estruturados pelos atores urbanos.

Este estudo buscou, então, compreender o papel da percepção dos atores urbanos que comprometem a implementação de um uso urbano de proteção especial - parque urbano. Assim, o desenvolvimento desse estudo demandou a seleção de um estudo de caso que foi o Parque Urbano e Vivencial do Gama, que se localiza na Região Administrativa do Gama no Distrito Federal. Uma série de entrevistas foram realizadas para obter informações sobre a percepção dos atores urbanos - o Administrador da Cidade do Gama, o Legislador, os Executores e, principalmente, os moradores do entorno - que são responsáveis pelas decisões e atitudes relativas à criação e implementação do PUVG.

Esta pesquisa permitiu identificar as duas principais razões que comprometem a implementação do PUVG. A primeira é a percepção predominante de atores institucionais de que o parque urbano é um espaço de conflito, e conseqüentemente, qualquer ação decisiva para a implementação do PUVG pode desagradar eleitores, em particular aqueles que residem dentro do parque. A segunda está relacionada à descrença da comunidade local da importância de seu papel, como indivíduos e como coletividade, na implementação do PUVG, muitos dos quais se beneficiam do parque para atividades de lazer.

ABSTRACT

Urban parks have been established around the world since XVIII century in order to alleviate environmental and social problems stemmed from hectic urban growth. Through the times urban parks have acquired diverse significance - e.g. a site for conservation, a pitch for leisure, an arena of conflicts, amongst others - some of them have fostered the ideal of urban parks, while others have hindered the insertion of such land use in the composite of urban mosaics. Many Brazilian urban parks resemble European ones, for they were first put into service by the Portuguese Royal Family in the end of XIX century. However, as Brazilian architects had become in charge of tailoring different park styles in the country they have gradually attained a more native trace.

Because urban space is currently a scant resource and social actors hold different perceptions, motivations, needs, and interests, there is often a state of dispute amongst social actors, mainly representatives of the State, the private sector and of city dwellers, when decision leading to urban land use have to be taken. The outcome of the agency of such diverse social actors in the structuration and implementation process of urban mosaics has usually privileged residential, commercial and industrial uses. In such scenario, decisions to set aside land sites for special protection have not been considered as priorities in many urban plans, for they collide with other urgent needs of the population. In other words, planned urban parks very often are either poorly put into practice or even not implemented at all.

The present research aimed to understand the role urban actors' perceptions play in the creation and implementation of urban parks. This research was carried out in a selected site, the Urban Neighborly Park of Gama - PUVG, settled at Gama Administrative Region in the Federal District, which functioned as a case study. A series of interviews with main social actors - Gama's mayor, members of the county legislative body and of executive agencies, as well as local dwellers at the vicinity of PUVG - were developed to get information on why, who and how decisions regarding the creation and implementation of PUVG were taken or not taken.

This research discloses two main reasons for the poor implementation of PUVG. The first is the prevailing perception of executive and legislative representatives, who realize that the park is an arena of conflict; therefore, any bold action towards its implementation can disappoint part of their constituency - specially those living inside the park. The second reason is the lack of awareness of local dwellers regarding with their individual and collective roles in the implementation of the park, although many of them frequently benefit from it.

SUMÁRIO

| | |
|---|------|
| LISTA DE FIGURAS..... | X |
| LISTA DE QUADROS | XI |
| LISTA DE MAPAS..... | XII |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... | XIII |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESES..... | 4 |
| UNIVERSO DA PESQUISA | 4 |
| METODOLOGIA | 6 |
| 1. FUNDAMENTOS DA PERCEPÇÃO..... | 9 |
| 1.1 COMO NÓS PERCEBEMOS..... | 11 |
| 1.2 PRINCIPAIS MECANISMOS DO PROCESSO PERCEPTIVO..... | 13 |
| 1.2.1 <i>A motivação</i> | 13 |
| 1.2.2 <i>A cognição</i> | 15 |
| 1.2.3 <i>As atitudes</i> | 16 |
| 1.3 CARACTERÍSTICAS DA PERCEPÇÃO | 16 |
| 1.4 O ESTUDO DA PERCEPÇÃO VOLTADO AO PLANEJAMENTO URBANO..... | 18 |
| 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O URBANO | 22 |
| 2.2 IMPORTANTE FENÔMENO SOCIAL..... | 28 |
| 2.3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO..... | 31 |
| 2.4 USO DO SOLO URBANO: RELAÇÕES ENTRE ATORES E CONFLITOS..... | 33 |
| 2.4.1 <i>O Estado</i> | 35 |
| 2.4.2 <i>Os agentes privados</i> | 37 |
| 3. PARQUES URBANOS: HISTÓRIA, CONCEPÇÃO E POLÍTICA..... | 42 |
| 3.1 SURGIMENTO DAS IDÉIAS DE ÁREAS VERDES NO ESPAÇO URBANO | 43 |
| 3.2 O ESTILO BRASILEIRO..... | 46 |
| 3.3 SIGNIFICADO E FUNÇÕES DOS PARQUES..... | 48 |
| 3.3.1 <i>Parques como metáfora da natureza</i> | 49 |
| 3.3.2 <i>Espaço de socialização e formação de uma consciência ambiental</i> | 50 |
| 3.3.4 <i>Espaço de conflitos e mercantilização</i> | 52 |
| 3.4 ESPAÇOS VERDES SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS | 53 |

| | |
|--|------------|
| 4. ATORES E CONFLITO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE URBANO E VIVENCIAL DO GAMA..... | 57 |
| 4.1 APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS LIVRES NO DF..... | 58 |
| 4.2 POLÍTICA DE PARQUES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL..... | 61 |
| CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES..... | 77 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 80 |
| ANEXOS..... | 86 |
| ANEXO I - ENTREVISTAS..... | 87 |
| ANEXO II - QUESTIONÁRIO..... | 96 |
| ANEXO III -PARQUES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL..... | 98 |
| ANEXO IV - SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DESTINANA Á CRIAÇÃO DO PARQUE URBANO E VIVENCIAL DO GAMA..... | 101 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 01 – ESQUEMA TEÓRICO DO PROCESSO PERCEPTIVO | 12 |
| FIGURA 02 – ÍCONES COSMOLÓGICOS | 44 |
| FIGURA 03 – ESTILO BRASILEIRO | 47 |
| FIGURA 04 – SIGNIFICADOS DE PARQUES URBANOS..... | 48 |
| FIGURA 06 – PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR | 55 |
| FIGURA 07 – RESPONSÁVEIS PELA ÁREA, NA OPINIÃO DOS MORADORES..... | 71 |
| FIGURA 08 – MORADORES QUE ESCOLHERAM OUTROS USOS E CONCORDAM COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PUVG | 72 |
| FIGURA 10 –MORADORES QUE CONCORDAM OU DESCORDAM COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PUVG..... | 74 |
| FIGURA 12 – PERCEPÇÕES DOS ATORES SOBRE A ÁREA DESTINADA AO PUVG | 76 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 01– ATORES QUE PARTICIPARAM NO PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PUVG..... | 7 |
| QUADRO 02 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS CIDADES | 25 |
| QUADRO 03 – ESTRUTURA INTERNA DA CIDADE: ABORDAGENS ANALÍTICAS ALTERNATIVAS | 32 |

LISTA DE MAPAS

CARTOGRAMA 01 – ÁREA DESTINADA AO PUVG.....8

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|---|
| APA | - Área de Proteção Ambiental |
| ASSMSN | - Associação dos Moradores do Setor Norte |
| CAESB | - Companhia de Água e Esgoto de Brasília |
| COMPARQUES | - Comissão de Parques do DF |
| DF | - Distrito Federal |
| EUA | - Estados Unidos da América |
| GDF | - Governo do Distrito Federal |
| IPHAN | - Instituto do Patrimônio Habitacional Nacional |
| MPDFT | - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios |
| ONU | - Organização das Nações Unidas |
| PUVG | - Parque Urbano e Vivencial do Gama |
| SEMARH | - Secretaria de Meio ambiente e Recursos Hídricos do DF |
| SPSS | - Statistical Program Social Science |
| UNESCO | - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem se tornado cada vez mais urbana. Nos últimos três séculos os habitantes das cidades têm procurado manter a satisfação emocional e inata de uma relação entre indivíduos e ambiente, estabelecida no curso da evolução humana, por meio da criação de espaços verdes.

Os espaços verdes contidos no meio citadino tinham, principalmente, um objetivo estético e artístico, haja vista terem sido concebidos pela classe burguesa do século XVIII, pois possuía os meios artísticos e estéticos necessários para investir no embelezamento das cidades. Entretanto, só recentemente, na segunda metade do século XX, tais espaços foram reconhecidos como áreas de extrema importância para a manutenção da qualidade de vida no meio urbano, pois as áreas verdes podem oferecer aos habitantes urbanos o sentimento de bem estar, satisfação e felicidade no cotidiano, além disso, tais áreas oferecem oportunidades de lazer.- indicador social utilizado para se mensurar qualidade de vida. (SOUZA, 1984).

Por isso no cenário urbano, na metade do século XIX, as áreas verdes se tornaram tão necessárias, uma vez que a cidade tornou-se o lócus da vida social moderna dois fenômenos, que comprometeram a qualidade de vida urbana, se fizeram presentes. O primeiro foi à concentração da população mundial nos centros urbanos, o que levou à depleção da base dos recursos naturais. O segundo foi o surgimento de valores voltados à acumulação de capital e à busca de status social e econômico, base da sociedade capitalista, que contribuíra para fragilizar e tornar conflituosa as relações sociais urbanas.

Atualmente, algo em torno de 80% da população mundial vive nas cidades. RABINOVICK (2000) afirma que se vive no século mais urbanizado da história da humanidade. Esse fato favoreceu, o surgimento de alguns problemas ambientais nos centros urbanos como a escassez de água, a erosão do solo, a poluição sonora e do ar e outros. Os espaços verdes poderiam minimizar os problemas ambientais, pois seriam espaços responsáveis pela manutenção de nascentes, assim como da flora e fauna que são componentes importantes para o funcionamento dos ecossistemas locais.

No que diz respeito às novas relações sociais no meio urbano, THOMAS (2001) relata que a vida nas cidades fez os laços de convivência mais conflituosos e sujeitos a intrigas e disputas, o que ocasionou uma fragilização nos laços sociais. Os cidadãos desenvolveram síndromes e

doenças ocasionadas pelo excesso de trabalho e reduzida convivência social. BROUWNE & WHITAKER (1973) argumentam em favor da importância das áreas verdes para melhorar a convivências dos cidadãos, tal espaço seria destinado a caminhadas, encontro das pessoas, contato com ar limpo e rompimento com a rotina de trabalho ocasionando, assim, uma melhoria na saúde física e mental dos cidadãos. Portanto, para RIBEIRO (2000) essas funções dos espaços verdes contribuiriam para a sustentabilidade urbana, pois geraria o melhoramento social e ambiental na cidade.

O espaço urbano é composto por uma gama de variações de usos, entre eles habitacionais, comerciais, industriais, recreativos e outros. Mesmo diante de tantos benefícios ambientais e sociais, os espaços verdes não têm sido um uso prioritário no espaço urbano. A escolha por um tipo de uso vai depender de aspectos como: prioridades de políticas de zoneamento urbano, especulação imobiliária, ações pontuais de atores urbanos, entre outros.

As escolhas por um tipo de uso envolvem atores ou grupos que atuam na composição do espaço por meio de ações. Dentre esses atores estão o Estado, a comunidade local ou de moradores, e os agentes privados que consomem o espaço para sua reprodução enquanto grupo. Esses atores atuam na composição do espaço urbano segundo suas percepções e utilizam estratégias para definir o mosaico urbano mais apropriado aos seus interesses (CORRÊA, 1995).

É nesse contexto de conflitos e percepções diferenciadas que os espaços verdes urbanos podem ser viabilizados ou inviabilizados. GRANZ (1982) observou que entre o período de criação e implantação os espaços verdes podem ser ameaçados por outros usos que sejam economicamente mais rentáveis como industriais, comerciais ou residenciais.

Para MORAES (2001) na legislação brasileira o papel de definir e de implementar as áreas verdes é do Estado; à comunidade cabe o papel de utilizar, e, numa concepção mais moderna, participar também da gestão. Entretanto, as áreas verdes urbanas no Brasil encontram-se em processo de degradação, ocasionada pela ineficiência na gestão destas áreas.

DIEGUES (1993) cita algumas razões para o fenômeno da degradação de áreas protegidas. Entre essas razões, está a questão das políticas conservacionistas não consideraram as opiniões da comunidade local na definição e implementação de áreas protegidas, o que acaba por ocasionar conflitos nessas áreas. Tais conflitos contribuem para a deteriorização física da área; a não

aceitação do empreendimento por parte da comunidade local; o mau relacionamento entre essas comunidades e autoridades públicas; o surgimento de invasões que degradam os recursos ambientais; e, por fim, a mudança de destinação de uso.

Como forma de atenuar os conflitos entre os atores no processo de criação, implementação e gestão de áreas protegidas no meio urbano, a UNESCO –Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (1985), propõe considerar as percepções da comunidade como subsídio para as políticas de conservação, seja no meio rural ou urbano.

Dessa forma:

É possível que cada um dos grupos envolvidos no processo de definição de áreas de preservação expressem simultaneamente percepções diferentes, no que diz respeito a uma zona conhecida e estas diferenças sejam a origem de comportamentos que podem conduzir a conflitos, por exemplo, entre uma população residente - autóctone e o governo do país. O exame dos modos das percepções desses grupos pode levar ao conhecimento de programas de gestão estabelecidos para estas zonas e permitir notadamente introduzir possíveis correções. Este mesmo exame pode em particular promover novos estudos analisando a proteção da natureza melhor adaptada às necessidades culturais locais (UNESCO, 1985:11).

O enfoque teórico desta dissertação está alicerçado no estudo da percepção, que é um elemento essencial para examinar os pontos de conflitos entre os atores. A percepção é aqui considerada como o modo pelo qual o homem sente e compreende o mundo, por intermédio de seus sentidos e de seu sistema cognitivo. A percepção é composta por atributos específicos, quais sejam, interesses, necessidades, culturais e outros (DEL RIO, 1996).

Ao considerar que os espaços verdes do meio urbano são de extrema importância para a qualidade de vida, e que esses são constantemente ameaçados, estabeleceu-se como objetivo geral, deste estudo, compreender os atributos da percepção – interesses, necessidades e motivação-de atores urbanos que comprometem a implementação de um uso urbano de proteção especial.

Como forma de operacionalizar este estudo foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- 1.1) Determinar as percepções dos atores-Estado e comunidade local - que comprometem a implementação de um parque urbano,
- 1.2) Determinar as ações e as decisões que geram a degradação da área destinada ao Parque Urbano e Vivencial do Gama.

PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESES

O problema de pesquisa é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve buscar uma solução (LAKATOS & MARCONI, 1991). De fato, no que diz respeito a áreas protegidas, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais, a criação dessas áreas são reconhecidas como importante na conservação de recursos naturais (água, solo, relevo, biodiversidade, vegetação nativa, e outros), no entanto, na criação dessas áreas ocorrem problemas de ordem prática como degradação gerada pelo abandono e invasões, expulsão de comunidades locais, conflito de relacionamentos entre a proteção especial e comunidades locais, dentre outros. Diante desses problemas, pareceu-nos oportuno compreender o seguinte problema de pesquisa:

1) Em que medida a percepção de uso de proteção especial dos atores urbanos contribui para dificultar a implementação desse uso para compor o mosaico urbano?

Como forma de responder os problemas de pesquisa duas hipóteses centrais foram traçadas, conforme se pode verificar a seguir.

H1: Se as comunidades locais, que desfrutará diretamente dos benefícios de um uso de proteção especial, não reconhece o seu papel na implementação de um uso urbano de proteção especial, então ela tem dificuldade de reconhecer a importância desse empreendimento para compor o mosaico de uso do seu espaço urbano.

H2: Se o uso urbano de proteção especial é percebido como conflitativo pelos atores institucionais, então a implementação do parque sofre distorção do objetivo inicialmente estabelecido em lei.

UNIVERSO DA PESQUISA

A história de criação de áreas protegidas é marcada por situações de conflitos dos mais variados (DIEGUES, opcit). As realidades desses conflitos são diferenciadas em cada localidade do país, isso por que, os conflitos estão relacionados às características da comunidade do entorno; aos

arranjos políticos no processo de criação, implementação e gestão; e, às condições de desapropriação. Por isso, este estudo buscou identificar as percepções de atores urbanos que geram conflitos em uma unidade de conservação no meio urbano – parque urbano, por meio de um estudo de caso.

O Parque Urbano e Vivencial do Gama, criado pela Lei nº 1.959/98, com uma área aproximadamente de 580.000 m², localiza-se na Região Administrativa do Gama no Distrito Federal, foi escolhido como estudo de caso desta pesquisa. Tal escolha se deu por dois motivos, a saber: o primeiro, está relacionado à situação geral da área destinada ao parque, pareceu-nos oportuno compreender, por meio do estudo da percepção dos atores urbanos, os mecanismos e os conflitos que contribuem para inviabilizam a implementação de um parque urbano com potencial¹ paisagístico, ambiental e social; em segundo lugar, e dada à realidade de degradação da área, a escolha desse estudo de caso possibilitou-me viabilizar instrumentalmente essa pesquisa, já que participo da realidade socioeconômica e cultural como moradora e gostaria de como pesquisadora participante identificar possíveis ações que pudessem melhorar a qualidade de vida da cidade.

Dessa maneira, este estudo está estruturado nos seguintes capítulos:

Capítulo 1 – Tem como principal objetivo propor um apanhado teórico sobre como se estrutura a percepção nos indivíduos e nos grupos sociais. Fornecendo suas principais características e sua aplicação no conhecimento da organização e das práticas sociais no meio urbano.

Capítulo 2 – Tem como objetivo central tratar a necessidade das áreas verdes na resolução dos problemas urbanos e, por outro lado, demonstrar que os benefícios das áreas verdes, no meio urbano, podem ser inviáveis para alguns atores urbanos que buscam se reproduzir como grupo.

Capítulo 3 – Trata especificamente do uso urbano de proteção especial, enfocando o momento que reforçou o seu surgimento, a sua história, em especial, o que os parques urbanos despertam nos atores urbanos. Dessa maneira, buscou-se, na política de zoneamento urbano brasileiro, compreender como e quando os atores agem para manter ou inviabilizar tal uso.

¹ As potencialidades da área serão descritas no capítulo 04.

Capítulo 4 – Trata de uma situação específica ou um estudo de caso no qual buscou-se compreender os atributos perceptivos como cognições, necessidades e interesses, que fazem com que atores urbanos comprometam a implementação de um uso urbano de proteção especial. A investigação centrou-se na área destinada ao Parque Urbano e Vivência do Gama e nos atores responsáveis pela sua implementação.

METODOLOGIA

A metodologia científica é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite ao pesquisador alcançar objetivos, determinar o caminho a ser seguido, testar teorias, identificar erros e propor soluções. As atividades que norteiam a pesquisa científica devem ser determinadas por meio da escolha do método que são as estratégias de pesquisa, e cabe ao pesquisador diante do seu problema de pesquisa determinar o método mais adequado (LAKASTOS & MARCONI, *opcit*).

Por isso, a estratégia de investigação utilizada, nesta pesquisa, foi à determinação de um estudo de caso. Na verdade, o estudo de caso tem o papel de examinar um fenômeno no seu estado natural, empregando múltiplos métodos de tratamento de dados-qualitativos e quantitativos - sobre uma ou algumas entidades (pessoas, grupos, organizações ou fenômenos).

Para YIN (2001) o estudo de caso adequar-se, particularmente, a investigação de fenômenos muitos abrangentes que dificultam o tratamento científico. Assim, por exemplo, os problemas de implementação de áreas protegidas no Brasil necessitariam de muitos esforços e tempo. Portanto, o estudo de caso permite caracterizar contextos específicos e nortear outros estudos em contextos diferenciados.

Esta pesquisa visou estruturar a percepção dos envolvidos na determinação de um uso, no meio urbano, analisando o contexto do Parque Urbano e Vivencial do Gama. Para isso, em primeiro lugar os critérios utilizados para a escolha dos atores que influenciavam na implementação do PUVG foram: os atores que possuíam capacidade de influenciar na tomada de decisões; e, atores que sofrem os impactos negativos advindos da não implementação do PUVG. Por isso, apenas considerou-se quatro atores institucionais, um institucionalizado e um não institucionalizado. O Quadro 01 define esses atores envolvidos no processo de criação e que contribuíam para viabilizar ou inviabilizar o processo de implementação do PUVG.

QUADRO 01– ATORES QUE PARTICIPARAM NO PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PUVG.

| TIPO DO ATOR | ATORES DO PUVG |
|----------------------------|---|
| Institucional | Legislador - Deputado César Lacerda |
| | Executivo 1 – Representante da Comissão de Parques do DF* |
| | Executivo 2- Técnico da SEMARH |
| | Executivo 3- Administração do Gama |
| Institucionalizado | Associação de Moradores do Setor Norte |
| Não ligados a instituições | Moradores do entorno á área destinada ao PUVG. |

Como forma de operacionalizar a investigação da percepção dos atores na determinação do uso PUVG e os mecanismos que inviabilizavam sua implementação no espaço urbano do Gama determinaram-se dois níveis de investigação:

(1) No primeiro nível, interessou compreender o processo político de escolha do PUVG para a área entre as quadras 01 e 02 do Setor Norte do Gama, de modo a definir: os mecanismos de inserção da comunidade em tal processo; a importância em manter o uso PUVG na área; e os mecanismos da percepção dos atores-motivações e interesses-que inviabilizavam a implementação do PUVG.

O foco central desse primeiro nível de investigação centrou-se na análise dos discursos dos atores institucionais: o deputado que criou a lei, a associação de moradores do Gama, e os técnicos do poder executivo envolvidos no processo de criação e implementação do PUVG. Tais atores definiram o zoneamento da cidade e são responsáveis pela destinação de recursos legais, financeiros e logísticos necessários para a implementação do PUVG.

A abordagem qualitativa norteou a coleta de dados desses atores. O discurso dos diferentes depoentes foi colhido por meio de entrevistas² semi-estruturadas, utilizando-se gravação magnética com transcrição literal de fitas. Para organizar os dados, foi utilizada a figura metodológica denominada expressão-chave, proposta por TEIXEIRA (2000), que é constituída por transcrições literais de partes dos depoimentos, com o objetivo de resgatar as informações relevantes do conteúdo discursivo dos depoentes.

² Anexo I

(2) No segundo nível de investigação, buscou-se esclarecer: (1) os elementos da percepção - interesses, motivação e necessidades - da comunidade do entorno do PUVG que inviabilizam a implementação da categoria de manejo deste parque no mosaico do espaço urbano do Gama; (2) o grau de informações da comunidade sobre o grau de sensibilidade ambiental da área; (3) o nível de esclarecimento da comunidade sobre o seu papel no processo de implementação do PUVG. Como forma de definir esses parâmetros utilizou-se a aplicação de questionários na comunidade do entorno que foi estruturado em duas partes:

a) A primeira parte, pedia ao morador que definisse os principais problemas do terreno baldio, de quem era a responsabilidade em resolver tais problemas próximos às residências, e se ele (morador) pudesse escolher um uso, qual seria o mais adequado para a área baldia.

b) A segunda parte, tentou-se observar se os moradores concordariam com a implementação do PUVG e a relação dessa escolha com as informações que o morador possuía sobre a sensibilidade ambiental e os benefícios sociais que a implementação do PUVG poderia trazer à comunidade do Gama.


Ao todo, foram aplicados 60 questionários³, buscando amostrar aproximadamente 10% do total de casos presentes no entorno do PUVG distribuídos de acordo com as faces habitadas do parque da seguinte forma: 20 questionários foram ministrados junto aos moradores residentes na Quadra 01 do Setor Norte; outros 20 questionários foram aplicados nos moradores residentes na Quadra 02 do Setor Norte; e mais 20 questionários foram ministrados nos moradores residentes nas Quadras 04, 06 e 07 do Setor Oeste. O Cartograma 01 localiza a área de aplicação dos questionários no entorno do PUVG.

CARTOGRAMA 01 – ÁREA DESTINADA AO PUVG

³ Anexo II.



Fonte: IPDF, 1996.

Legenda :  Área em que foram aplicados os questionários.

Os resultados dos questionários aplicados nos moradores do entorno foram estatisticamente trabalhados por meio do *software* denominado SPSS.⁴ Por outro lado, a técnica de expressões-chave, anteriormente proposta, também foi utilizada para elucidar algumas questões abertas que compunham o questionário e que serviu para qualificar o desejo da comunidade, principalmente no que se referiu aos motivos da recusa ou aceitabilidade do destino do uso definido em lei para o parque.

1. FUNDAMENTOS DA PERCEPÇÃO

⁴ O SPSS for Windows é um software que permite o gerenciamento e a análise estatística de dados.

O estudo da percepção é diverso e data de períodos antigos. Os filósofos gregos, os pensadores Pré-renascentistas, as escolas árabes, as escolas latinas, os empiristas britânicos e os psicólogos alemães consideravam necessários os estudos sobre a percepção.

Quando Alexander Braden escreveu o primeiro livro sobre psicologia, em 1855, intitulado “O Sentido e o Intelecto”,⁵ já continha um extenso capítulo reservado aos estudos sobre a sensação e a percepção (apud VERNON, 1971).

Diante de um período de evolução tão antigo, os estudos referentes à teoria da percepção sofreram influências de pensamentos de variadas escolas, cada um apontando distintos pontos de vistas teóricos e técnicas metodológicas.

As análises teóricas buscavam tanto a compreensão sobre o papel da percepção, na formação do conhecimento e na determinação de comportamentos e valores humanos, quanto à ação dos mecanismos perceptivos no cérebro. Para ENNS (1994), cada abordagem descreve algum aspecto específico do processo perceptivo e busca no processo perceptivo a compreensão do homem em sociedade e as relações entre o homem e o mundo físico.

Nesse sentido, vários cientistas ligados ao reducionismo biológico observaram a ocorrência de eventos psicológicos associados ao comportamento dos centros nervosos no processo perceptivo. Também, a ciência computacional, no ramo denominado de inteligência artificial, utiliza programas computacionais para interpretar informações sensoriais advindas de um estímulo, ou seja, o resultado perceptivo de um evento ou paisagem (LANGE, 2001).

Os cientistas voltados às correntes humanistas ou ciências sociais buscaram compreender o relacionamento do homem em sociedade, por meio do papel das expectativas e das necessidades no comportamento humano (CLAVAL, 1997; DAY, 1979).

A análise das ciências sociais frente à compreensão das relações do homem com o mundo dos objetos e dos eventos data da década de 60. Surgiram, nessa década, vários trabalhos sobre a percepção na área da Antropologia, da Sociologia, da Geografia e da Psicologia Social. Esses estudos buscaram, em primeiro lugar, compreender a natureza das ações humanas sobre a biosfera e os principais centros da motivação, interesses e crenças que geravam ações e atitudes. Em

⁵ Título original: *The Senses and the Intellect*?

segundo lugar, o estudo da percepção objetivou mostrar o centro dos conflitos que prejudicam a vida social entre os homens (KUNDA, 1999; BOSSEL, 2000).

A presente pesquisa fundamenta-se na abordagem teórica que as ciências sociais dão ao estudo da percepção, enfatizando: (1) a definição da percepção e as suas características, com o objetivo de compreender os mecanismos que geram escolhas e comportamentos sociais; e (2) o papel do estudo da percepção como fonte de informações sobre preferências do uso do espaço urbano e como subsídio ao planejamento urbano.

1.1 COMO NÓS PERCEBEMOS

A percepção, para muitos teóricos, pode ser adequadamente considerada com o conjunto de processo pelos quais os indivíduos mantêm contato com o ambiente. Ou ainda, perceber é conhecer, por meio dos sentidos, objetos e situações (PENNA; 1968; HOCHBERG, 1982). O ato de perceber envolve vários processos e mecanismos individuais e coletivos, que se estruturam devido aos sentidos e aos processos cognitivos.

Num primeiro momento, os estudos sobre percepção se voltaram à identificação do papel dos sentidos, em especial a visão, no processo de perceber. Alguns experimentos, principalmente desenvolvidos pela psicologia empirista, identificaram a importância da visão e do sentido como mecanismos responsáveis pela captação de informações sobre o mundo. Nessa perspectiva, o mundo dos objetos seria o que os nossos sentidos nos dizem, e são eles, os sentidos, que captam informações do mundo exterior para o conhecimento (ENNS, opcit; DAY, opcit, VERNOM, 1971; BOENTON, 1974).

Com o desenvolvimento da psicologia social, no século XIX, os eventos da cognição começaram a serem introduzidos nos estudos da percepção. CHASSOT (1994:168) cita a importância dos trabalhos de Freud, pois a partir dos seus estudos *“começou-se a incorporar uma nova dimensão para a ciência, a partir dele, passou-se a considerar tanto o consciente quanto o inconsciente nas ações e acontecimento humanos?”*.

Os trabalhos de Freud contribuíram para configurar o papel do universo cognitivo e as formas com as quais o homem conhece o mundo, por meio do processo perceptivo. Assim, a percepção passa a ser o âmago da cognição ou da forma de conhecer, o meio pelo qual os indivíduos extraem informações do mundo dos objetos ou eventos (FORGUS, 1971).

Frete à variedade de discussões sobre o que venha ser a percepção e seus mecanismos, foi utilizada, neste estudo, a definição teórica de percepção proposta por DEL RIO (1996), que afirma ser a percepção um processo mental que tem como resultado o processo de interação dos indivíduos e seu meio.

Para DEL RIO (opcit), os mecanismos perceptivos e cognitivos são responsáveis pela formação da percepção. Os mecanismos perceptivos são dirigidos pelos estímulos externos, captados pelos cinco sentidos. Já os cognitivos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, uma vez admitindo que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem reúne essas sensações passivamente. Portanto, existem contribuições do sujeito ao processo perceptivo desde a motivação até a decisão e a conduta. A Figura 01, a seguir, é um esquema teórico proposto por DEL RIO, que apresenta a maneira como o processo perceptivo ocorre.



Fonte: DEL RIO (1996: 03).

FIGURA 01 – ESQUEMA TEÓRICO DO PROCESSO PERCEPTIVO

O esquema teórico, proposto por DEL RIO (opcit), demonstra como os homens processam as informações do mundo que o rodeia. Primeiramente, os indivíduos recebem os estímulos do mundo exterior, por meio dos cinco sentidos; as informações são processadas frente as motivação (interesses e necessidade). Cabe à cognição fornecer organização e sentido à informação; o resultado disso é que os indivíduos formam julgamentos que direcionam o comportamento ou a opinião.

Como as pessoas escolhem sobre determinados eventos? O que fazem os indivíduos rejeitarem pessoas ou eventos? Por que as pessoas possuem determinadas condutas? Essas questões

foram alvo de estudos experimentais desenvolvidos por TIEDEMANN & SIMÕES (1985) e BALLACHEY (1969) que acabaram evidenciando o relacionamento entre a motivação e a cognição na formação de atitudes como resultado do processo perceptivo. Esses atributos serão temas do próximo item.

1.2 PRINCIPAIS MECANISMOS DO PROCESSO PERCEPTIVO

Estudos desenvolvidos, pelos cientistas sociais, sobre o entendimento da percepção-social, visual ou ambiental contribuíram para determinar os mecanismos do processo perceptivo. Para aqueles cientistas, por meio do processo perceptivo é possível determinar as motivações que geram necessidades e objetivos; fornecer o significado da cognição que os indivíduos possuem sobre o mundo; e, por fim, analisar atitudes que geravam conflitos. No cotidiano esses atributos - motivações, cognição e atitudes – contribuem no entendimento das interações homem-ambiente.

De fato, as motivações, a cognição e as atitudes operam, simultaneamente, na formação da percepção. Contudo, buscar-se-á realizar uma descrição, em separado, de cada um desses mecanismos, a fim de compreender suas peculiaridades na formação das preferências e dos comportamentos.

1.2.1 A motivação

As ações do homem são dirigidas por suas cognições – pelo que pensa, acredita e prevê. Mas quando se indaga por que age, procura-se saber qual é a sua motivação. E a resposta sobre a motivação é dada por meio de forças ativas e orientadas, representadas por algumas palavras, tais como **querer** e **temer**: o indivíduo quer o poder, quer uma posição, teme ameaças à auto-estima. Além disso, uma análise da motivação especifica um objetivo no qual o homem gasta suas energias e faz suas escolhas.

O estudo da motivação deve compreender o porquê das persistências da ação dos indivíduos. Que força impulsiona os indivíduos? A resposta a essa questão perpassa pelo entendimento dos atributos da motivação denominados **necessidades e objetivos**.

BALLACHEY (opcit) define necessidades como aquelas forças que iniciam e mantêm o comportamento, e podem ser guiadas por dois tipos de forças: a positiva e a negativa. Dessa forma,

algumas expressões, como desejos ou privações, são vistas, geralmente, como forças positivas que impõem uma pessoa para determinados objetivos e condições. Enquanto que outras expressões, tais como temores e aversões, são, geralmente, vistas como forças negativas que repelem uma pessoa para longe de determinados objetos ou condições.

Segundo o mesmo autor, os objetivos são concebidos como os efeitos que os indivíduos buscam produzir para satisfazer uma necessidade importante, ou seja, é os resultados finais, imediatos ou distante que os indivíduos procuram. Os objetivos também podem incluir “objetos de aproximação” e “objetos de aversão”; os primeiros estão associados a necessidades positivas e os últimos a negativas.

BALLACHEY (opcit) reconhece que existem necessidades sociais importantes, comuns no Homem Ocidental, ponderando os vários estudos desenvolvidos pela psicologia social, pela antropologia e pela sociologia experimental, são elas:

(1) Necessidade de Associação: as pessoas, em toda a parte, parecem obter muita satisfação quando se associam a outras, ou apenas quando estão próximas a outras. Geralmente, essa necessidade está fundida, freqüentemente, a outras necessidades, e as associações encontradas entre os homens satisfazem essas necessidades reunidas. Ao procurar uma amizade fraternal, alguns homens também procuram conseguir prestígio. Por exemplo, o homem que deseja subir socialmente tenta identificar-se com os grupos da elite, e assim por diante.

(2) Necessidade Aquisitiva: Já se disse que a necessidade de lucro material é central nas culturas dos países do mundo ocidental. Todavia, parece que os povos de outras culturas também desenvolveram ou exprimem essa necessidade aquisitiva, quando têm oportunidade para fazê-lo. Isso tem sido especificamente verdade, evidenciado em viajantes e estudantes de nações de países subdesenvolvidos quando conhecem os países desenvolvidos e suas riquezas.

(3) Necessidade de Prestígio: Se a defesa e o encarecimento do eu são tão fundamentais como foi dito, deve-se esperar que todos os homens, em todas as partes, lutem pelo *status* e para evitar o fracasso social. Nas sociedades ocidentais, o prestígio está associado à necessidade aquisitiva; e ao poder de ter bens materiais acumulados pelo indivíduo. Em outras sociedades, o prestígio pode ser atribuído ao indigente místico.

(4) Necessidade do Poder: É o desejo de alguns indivíduos em controlar outras pessoas e objetos, conseguir sua obediência, dirigir suas ações e determinar o seu destino. Os verdadeiros líderes são dotados dessa necessidade. A necessidade de poder não leva, necessariamente, a ações anti-sociais. Em um Franklin D. Roosevelt, pode ser utilizada para fins socialmente desejáveis; em um Hitler, a necessidade de poder foi utilizada para a morte, a destruição e o terror.

(5) Necessidade Altruísta: O comportamento do homem é auto-orientado, mas também orientado para os outros. Ele trabalha para progredir, mas também para ajudar os outros.

Outras tipologias de necessidades poderiam ser traçadas, experimentos dos mais variados poderiam determinar essas tipologias. O funcionamento e a interação de necessidade como as citadas – necessidade de associação, aquisitivas, de prestígio; necessidade de poder e altruísta - são freqüentemente contraditórias, nos seus resultados, e conflitivas, em suas exigências sobre o eu na sociedade em que está inserido. Portanto, as necessidades são utilizadas para explicar comportamentos e escolhas sobre eventos e objetos de grupos homogêneos, tornando a percepção seletiva, e enviesada a necessidade e os objetivos dos indivíduos ou grupos (TIEDEMANN & SIMÕES, 1985; BALLACHEY, 1962).

1.2.2 A cognição

O homem age segundo suas idéias. Seus atos irracionais, tanto quanto os racionais, são dirigidos pelo que ele pensa, acredita e prevê. Para os homens, tribos e nações seu comportamento têm sentido dentro das idéias de seu universo. Todo homem tenta construir, para si, um universo significativo, por meio de um “trabalho cognitivo”, que é responsável pela organização, dentro do seu universo cognitivo, de uma quantidade de objetos. A cognição é, portanto, o significado que os homens dão ao mundo que os rodeia.

Por meio da cognição o indivíduo é capaz de apreender o mundo social e físico. Acontece que cada pessoa tem uma imagem individualizada do universo, pois a sua imagem é produto dos seguintes determinantes: ambiente físico e social; desejos e objetivos; estrutura fisiológica; sistemas culturais; e experiências passadas.

Entretanto, a despeito das imagens individualizadas existem traços comuns dos universos cognitivos das pessoas. Isso ocorre porque os indivíduos possuem sistemas nervosos semelhantes,

partilham muitas vezes das mesmas necessidades, enfrentam problemas comuns e compartilham códigos culturais. Assim, pode-se afirmar que existem ocorrências sociais do processo cognitivo.

1.2.3 As atitudes

As atitudes se desenvolvem no processo da satisfação de necessidades. Isto é, ao deparar com situações do cotidiano e na tentativa de satisfazer suas necessidades o indivíduo desenvolve atitudes. Todavia, alguns estudos, como os desenvolvidos por CARTWRIGHT (*apud* BALLACHEY, *opcit*), demonstram que as atitudes não se desenvolvem apenas a serviço das necessidades; são também modeladas pela informação a que o indivíduo está exposto.

De fato, o indivíduo desenvolve atitudes favoráveis diante de objetos e pessoas que satisfazem suas necessidades: os objetos finais serão avaliados favoravelmente; objetivos instrumentais também serão vistos a uma luz favorável (o paciente tem atitudes favoráveis aos médicos). Por outro lado, o indivíduo desenvolverá atitudes desfavoráveis, distantes de objetos e pessoas que o impedem de atingir o seu objetivo.

As atitudes podem ser modificadas por meio de informações e conhecimento. Assim, a atitude perante a guerra de habitantes de uma comunidade que conhece pouco a respeito da guerra química e biológica, e não têm atitudes diante dessas questões. Um jornal publica uma série de artigos realistas descrevendo o estado atual da arte bélica. Com a leitura desses artigos, muitas pessoas ficam conhecendo as tremendas conseqüências demolidoras e letais dos novos “gases nervosos”, germes e vírus venenosos. Conseqüentemente, pode se desenvolver uma forte atitude negativa diante da guerra química e biológica; pode-se formar uma forte atitude positiva diante do desarmamento e do controle de tais armas.

Assim, as atitudes, muitas vezes, não refletem corretamente a realidade dos fatos. Os homens podem criar algumas atitudes, tais como superstições, ilusões e preconceitos, caracterizadas pelo afastamento das informações.

1.3 CARACTERÍSTICAS DA PERCEPÇÃO

Diante do entendimento sobre o papel dos atributos - motivações, necessidades, informações e cognições - no processo perceptivo as pesquisas desenvolvidas podem determinar

centros de conflitos, comportamentos e modos de vida de indivíduos e grupos de indivíduos. CHAUÌ (1996) contribui, nesse entendimento, ao citar seis características ou dimensões distintas da percepção que compõe o fenômeno perceptivo, e que determinam o papel da percepção na compreensão das relações homem -ambiente. Assim, a percepção permite aos indivíduos:

- Dar significado qualitativo e estruturado ao mundo dos objetos e eventos. Os indivíduos interagem com o ambiente como sujeitos ativos, isto é, dão-se, constantemente novos sentidos e novos valores às coisas percebidas, e vai depender do contexto e da ocasião.
- Conhecer, por meio de suas configurações sensoriais, a totalidade dos eventos ou objetos, organizando-os e fornecendo sentido ao mundo.
- Compreender o mundo exterior, organizado em formas e estruturas complexas, possibilitando aos indivíduos interagir coerentemente no mundo dos objetos.
- Determinar códigos da personalidade, da história pessoal, da cultura, da afetividade, dos desejos e das paixões dos indivíduos e dos grupos. Isto é, a percepção é uma maneira fundamental de os seres humanos estarem no mundo. Por isso, percebem-se as coisas e os outros de modo positivos ou negativos, percebe-se as coisas como instrumentos ou como valores, reage-se positivamente ou negativamente às cores, aos odores, aos sabores, às texturas ou a situações.
- Compreender a vida social e seus códigos. Os significados e os valores das coisas percebidas decorrem da sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função. Assim, objetos que para a sociedade não causam temor, podem causar numa outra sociedade.
- Ter acesso ao mundo dos objetos práticos e instrumentais. A percepção orienta os indivíduos nas ações cotidianas e técnicas mais simples; a percepção é uma forma de conhecimento.

Essas características da percepção são responsáveis por determinar o centro das atitudes humanas. Por isso, TUAN (1980) afirma que os trabalhos desenvolvidos sobre a percepção de grupos sociais podem oferecer subsídios importantes às várias áreas do planejamento.

1.4 O ESTUDO DA PERCEPÇÃO VOLTADO AO PLANEJAMENTO URBANO

O tema percepção abre um leque de possibilidades para o ser humano compreender a si próprio. Para TUAN (opcit), sem a auto compreensão não haverá soluções douradoras para os problemas sociais e ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos.

O problema humano quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e das atitudes que dirigem as energias para os objetivos. Portanto, o estudo da percepção pode auxiliar na compreensão dos problemas urbanos voltados às preferências de uso do solo de forma a aprimorar a gestão do espaço urbano.

Os estudos de ALVES (opcit), LYNCH (1972) e BLADEN & KARAN (1982), realizados em diferentes localidades e realidades, demonstram a importância da relação entre a percepção e levantamento de informações para a gestão urbana, na busca das resoluções dos problemas citadinos.

A contribuição central do trabalho de ALVES (1996.) foi a de mostrar como as crianças de um morro do Rio de Janeiro percebiam seu espaço habitacional, suas expectativas e necessidades, que foi fundamental importância para a autora identificar a realidade desses pequenos moradores, com suas dificuldades, formas de lazer e formas de apreender o espaço citadino em que estão inseridos. A autora evidenciou a essencialidade de os urbanistas e arquitetos em seus projetos inserirem as percepções daqueles que são agentes na cidade, uma vez que esses agentes promovem constantemente a construção de cenários e mantêm relações de criação e recriação em seus espaços cotidianos.

O estudo desenvolvido por LYNCH (opcit), buscou determinar as imagens que moradores de algumas cidades americanas possuíam sobre o seu espaço, e constatou que essas imagens geravam comportamento de separação entre classes sociais diferenciadas. Esse autor verificou que a idéia de bairro, do planejador, dificilmente coincide com a do morador. Muitos planejadores traçaram o mosaico urbano como um espaço único e sem diferenciações, não

compreendiam que existe um mosaico de usos gerado pela própria vida cotidiana das classes. Por isso, em algumas cidades criaram-se convivências pouco amistosas entre moradores.

Por fim, o terceiro estudo foi o resultado dos trabalhos de BLADEN & KARAN (1982). Estes autores realizaram um levantamento sobre a percepção de espaço urbano de moradores de duas cidades, ambas do Terceiro Mundo, Katmandu e Patan, localizadas na região próxima ao Himalaia, na Índia. São duas cidades, alvos de investimentos financeiros, nas áreas sociais e econômicas de bancos internacionais. A pesquisa visou estruturar a percepção dos moradores, enfatizando as distinções e regularidades que esses agentes possuíam de seu espaço local.

Os resultados evidenciaram que tanto os moradores pobres quanto os de classe média eram incapazes de determinar o espaço citadino como um todo. Os anos de educação formal até influenciavam no melhor traçado da cidade, isto é, aqueles que possuíam ensino formal dominavam mais o conhecimento do espaço, mas não determinavam a sua apreensão total.

Na verdade, os espaços mais conhecidos pela população eram aqueles ligados a sua familiaridade, ou local de moradia, as zonas que possuíam serviços e, por fim, as áreas que o morador mais tinha contato, como a realidade compreendida entre o caminho percorrido da casa até o local de trabalho.

Esses resultados evidenciaram que os moradores, por restringirem o uso do espaço citadino às áreas necessárias ao seu convívio, são incapazes, muitas vezes, de compreender os problemas gerais que afligem a sua cidade, limitando-se, portanto, aos problemas que os incomodam diretamente. Por outro lado, os planejadores por meio de seus estudos dominam o conjunto dos problemas do espaço urbano, mas não compreendem as limitações de percepções dos moradores em relação ao seu espaço cotidiano. Por isso, os moradores podem não se interessar em participar ou tomar decisões sobre os problemas gerais de sua cidade, quando são convidados pelos planejadores.

Portanto, a contribuição central dos estudos, descritos anteriormente, foi demonstrar a relação que os usuários do espaço urbano mantêm com o uso. Os usuários compreendem os grupos sociais que consomem e se reproduzem no espaço urbano, e estabelecem nesse processo seleções e relações que configuram o funcionamento da cidade (FERRARA, 1986). Geralmente, os

usuários possuem percepções diferenciadas do espaço e agem no espaço diferentemente, buscando se reproduzir enquanto grupo.

De fato, o planejamento deveria incluir nos seus planos e projetos os conceitos de uso e usuário, para a compreensão das percepções, isto é, que tipo de motivações, cognições e atitudes desencadeiam conflitos que comprometem a qualidade de vida no espaço urbano.

O estudo da percepção é um instrumento que contribuiria no levantamento de informações ao planejamento urbano. Os tomadores de decisões poderiam identificar os grupos de usuários e que tipo de percepções geram conflitos no espaço urbano. Para isso, é importante aos planejadores reconhecerem: o uso como resultado das interações entre usuários, e por isso, a leitura que os grupos fazem da cidade; que a escolha de um uso urbano pode demonstrar todas as expectativas, necessidades e relações de poder entre os usuários (FERRARA, 1988).

O objetivo central do planejamento urbano é promover a democratização do acesso ao uso da cidade e a qualidade de vida pelo estabelecimento de normas de habilidade e de preservação do meio ambiente. Por isso, planejar o espaço urbano seria, na acepção de GONDIM (1995), um modo de promover uma aliança entre governo (aquele que planeja) e sociedade (aquele para o qual o planejamento se dirige) e também, o planejamento deve visar convergir interesses e necessidades antagônicas em um interesse comum.

MATUS (1993) sugere que, por meio do planejamento, é possível: a) evitar problemas futuros advindo das ações negativas produzidas pelos homens; b) vislumbrar alternativas, mesmo quando não se sabe o cenário futuro; c) agir veloz e eficazmente, ante a surpresa; d) refletir as ações antes de atuar; e por fim, e) produzir bens globais ante as ações parciais de atores sociais que possam prejudicar os interesses globais dos mesmos.

Para ser eficiente e eficaz o planejamento deve incluir o componente subjetivo na tomada de decisões. COSTA (2000: 60) afirma que, no final da década de 60 e início dos anos 70, do século passado, há uma mudança na leitura da cidade, passando os estudos à “ênfase, então, os sujeitos dessas e de outras ações como agentes catalisadores das práticas social; há uma valorização do cotidiano e dos estudos locais e localizados, o indivíduo é redescoberto”. A compreensão das percepções dos moradores e demais usuários do espaço urbano é necessária para se decodificar os seus códigos e fornecer a eles – moradores e usuários – os códigos institucionais.

Ou ainda: BELY (1996) afirma que os estudos perceptivos permitem identificar as interpretações que usuários possuem de determinados códigos arquitetônicos e paisagísticos. A inserção desses códigos no planejamento urbano pode ser utilizada para: (1) compreender os pontos de conflitos entre os atores; (2) fornecer os centros das motivações que interferem na má utilização do espaço; (3) identificar os impactos positivos e negativos de determinados projetos arquitetônicos e paisagísticos; e (4) possibilitar a formação de cenários como forma de prever com mais eficácia as paisagens futuras.

A busca da inserção dos códigos dos usuários no processo de também é citada por MATUS (1993:23), quando afirma:

“(...) Não só existem alternativas técnicas e econômicas, que devem ser exploradas na sua eficácia, e não só essa eficácia é discutível, segundo a opinião dos especialistas, como também existem as distintas visões dos diversos atores sociais que coexistem na situação e interferem num problema determinado”.

Nem todas as necessidades dos atores podem ser computadas nas decisões. Nesse sentido, o mapeamento das percepções desses atores poderia mostrar que tipo de impacto sofreria um ator, de forma a determinar alternativas para se minimizar tais impactos. De fato, as evidências de que os moradores do morro sofreriam impactos com a retirada da favela, pois eles criaram elos de afetividade e de reprodução e sobrevivência com o local, contribuiria para que novas alternativas de planejamento da área se fizessem presente na busca da qualidade de vida dos moradores.

A realidade é dinâmica e o planejador possui limitações ao determinar todas as formas de arranjo entre usuários no espaço urbano. Uma vez que, a cidade, em seu funcionamento, é fragmentada, articulada e palco de uma singular organização espacial. O estudo da percepção auxiliaria na compreensão dessa organização e dos jogos, entre os atores, sobre os quais se estruturam e que acabam por determinar o mosaico de uso do espaço urbano.

Em suma, a cidade possui características próprias da organização de seu espaço. O urbano passou a ser alvo de estudos, no momento que ele passou a ser a morada principal da sociedade contemporânea (DAVIS, 1972). Esses estudos procuraram determinar o funcionamento da cidade e construíram um arcabouço teórico que determinara as principais articulações entre os atores e as relações entre os usuários citadinos na configuração geral do mosaico urbano.

No capítulo a seguir, buscar-se-á compreender o funcionamento, a organização, os arranjos e os conflitos do espaço urbano, de forma a demonstrar o arranjo entre os usuários citadinos, na determinação de um uso do espaço urbano, em particular, de áreas verdes.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O URBANO

Há muito tempo, a civilização ocidental se separou da natureza, para viver em aglomerados e promover uma das maiores manifestações de domínio da natureza – a criação das cidades.

Criou-se com isso cultura, comportamento e valores de convivência social muito distinto daqueles compartilhados pelo homem do campo. E assim, como importante espaço geográfico, a cidade é, ao mesmo tempo, um fenômeno do qual se espelha a humanidade. Em seu artigo intitulado “Como construir hoje o amanhã das cidades”, RABINOVITCH (2001), um importante urbanista brasileiro, afirma que “estamos entrando no primeiro século urbano da história”. Viver nas cidades hoje é desfrutar do ambiente definitivamente construído e pensado pelo Homem.

Neste capítulo procurar-se-á expressar e responder alguns questionamentos que surgiram no decorrer da pesquisa, a partir da concepção de que tipo de espaços verdes representa um uso do solo, que está inserido dentro de uma organização específica – a cidade.

Tal organização remeteu a algumas assertivas sobre o urbano, entre elas:

- 1) Em que momento histórico a cidade e a idéia de áreas verdes, em seu interior, surgiram?
- 2) Como e por que surgiram os problemas sociais e ambientais urbano, que impulsionaram a criação de parques?
- 3) Tipos de uso do solo na cidade são viáveis ou inviáveis frente à organização social. Por isso, buscou-se compreender a organização social interna da cidade, enfocando os agentes sociais da cidade como aqueles que estruturam esse espaço.

Em suma, é importante traçar características básicas sobre o urbano, que determina um tipo de uso, e as discussões teóricas foram cruciais para a formação deste entendimento. Mesmo sabendo que as cidades possuem singularidades em vários lugares no mundo, buscou-se realizar um apanhado geral sobre sua importância enquanto locus da vida social moderna, sua organização interna e os jogos entre os seus agentes na sua constituição.

2.1 Consolidação da Cidade e das Áreas Verdes

A cidade sempre foi o lócus da vida moderna. No entanto, na Era Neolítica, já existiam indícios arqueológicos nos quais importantes aglomerações humanas apresentavam-se como centro da vida humana. Assim, as primeiras cidades surgiram na região da Mesopotâmia (atual Iraque), em de 3.500 a.C, na China e na Índia, por volta de 3.000 a 2.500 a.C; e no Egito, em 3.000 a.C. (CASTELL, 1977; LYNCH, 1972; PALEN, 1975).

Na história de uma cidade, o Homem sempre buscou diminuir os impactos dos fatores ambientais, por meio do uso da tecnologia e da organização. Nesse sentido, para PALEN (opcit), existem dois períodos históricos importantes para se compreender as peculiaridades e a evolução das cidades. O Quadro 02, a seguir, mostra resumidamente esses períodos.

O primeiro período, em que surgiram as primeiras cidades ou cidades pré-industriais, está compreendido entre a Era Neolítica e a Idade Média. O espaço urbano é o resultado de uma revolução agrícola em que a produção de excedentes permitiu que alguns membros da sociedade fossem dispensáveis nas lavouras. “Nas cidades antigas possuíam em torno de 2.000 a 20.000 habitantes e cinquenta e nove fazendeiros eram necessários para sustentar um cidadão” (PALEN; opcit: 32).

Na verdade, a cidade, naquela época, somente foi viável porque houve o desenvolvimento de sofisticadas e evoluídas tecnologias como o arado, o sistema de distribuição de água, tratamento de esgoto e armazenamento de alimentos. Além disso, a organização social contribuiu para o desenvolvimento das cidades da época face ao sistema de colheita, armazenamento e distribuição do excedente agrícola, ter possibilitado o surgimento de mão-de-obra especializada responsável pela construção, em larga escala, de prédios, muralhas, templos e edifícios nas cidades.

Autores como LYNCH (opcit), PALEN (opcit) e CASTELL (opcit) reforçam que o meio ambiente é um fator essencial para a manutenção da sobrevivência cidadina, e afirmam que os fatores naturais desempenhavam um papel decisivo nas primeiras cidades. Atenas, por exemplo, foi uma cidade que se estruturou em torno de cuidados ambientais, pois era uma cidade dotada de sofisticados sistemas de escoamento de dejetos e distribuição de água.

Impérios como o grego, o fenício e o chinês, e tantos outros, foram responsáveis pela proliferação de cidades por vastas áreas na Europa, na Ásia e na África. Entretanto, foram os romanos os que mais expandiram as cidades como sistema de organização social. Roma já se preocupava com a quantidade de habitantes nas aglomerações humanas.

O Império Romano, extremamente dominador e expansionista, tinha, em seu principal aglomerado, em torno de 1 milhão de habitantes, e administrava várias cidades com mais de 200.000 habitantes. Devido a isso, promoveu, em alguns momentos, a distribuição de habitantes entre as cidades dominadas, para manter o controle sob seus cidadãos, o suprimento de alimentos e a manutenção da qualidade de vida.

No período das cidades antigas, como cita LYNCH (1972), alguns sítios arqueológicos mostravam que, mesmo antes de Cristo, já existiam indícios de áreas protegidas por alguns reis ou chefes indígenas, que as utilizavam para conservar as fontes de água, de animais sagrados, plantas medicinais, matéria-prima para uso futuro e cemitérios.

QUADRO 02 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS CIDADES

| | TIPO DE CIDADES | FUNÇÃO | Papel das Áreas verdes |
|-------------------|------------------------|---|---|
| 1º PERÍODO | Neolítica | Lócus das classes que não trabalhavam | Reservas particulares, pois eram espaços enclausurados nas propriedades dos reis. |
| | Medieval | Centro de confluência do comércio desenvolvido entre os grandes Impérios | |
| 2º PERÍODO | Industriais | Lócus da produção e difusão industrial e capitalista Centro da reprodução de classes sociais | Embelezamento das cidades, melhoramento da vida urbana e otimização do trabalho. |
| 3º PERÍODO | Cidade Moderna | Lócus da reprodução ampliada do capital (globalização) | Paisagem natural dotada de raridade, passível de mercantilização. |

Muitos desses espaços verdes estavam enclausurados nos pátios dos grandes castelos ou feudos e formavam os jardins das residências dos nobres e da Igreja. As áreas verdes serviam como

áreas destinadas à caça ou à contemplação, por parte da nobreza, de fauna e flora muitas vezes exóticas ou em extinção. As áreas verdes não eram espaços reservados à vida social urbana, na época, mas apenas a um grupo restrito – os nobres (THOMAS, 1988).

Com o declínio do Império Romano – devido às invasões incessantes dos bárbaros –, houve, concomitantemente, um apogeu dos feudos e o surgimento de cidades episcopais, basicamente mantidas pela Igreja Católica ou pelos nobres locais, cujo sucesso foi o resultado da segurança oferecida por eles aos camponeses.

Durante séculos de estabilidade social, sucessivas invenções tecnológicas na agricultura e autonomia conquistada por várias cidades dominadas pela igreja, que eram os resquícios dos antigos feudos, houve uma intensificação do comércio e, conseqüentemente, uma cultura expansionista desse comércio.

A intensificação do comércio, aliada às pestes do século XVII e ao desencadeamento de uma revolução protestante e industrial, fez com que muitos camponeses ou moradores dos pequenos aglomerados urbanos migrassem em direção às cidades expansionistas, ocasionando, assim, o declínio das cidades pré-industriais e o início das cidades industriais. Surgiu daí uma consolidação da Revolução Industrial e uma nova história das cidades e de seus habitantes.

No que diz respeito ao segundo período da história das cidades, tem-se como marco principal a Revolução Industrial, que desencadeou mudanças substanciais na vida das cidades, marcadas por transformações fundamentais na geografia social e arquitetônica da cidade.

As transformações da geografia social foram modificadas pelas mudanças havidas nas relações sociais da época. Primeiro, houve um abandono da agricultura de subsistência pelos camponeses devido à introdução e inovação de técnicas no campo e, também a aceleração do êxodo rural, ocasionada pela transformação da terra em mercadoria, restringindo, assim, o acesso a terra. Segundo foi introduzido uma economia de mercado, a qual possibilitou a formação de uma cultura individualista de necessidades crescentes de uma lógica industrial e comercial.

No que se referente à geografia arquitetônica, PALEN (1975) observa que a Revolução Industrial promoveu programas de construção, como forte inclinação para o embelezamento das cidades.

“No século dezesseis, muitas cidades particularmente as Cidades-estados italianas haviam desenvolvido uma classe abastarda que tinha o interesse, os recursos e o tempo para se dedicar ao desenvolvimento e embelezamento das cidades. Cidades da Renascença, como Florença, iniciaram importantes programas de construção. À volta do interesse pelo estilo clássico e pelos padrões clássicos de simetria, perspectiva e proporção tiveram uma profunda influência sobre a arquitetura da época, tanto pública como privada” (PALEN, 1975:49).

O fortalecimento da classe burguesa, nos séculos XVII e XVIII, fez surgir um movimento que visava o embelezamento das cidades renascentistas. Esse grupo social possuía tempo e recursos financeiros para o melhoramento das cidades. Foram os percussores das primeiras idéias de áreas verdes dentro dos espaços urbanos. Surgindo dessas idéias o movimento de volta à natureza⁶ que fundamenta as idéias de espaços verdes urbanos. Os séculos XVIII e XIX inúmeras cidades do mundo, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, utilizam a concepção de áreas verdes no espaço urbano (CASTELLS, opcit).

No período industrial, a cidade tornou-se um importante fenômeno social e econômico, e por outro lado, lócus de uma organização socioeconômica e política. As cidades industriais acabaram por se tornar um importante fenômeno social da atualidade, originando, desse fato, alguns conflitos e problemas. Os conflitos e os problemas urbanos originados do adensamento populacional e da transformação da terra em mercadoria contribuíram tanto para justificar quanto para inviabilizar as áreas verdes no meio urbano.

O desenvolvimento e ampliação do capitalismo no mundo engendraram a segunda e a terceira revolução industrial geraram a redefinição e a reconstrução do urbano (SPOSITO, 2001). Nesse cenário, a cidade torna-se o lócus da circulação de bem de capital e informações, além de centro das principais instituições capitalistas. Para CASTELLS (1999) a cidade passa a ser o centro de formação e consolidação de uma nova economia global e de uma emergente sociedade da era informacional, assim, o espaço urbano tem o papel de integrar e conectar a economia global, por meio da formação de redes de informações e comércio.

⁶ O movimento de volta à natureza, que surge na sociedade capitalista e industrial, foi responsável pela disseminação de vários parques urbanos no mundo.

Assim, os valores capitalistas da mercantilização e da ampliação do capital influenciam, atualmente, a composição do espaço urbano. O que torna a formação do mosaico urbano associado, apenas, ao valor de troca do uso do solo urbano, gerando a fragmentação do espaço urbano, pois os espaços no urbano terão o papel de atender a reprodução do capital (CARLOS, 1996; 2001).

Por conseguinte, as áreas verdes, entre elas os parques urbanos, são consideradas, diante dessas transformações do significado e da apropriação do urbano, sob duas novas perspectivas na cidade moderna. Por um lado, essas áreas enfrentam, como todos os usos, pressões do aumento da malha urbana as quais contribuem para torná-las espaços de conflitos ou áreas em que outros usos podem concorrer para existir no processo de formação do mosaico urbano. Entretanto, como resultado da escassez gerada pela reprodução ampliada do capital no urbano, as áreas verdes tornaram-se uma "nova raridade" ou um bem escasso, por isso tais espaços passam a ser um bom negócio. Portanto, o verde ganha valor de troca em função de sua raridade que é apropriado pelas indústrias imobiliária e turística como uma mercadoria (SANTANA, 2001).

2.2 IMPORTANTE FENÔMENO SOCIAL

Para vários teóricos, a cidade é considerada um importante fenômeno, que possibilitou a concentração, jamais vista, de pessoas em um aglomerado de construções. Nesse sentido, autores como CASTELL (1999) e, CORRÊA (1995) afirmam que essa aglomeração somente foi possível porque a cidade tornou-se o lócus de (re) produção da sociedade moderna, capitalista e industrial, fato esse que acabou por gerar dois fenômenos distintos: a urbanização e o crescimento das cidades.

A urbanização está relacionada a três fenômenos que se complementam. O primeiro é a concentração espacial da população sob bases de certos limites de densidade e dimensão. O segundo está relacionado à difusão de um sistema de valores, atitudes e comportamentos, originando uma "cultura urbana". Por fim, o terceiro é que a urbanização caracteriza-se como ponto de concentração de pessoas e aumento dessa concentração (SILVEIRA & SANTOS, 2002).

A urbanização atual é o resultado do crescimento da população nas cidades e não mais, simplesmente, do fenômeno do êxodo rural. Assim, RABINOVICTH (2001) afirma que 95% do

crescimento demográfico mundial, durante a próxima década, ocorrerá nas cidades, assim, a população urbana mundial em 1990, era de 2,4 bilhões de pessoas, em 2000, era de 3,2 bilhões e que nos próximos 10 anos esse número tem a se multiplicar por quatro. Portanto, como resultado disso, tem-se o surgimento das megacidades que são enormes aglomerações de seres humanos com mais de 10 milhões de pessoas (CASTELLS, 1999).

O crescimento urbano gerou diferentes impactos sobre aqueles que moram nas cidades, tanto em países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos já alcançaram um grau elevado de urbanização, ocasionado pelo êxodo rural, e existe uma tendência de declínio da quantidade de aglomerações com mais de 100.000 habitantes, visto que houve programas de controle da natalidade. As experiências desses países com desastres no meio urbano permitiram, senão solucionar, amenizar parte dos problemas ambientais e sociais por meio de ações de planejamento.

Os países subdesenvolvidos possuem um ritmo de crescimento ainda em expansão, que está relacionado à migração rural e ao crescimento vegetativo de sua população, ocasionado por melhorias nas condições sanitárias e alimentares, em alguns países. No entanto, países em desenvolvimento em sua maioria ainda não possuem uma estrutura econômica forte, a fim de gerar investimentos suficientes para resolver os principais problemas nas cidades (PAVIANI, 1988 & SANTOS, 1996). Por isso, ainda enfrentam graves problemas nos seus espaços urbanos.

A cidade, então, não é apenas um fenômeno restrito ao demográfico, ou seja, restrito ao fenômeno da expansão do crescimento populacional. Esse espaço construído passou a ser foco e disseminador dos maiores estímulos sociais, culturais e intelectuais. Portanto, a urbanização não pode ser considerada tão-somente como um fenômeno que gerou o crescimento do número de habitantes nas cidades, advindo do êxodo rural, mas como um determinante para a formação de uma cultura urbana (CLARK, 1985 & CASTELL, 1999).

O espaço urbano tornou-se o centro social e cultural da vida moderna. Para CLARK (1985), esse espaço necessita de reformulações e investimentos, uma vez que, os centros urbanos possuem problemas sociais (violência, favelização e outros) e ambientais (poluição, deterioração da qualidade da água e outros) que gera a deteriorização da

qualidade de vida dos cidadãos, pois comprometem o acesso a bens e direitos que uma sociedade, em um dado momento, julga serem essenciais (SOUZA, 1984).

Os problemas sociais são ocasionados pela deterioração da vida social, causada pela falta de investimentos governamentais, principalmente em países subdesenvolvidos. LYNCH (1972) argumenta que a cidade provocou um desconforto nos cidadãos pela falta de diversidade, de elegibilidade e pela rigidez das suas construções. Já, os problemas ambientais são causados pela má exploração dos recursos ambientais urbanos como a água, o ar e o solo, uma vez que os aspectos físicos da cidade - o relevo, a vegetação, o uso da terra - são, totalmente, alterados pela urbanização (DREW, 1980).

Esses problemas urbanos que surgiram com o crescimento desordenado da cidade justificaram a revitalização da cidade. Muitas ações de melhoramento das cidades buscaram enfocar os aspectos históricos e paisagísticos que possibilitassem a utilização de espaços abertos para a construção de parques e áreas de recreação, com a finalidade de amenizar as mazelas citadinas ocasionadas pelo crescimento desordenado do espaço urbano (BLEY, 1996).

Os espaços verdes têm o potencial de amenizar tanto os problemas sociais quanto os problemas ambientais urbanos. Os parques urbanos contribuiriam para melhorar os aspectos físicos e sociais da cidade, por meio da revitalização de espaços abertos, do ordenamento das movimentações, da criação de um sentimento de tranquilidade. Para CEVER (1994), é importante na moderna cidade que haja ações no sentido de uma aproximação entre natureza e humanidade. Os problemas da modernidade ocasionaram várias tensões sociais, os espaços verdes poderiam amenizar esses problemas, oferecendo aos cidadãos um ambiente agradável, estimulante e acessível.

A busca por um ambiente agradável e prazeroso é uma constante humana. A cidade pode se tornar um ambiente com essas proporções. O bom aproveitamento dos espaços verdes, nas cidades, poderia dar aos 80% da população mundial um alívio das tensões citadinas e a busca do encontro com o ar fresco, os ruídos do campo e o encontro

com mundo natural, portanto, qualidade de vida (RIBEIRO, 2000). Contudo, na cidade moderna esse espaço não constitui, dentro de uma lógica econômica e capitalista, uma prioridade dos atores urbanos, responsáveis pela organização do espaço urbano.

2.3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O tema organização do espaço urbano é de extrema complexidade e importância, pois permite determinar como são apropriados os espaços da cidade pelos atores sociais, e como esses atores se estruturam na determinação do mosaico de usos no espaço urbano. Por isso, a cidade possui alto nível de diferenciação interna, que tem como resultado um conjunto de zonas, comunidades e outros.

CORRÊA (1995:6) considera a cidade um “conjunto de usos justapostos entre si, sendo que a cidade seria um mosaico de usos”. A relação entre usos e o seu conjunto formaria a organização espacial da cidade. As áreas verdes compreenderiam, assim, um uso urbano dentre vários outros usos em que os atores urbanos se estruturam para defini-lo ou para inviabilizá-lo, de acordo com as suas percepções de utilização do espaço urbano.

Existem diferentes abordagens que buscaram compreender as causas das diferenciações internas do espaço urbano. Essas abordagens enfatizam o controle do espaço, dividem em: (1) Ecológica; (2) Econômica; (3) Análise Social; (4) Ecologia Fatorial; (5) Análise Marxista, (6) Conflito de Administração. As relações, fragilidades e interpretações sobre a estrutura de pensamento de cada abordagem foram propostas por CLARK (1985). O Quadro 03 resume os fundamentos teóricos dessas abordagens

A análise ecológica surgiu da Escola de Chicago, e procurou explicar a complexidade e as regularidades da diferenciação da composição socioeconômica da população. Essa escola relacionou seus estudos aos estudos dos biólogos e seus questionamentos sobre os relacionamentos entre espécies, comparando a composição interna da cidade com o desenvolvimento das plantas. Assim como, plantas mais altas e capazes de melhores adaptações possuem melhor capacidade de se manter num cenário

adverso, os usos que são mantidos por atores fortes que influenciam decisões na formação do mosaico urbano são mantidos em detrimento de outros usos.

QUADRO 03 – ESTRUTURA INTERNA DA CIDADE: ABORDAGENS ANALÍTICAS ALTERNATIVAS

| ABORDAGEM | FUNDAMENTO TEÓRICO | ÁREAS DE PESQUISA |
|-------------------------|---------------------------|--|
| Ecológica | Ecologia Humana | Luta pelo espaço entre grupos humanos |
| Livre-comércio | Economia neoclássica | Maximização da utilização. Licitação da renda |
| Análise da Área Social | Urbanização | Consequência do desenvolvimento societário |
| Ecologia Fatorial | Análise Fatorial | Padrões sociais e espaciais na cidade |
| Marxista | Materialismo histórico | Teoria do uso do solo Urbano; mecanismos de alocação de moradores. |
| Conflito /Administração | Sociologia weberiana | Arranjos de poder: guardiões |

Fonte: Adaptado de CLARK (1985:182).

A abordagem econômica utiliza o modelo agrícola para explicar a localização da cidade, e afirma que as localizações intra-urbanas estão associadas à rentabilidade das atividades, ao contrário da análise social, que explica as diferenciações por meio da complexa organização social, que acabou por manter diferenciações entre grupos étnicos. Arelada a isso, a ecologia fatorial utilizava vários dados estatísticos para explicar a complexa organização social. A rentabilidade financeira de alguns usos era primordial para a sua determinação.

Embora Marx não tenha realizado um trabalho específico sobre a cidade, alguns de seus seguidores, como CASTTEL (opcit) e outros autores adotaram suas teorias. Esses estudiosos entendem a diferenciação interna como o resultado de uma manipulação dos donos do capital frente às maneiras mais lucrativas para se assegurar uma ordenação geográfica dos usos do solo na cidade. Frente a isso, as diferenciações no interior da cidade ocorriam de acordo com o valor de uso e do valor de troca do solo.

Por fim, a corrente conflito/administração, inspira-se na perspectiva sociológica de Weber, e estuda a organização interna da cidade a partir da análise do poder e dos conflitos nela presente COX (1973). Para essa abordagem, é nas relações entre indivíduos e instituições que surgem à estrutura interna da cidade. Os conflitos, os recursos de poder e as resistências por parte

dos indivíduos e das instituições definem a estrutura interna da cidade. O uso é o resultado das relações entre os atores urbanos.

O estudo de COX (1973) e LONG & DEAR (1973) sobre conflito/administração determinou elementos para explicar a composição do mosaico urbano. No presente estudo buscou-se complementar tal abordagem teórica com os estudos desenvolvidos por BAILEY & BRANT (1997), CORRÊA (1995) e CASTTEL (1979). Esses autores forneceram elementos para a compreensão dos aspectos políticos e principalmente econômicos que determinaram a escolha do uso do solo urbano; e, o papel dos conflitos, dos jogos políticos e dos recursos de poder dos atores que definiram ou inviabilizaram um tipo de uso urbano. Assim, a estrutura interna da cidade será examinada, neste capítulo, sob uma perspectiva de conflito e da relação entre indivíduos / instituições, no processo de determinação do uso do solo.

2.4 USO DO SOLO URBANO: RELAÇÕES ENTRE ATORES E CONFLITOS

A cidade é uma unidade que implica várias unidades de tomada de decisão numa variedade de escalas geográficas, tais como o bairro, o município e a região. A unidade cidadina possui em seu conjunto recursos de pessoal, capital e solo. Esses recursos serão controlados pelos agentes sociais que se (re) produzem por meio de relações e interações. Tais articulações entre esses agentes criam um ambiente politizado na cidade, que tem como resultado a organização sócio-espacial cidadina.

Por isso, CORRÊA (1995:11) afirma que:

“A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, diversificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, re-alocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade”.

Como demonstrado não existir um único arcabouço teórico para explicar o fenômeno da diferenciação interna da cidade. Muitas vezes, a escolha por um uso pode estar atrelada ao seu valor de troca, via preço; em outros momentos, pode o valor de uso ser determinante para a escolha de um uso pelos atores urbanos. Quando os atores urbanos determinam um valor de troca a um determinado uso, está presente a necessidade de acumulação de capital na sua comercialização, presente ou futura. Por outro lado, ao dar um valor de uso os atores urbanos buscam a satisfação

de uma necessidade. Assim, empreendedores imobiliários estão estritamente preocupados com o valor de troca dos imóveis (preço de mercado). Os imóveis que possuem preços mais vantajosos ou que em um futuro próximo atenderem a esse requisito podem ser úteis (CASTELL, *opcit*).

È no jogo entre os atores urbanos que o mosaico urbano é estruturado. COX (*opcit*) afirma que um ator ao possui capacidade de controlar a ação de outro ator tem facilidade em manter um uso que mais atenda suas necessidade. Assim, as classes mais favorecidas não escolheram um terreno tão-somente pelo seu preço, mas pela sua capacidade de oferecer usos (serviços ou valor de uso) que mantenham a sua qualidade de vida como áreas mais arborizadas, mas silenciosas e com maiores possibilidades de lazer. O valor de uso da terra, neste caso, é privilegiado. Esse ator atua por meio da mobilização, isto é, seu recurso de poder – um exemplo pode ser as ações judiciais – para que os melhores espaços sejam seu espaço de (re) produção enquanto grupo social.

Os principais atores que determinam ou influenciam nas escolhas dos usos do solo urbano são: (1) o Estado; (2) os grupos sociais comunitários – moradores; (3) os agentes privados, entre eles os proprietários fundiários, imobiliários e os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais (CORRÊA; 1995). Esses diferentes atores interagem na formação do mosaico urbano por meio de processos diferentes e articulados, sendo que, de forma geral, quatro deles são considerados centrais nas abordagens teóricas de COX (*opcit*), LONG & DEAR (*opcit*), BAILY & BRANT (*opcit*) e CORREA (*opcit*).

No primeiro processo denominado controle/resistência alguns atores urbanos dominantes atuam por meio de relações de poder no processo de escolha do uso do solo. Esses grupos dominantes possuem a capacidade de controlar sua própria interação com o ambiente e com outros grupos de atores urbanos, por meio de nódulos de controle. Por outro lado, surgem nesse processo de controle por parte dos atores dominantes, os nódulos de resistências ou grupos de atores urbanos com menor poder de decisão na formação do mosaico urbano, que atuam para defender seus direitos e moldar as condições ambientais locais por meio de certos artifícios ou recursos de poder, mesmos escassos, para resistirem ao poder de atores dominantes.

No segundo, predomina a confluência de interesses, pois como os agentes montam estratégias que variam no tempo e no espaço, e essa variabilidade decorre tanto de causas externas quanto internas, é possível que em algum momento no processo de formação do mosaico urbano

haja união de interesses comuns. Nesse caso, as ações que visam à qualidade ambiental têm sido um bom exemplo, por que os desastres afetam a todos em proporções diferentes o que pode promover a união empresa-Estado-comunidade na resolução de um problema urbano comum.

O terceiro processo, que se estabelece relações socioespaciais entre agentes urbanos na formação do mosaico urbano, ocorre por meio da competição/segregação. Esse processo se dá por que os interesses dos agentes são diferenciados e muitas vezes conflitantes – uma vez que interesse de agente vai contra os interesses de outros na determinação de um uso ou conjunto de usos do solo urbano. Como resultado disso, têm-se os conflitos locais, que refletem a competição por espaços no meio urbano e a segregação espacial, de classe social ou de origem étnica, feita por agentes que possuem capital.

Por fim, o quarto processo caracteriza-se pela dominação/interesse dominante, que é o resultado da capacidade de atores dominantes utilizar o seu poder-habilidade para controlar sua interação com os outros atores urbanos a fim de alcançar o que deseja. Muitas vezes, os interesses desse grupo expressam sua capacidade de influenciar prioridades de políticas urbanas. Assim, por exemplo, tais atores podem utilizar mecanismos –econômicos e políticos– para determinar prioridades de alocação de recursos financeiros; e para determinar projetos desejáveis em detrimento de outros por meios discursivos como “discursos do bem-comum.

Nesta seção buscou-se considerar como os agentes citadinos operam, de uma forma geral, para a construção do mosaico urbano. Nas próximas seções deste capítulo, a atuação de cada agente será analisada de modo deparada para permitir o entendimento dos recursos de poder de que dispõem, e como os utilizam.

2.4.1 O Estado

A origem do Estado, para a ciência política, está atribuída na literatura como a percepção de incapacidade dos indivíduos comportarem-se responsabilmente em um meio social. A necessidade de ordem entre os interesses fez com que as pessoas racionais reconhecessem a necessidade de um Estado para impor ordem às pessoas.

Por isso, os indivíduos deveriam voluntariamente abandonar sua liberdade, principalmente para manter a ordem social. Pensadores como Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau, sob enfoques diferentes, utilizam-se da idéia de contrato social, em que a sociedade “abre

mão” dos seus direitos individuais em favor do bem-comum e, em troca, possuem a segurança, o direito de propriedade e a resolução de conflitos (MAGALHÃES, 2002).

O contrato social deu ao Estado, entre outras atribuições, o papel de atuar na organização espacial da cidade. A atuação do estado nessa questão depende, entretanto, da sua formação histórica, da sociedade constituinte e da localização. Devido a essa diversidade de funções atribuídas ao Estado em diferentes nações, o presente estudo foca sua análise na atuação do Estado capitalista, de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, desenvolvida pelas obras de CORREA (opcit) e BAILEY & BRYAN (opcit).

A principal atribuição do Estado é o de conduzir e condicionar como os diversos atores irão interagir no ambiente. Na cidade, esse agente é ao mesmo tempo industrial, comerciante ou proprietário, consumidor do espaço e regulador do uso do solo. Tem como face principal suas instituições como prefeituras e entidades – entidades e órgão públicos.

A atuação do Estado deve ser a de alocar bens e serviços na cidade, tanto para a população em geral como para os proprietários, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc. Além disso, está o dever de promover o zoneamento do solo, e de elaborar leis de controle do uso do solo e estabelecer o código de construções. No Brasil, essa atribuição é do Município – nível político-administrativo local do Estado – conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (Art. 30, inciso VII).

O Estado possui vários instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano, entre eles: (1) o direito de desapropriação e tributação de espaços vazios ou ocupados; (2) o investimento público de melhorias; (3) a mobilização de reservas fundiárias públicas; (4) a regulação do uso do solo; (5) o controle e limitação do preço da terra; (6) domínio das informações e dados sobre a cidade, e outros.

Essa diversidade de atuações possibilita vários poderes ao Estado. Frente a isso, ele não atua de modo isento, acima de interesses privados e da luta entre as classes. Muitas vezes, o Estado atua a favor de elites locais e grupos dominantes, compartilhando, assim, sua autoridade com outros agentes. Para BAILEY & BRAINT (1997), existe uma tendência crescente de um relacionamento entre Estado e negócios a fim de manter o *status quo* de uma elite dominante. Assim o Estado busca definir um uso para atender as elites e não a maioria da população.

Para CORREA (1995), a ação desse agente, também, é marcada pelos conflitos de interesses daquele segmento ou segmentos das classes dominantes, que, a cada momento, estão no poder, inclusive político. Como resultado disso, há um crescente emprego de investimentos públicos, na cidade, espacialmente desiguais e com suas conseqüências. Brasília é um exemplo clássico, no Brasil, de segregação sócio-espacial e diferenciação de emprego de recursos públicos. As cidades satélites são, muitas vezes, desprovidas de infra-estrutura, e a cidade Brasília sempre bem urbanizada, cheia de áreas verdes e parques.

A coletânea de estudos organizada por PAVIANI (1988; 1996) e por meio de seus trabalhos próprios mostram como a atuação do Estado capitalista cria condições distintas de vida e reprodução de diferentes classes sociais; por outro lado, mostra como esse mesmo agente atua para a manutenção dos interesses de elites locais e do *status quo*⁷.

Existem vários outros estudos que mostram o caso da atuação do Estado. Não cabe aqui, todavia, esgotar todo o assunto. Entretanto, as bases foram oferecidas para a compreensão de que forças e jogos determinam, via Estado, a decisão e a alocação da configuração da estrutura interna da cidade e seus respectivos resultados.

2.4.2 Os agentes privados

Os donos do capital, ou grandes investidores são adjetivos mais contundentes sobre a real face desses agentes. Na cidade, eles podem ser os grandes industriais, os grandes proprietários fundiários e os promotores imobiliários. Os primeiros atuam no sentido de determinar a melhor localização para os empreendimentos industriais. Os grandes proprietários atuam para obter a maior renda fundiária de suas propriedades, geralmente usos comerciais ou residenciais de grande *status*. Já, os agentes imobiliários são caracterizados tanto por aqueles que atuam na construção física do imóvel, e no seu financiamento, quanto por aquele que transforma o capital-mercado em capital-dinheiro (CORRÊA, 1995).

Tais agentes atuam, muitas vezes, de modo independente, porém quando seus interesses são ameaçados eles podem se aliar para que seus interesses sejam atendidos. Geralmente, atuam no sentido de determinar enfoques de políticas governamentais das mais variadas, e tanto podem ser

⁷ O capítulo 4 irá tratar com mais profundidade o caso da apropriação do solo em Brasília.

intervenções positivas quanto negativas para o meio ambiente e para o interesse público (BAILEY & BRYANT, *opcit*).

A primazia pela acumulação do capital é central para os agentes privados. É sob essa lógica que, para BAILEY & BRYANT (1997), esse agente promove ações e decisões nas várias escalas, que podem ser benéficas ou maléficas para a qualidade ambiental. Por exemplo, esse agente é um grande promotor de problemas ambientais e locacionais das grandes metrópoles, principalmente nos países subdesenvolvidos. Entretanto, em alguns países desenvolvidos tais agentes também atuam provocando problemas sócio-ambientais.

No caso da localização de áreas verdes na cidade, os agentes privados com frequência atuam no sentido de, muitas vezes, inviabilizá-las, como foi o caso do Central Park, em Nova York, que quase foi inviabilizado devido à ação de uma madeireira interessada em projeto de reflorestamento. Por outro lado, tais investidores também participam de ações de preservação de espaços verdes, até porque esses tipos de espaços próximos a empreendimentos imobiliários valorizam os preços dos imóveis.

Os estudos referentes à América Latina vêm reforçando a atuação conjunta da iniciativa privada com o Estado na determinação do mosaico urbano. Por meio de ações de beneficiamento de membros do Estado, com propinas e corrupção, ou, ainda, porque os agentes privados utilizam seu poder financeiro e político para determinar a locação de recursos em áreas específicas da cidade, geralmente as melhores áreas. Assim, as cidades do México, Rio de Janeiro, Bogotá que os agentes privados possuem localizações privilegiadas, aliadas a uma boa infra-estrutura de transporte, energia, dentre outros. (PAVIANI, 1988).

Para PAVIANI (1999), muitas lacunas ainda existem, pois os estudos urbanos carecem de delimitação das diversas atuações e ações desses agentes na organização do espaço urbano. Entretanto, as bases da atuação desse agente foram buscadas a fim de auxiliar o entendimento do estudo de caso dessa dissertação.

2.4.3 A comunidade local: os moradores

As comunidades locais ou moradores do meio urbano são, geralmente, o foco central pelo qual as políticas de uso do solo são necessárias. Tais agentes são, entretanto, os que sofrem diretamente dos impactos – positivos ou negativos – da política de uso do solo no meio urbano.

Cabe ressaltar que esses são muitas vezes agentes e pacientes nas decisões de políticas de zoneamento do uso urbano. Alguns estudos, principalmente nos países subdesenvolvidos, mostram que freqüentemente os moradores são muitas vezes os que mais perdem no processo de escolha do uso do solo urbano.

CORREA (opcit) enfatiza que a sociedade capitalista atual tem como característica as divisões em classes sociais – ou aqueles que possuem renda para consumir e os que não possuem renda. Por isso, os moradores podem ser categorizados em classes sociais, o que vai diferenciar a atuação destes agentes na cidade. Nesse contexto, LONG & DEAR (opcit) avalia o grau de impacto de políticas urbanas em diferentes moradores, e verifica que os de classe média são capazes de providenciar representações, por meio de *lobbies* ou organizações, que atuam nas políticas urbanas. PAVIANI (1988) também observa a diferença da atuação das distintas classes sociais ao descrever a reduzida atuação das classes com menor poder aquisitivo para determinar políticas promovidas pelo Estado na provisão de bens de infra-estrutura em bairros na periferia de Brasília.

Os moradores atuam nas decisões de escolha do uso urbano quando: (1) o grau de impacto do problema prejudica em grande proporção o seu cotidiano; (2) o custo de não se mobilizar é maior do que atuar na defesa dos seus interesses e necessidades imediatas; (3) percebem que suas demandas são tão legítimas quanto de outros atores. Portanto, para efetivar seus interesses, a comunidade local atua de formas variadas. As ações desse ator podem ocorrer por meio de invasão de espaços vazios para atender a sua demanda por moradia; e, ações judiciais, para que determinadas atitudes de outros agentes, sob o discurso da ilegalidade, sejam inviabilizadas. Segundo LONG& DEAR (opcit) e COX (opcit), a magnitude e o resultado das ações dos moradores são diferenciadas, devido, principalmente, ao seu grau de informação sobre um problema, capacidade de mobilização e coesão em torno de seus interesses.

Muitas vezes, os moradores se mobilizam para fazer com que a legislação seja cumprida, mas se defrontam com várias dificuldades. Quando os moradores agem no sentido de manter seus interesses, eles se configuram como um nódulo de resistência (BAILEY & BRYANT, opcit). Assim, os moradores passam a associar um uso como aquele capaz de suprir suas necessidades diretas – moradia, o bem-estar social ou áreas de lazer.

Atualmente, os moradores têm se apropriado de mecanismos participativos para tomar decisões sobre o mosaico urbano. A democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão entre os que planejam e os que sofrem as conseqüências desse planejamento - os moradores. Portanto, BORDENAVE (1985) afirma que o processo participativo permite a sociedade ter parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens socialmente definidos. Para ele existem cinco níveis de participação de menor e maior grau nos quais a sociedade tem participado na tomada de decisões.

Nos níveis de menor grau de participação, a administração toma as decisões finais, mas a sociedade é consultada ou pelo menos informada sobre essas decisões, e se apresentam da seguinte forma: (1) a informação, em que os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas; e, (2) a consulta facultativa, em que a administração pode, se quiser e quando quiser, consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema.

No que diz respeito aos níveis de maior grau de participação, a sociedade toma decisões e a administração cabe o papel de computar, ao máximo, essas decisões em suas ações, tem-se: (3) a elaboração e recomendação, na qual os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita, mas sempre se obrigando a justificar sua posição; (4) a co-gestão, na qual os administrados exercem uma influência direta na eleição de um plano de ação e na tomada de decisões por meios de comitê, conselhos e outras formas colegiadas; (5) delegação em que os administrados têm autonomia em certos campos ou jurisdições antes reservados aos administradores. Assim, a administração define certos limites dentro dos quais os administrados têm poder de decisão.

Nas cidades do mundo tem crescido os mecanismos participativos nos quais a sociedade passa a tomar decisões sobre planos diretores, definir prioridades de orçamento para infra-estrutura urbana, dentre outros mecanismos. Assim, as formas mais evidentes de participação são a

Comentário:

participação voluntária em que o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem a organização e estabelecem objetivos; a participação de fato ou espontânea aquela que leva os homens a formarem grupos vizinhos, de amigos, isto é, grupos fluidos, sem organização estável ou propósitos claros definidos a não ser para satisfazer necessidades psicológicas de pertencer, expressar-se, receber e dar afeto; e por fim, a participação imposta na qual o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar certas atividades consideradas indispensáveis.

Comentário: Formas de participação indicadas pela professora Neli

Entretanto, RABINOVICK (opcit) alerta para o fato de que essas formas de participação, sem definição muito clara do papel dos moradores e da administração pública, pode se tornar uma doença na qual os administradores dão, unicamente, a sociedade o papel na resolução dos problemas da cidade. Por outro lado, GODIM (opcit) afirma que a participação tem sido um importante elemento para a busca de uma cidade sustentável na qual possibilite uma organização urbana mais justa socialmente e mais equilibrada ambientalmente.

No que se refere a áreas protegidas a comunidade local tem um papel importante na implementação de um uso urbano de proteção especial por que: as políticas de conservação geram conflitos com as comunidades locais por que desconsideram as necessidades dessas comunidades; e por isso, a participação nas decisões de criação e implementação de áreas protegidas pode garantir que as necessidades, da comunidade em questão, sejam consideradas nas políticas de conservação; e por fim, a comunidade local é a que desfrutará diretamente dos benefícios gerados pelo uso urbano de proteção especial e cabe a ela lutar por essa melhoria (DIEGUES, 1993; UNESCO, 1985).

O discurso que norteou a necessidade do uso urbano de proteção especial para a melhora na qualidade de vida urbana, às funções que esse uso assumiu ao longo de sua existência, e a forma com que os atores urbanos participam na definição de uma política de conservação, seja no meio urbano ou rural, será tratado no próximo capítulo.

3. PARQUES URBANOS: HISTÓRIA, CONCEPÇÃO E POLÍTICA

O sentimento que muitas pessoas têm pelos espaços verdes deve ter urgido dos nossos ancestrais primatas, que viviam nas florestas; ou, ainda, a nossa paixão pelos jardins, principalmente, em que pedaços do campo derivam do subconsciente, vindo dos ancestrais humanos agricultores (BROWNE, 1973).

As pessoas e seus organismos são influenciados pelo ambiente em que vivem, e o ambiente citadino foi o espaço para o qual o homem transferiu-se do *habitat* natural para um *habitat* construído. Numa visão romântica, os espaços verdes seriam uma possibilidade de o homem citadino vivenciar a mudança das estações, o funcionamento da natureza e se aproximar do seu espaço de origem – a natureza.

BROWNE (opcit) afirma que os parques urbanos teriam a função de amenizar as tensões da vida moderna. Temporariamente, os animais humanos poderiam sair de suas cavernas para espaços prazerosos, com paisagem agradável e com aroma suave. Os parques foram contemplados como espaços capazes de proporcionar liberdade às pessoas que vivem em espaços limitados.

Apesar das diferentes razões, apontadas para que distintas sociedades tenham se preocupado com a criação dos parques urbanos, muitas às vezes, esses espaços verdes, mesmo diante de tantos benefícios, não se configuram como um uso preferencial no meio urbano, e provocam conflitos entre os atores citadinos. Com essa visão, este capítulo tem a finalidade de: (1) buscar o movimento histórico que fundamentou a necessidade dos espaços verdes para a sociedade; (2) compreender a percepção desse espaço, assumido ao longo de sua existência, tanto no cenário mundial como no Brasil; (3) traçar um breve cenário de como ocorre uma política pública de criação e implementação de um parque urbano no Brasil, enfocando o papel dos atores na definição de uma área urbana para a constituição de um parque ou de uma área verde.

3.1 SURGIMENTO DAS IDÉIAS DE ÁREAS VERDES NO ESPAÇO URBANO

A concepção social da natureza tem acumulado inúmeras camadas de significados no decorrer da história da humanidade. Esse fato acabou por gerar diferentes modelos de interação homem-natureza, determinados por paradigmas humanos de percepção, pensamento e ação.

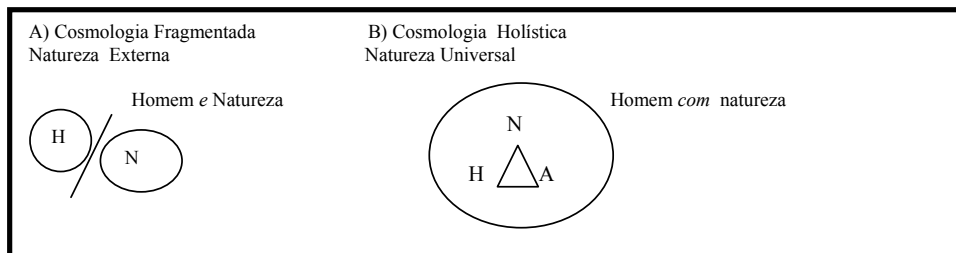
O paradigma de dominação da natureza é predominantemente originado na sociedade capitalista-industrial emergente. No entanto, surgiu, nessa mesma sociedade, um movimento romântico que rompeu com algumas bases do paradigma da dominação. É nesse movimento, denominado “movimento de volta à natureza”, que os parques urbanos estão presentes.

A compreensão das bases do movimento de dominação da natureza perpassa sobre a **concepção** que se forma em torno desse elemento. WHITE (1967) mostra que a concepção de natureza, como recurso a ser utilizado, de acordo com os desejos humanos, surge no âmbito do cristianismo, religião antropocêntrica, na qual a natureza foi concebida primariamente como um sistema simbólico, no qual Deus conversa com o homem. Contudo, o cristianismo não só estabelece um dualismo entre homem e natureza, mas também acentua a concepção de que a natureza foi deixada por Deus para que o homem a explore a fim de atender seus desejos.

A ciência, desenvolvida no âmbito da revolução industrial, junto ao pensamento judaico-cristão, cria as fundamentações para o processo de dominação. No século XVII, Francis Bacon afirma que a harmonia perdida na saída do Jardim do Éden deveria ser recolocada por meio da dominação, e a pesquisa científica teria um papel primordial. A indústria e o desenvolvimento científico se reforçam mutuamente, uma vez que o processo de produção utiliza os materiais naturais, transformando-os em produto, e a ciência desenvolve as artes mecânicas para gerar matéria-prima por meio da transformação dos elementos da natureza.

Essas perspectivas científica, tecnológica e teológica estabelecem os mecanismos que originam a evolução da sociedade ocidental, capitalista e industrial, e cria a concepção de natureza como algo externo, reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade; primitiva, pois é criada por Deus; e matéria-prima, que muitas vezes é uma fronteira na qual o capitalismo freqüentemente tem que recuar (WHITE, 1967; SMITH, 1988). Para ALMEIDA (2000), tal cosmologia antropocêntrica e fragmentada provoca, então, o modelo de interação homem-natureza conflitivo-egoísta caracterizado por ganhos socioeconômicos e perdas ambientais.

A Figura 02 é um esquema que demonstra dois tipos de interações homem-natureza: a primeira, a natureza, é algo externo ao homem; e a segunda, o homem, é mais um elemento que compõe a natureza. A cosmologia fragmentada de interação homem-natureza faz surgir uma interação desequilibrada, em que as exigências crescentes da indústria, das comunicações e da agricultura começam a ocasionar mudanças na face original da terra, que logo a tornarão irreconhecível. Todavia, essa cosmologia não está imune a contradições, pois no seu seio surge um movimento romântico, com uma nova concepção de natureza.



Fonte: Adaptado de ALMEIDA (2000).

FIGURA 02 – ÍCONES COSMOLÓGICOS

É no bojo do movimento de dominação da natureza que surgiram dúvidas e inquietações sobre o lugar do homem na natureza e seu relacionamento com outras espécies, visto que a face original da terra estava num processo crescente de modificações, as cidades originadas na sociedade industrial encontravam-se insalubres, a agricultura gerou danos sérios ao meio ambiente, e a introdução da mecanização e da tecnologia modificou a relação demanda e disponibilidade da matéria-prima.

Mediante esse cenário, na visão de THOMAS (1933), e por meio de um estudo cuidadoso da história natural, caíram em descrédito muitas percepções antropocêntricas dos tempos anteriores. A imagem de natureza é indescritivelmente complexa. Traçar todos os fatos e fenômenos que engendram uma mudança de concepção de natureza necessitaria de um árduo trabalho histórico.

No entanto, a percepção de natureza predominante na sociedade industrial, científica e capitalista determinou sua relação com a natureza. THOMAS (1983) e SMITH (1988) afirmam que é no seio da sociedade industrial que surge uma nova percepção de natureza, denominada natureza

poética, originada na população citadina intelectual. Essa classe passa a questionar os não benefícios sociais das alterações crescentes no mundo natural, surgindo, assim, novas relações da sociedade com a natureza.

Tais mudanças eram apenas aspectos de uma modificação mais ampla, que ocorreria na sociedade industrial emergente. Faziam parte de todo um complexo de mudanças que, em fins do século XVII, contribuíram para destronar muitas concepções estabelecidas para criar novas sensibilidades, de um tipo que foi se tornando mais e mais intenso.

Nesse contexto, a ciência possuía algum domínio sobre a natureza, e a natureza, que era ameaçadora, passava a ser fascinante. Isso ocorreu porque vários estudos sobre a fauna e a flora começaram a serem desenvolvidos na sociedade intelectual européia, influenciando o surgimento do movimento **de volta à natureza**, transformando a concepção de natureza como algo obscuro em algo magnífico e possível de ser descoberto.

Esse movimento tem as seguintes características, conforme afirma SMITH (1988:38):

“O movimento de ‘volta à natureza’ era resposta não dos desbravadores do sertão, mas dos habitantes urbanos: a valorização da natureza selvagem começou nas cidades. O literato, segurando uma caneta, não o pioneiro com seu machado, é que fez os primeiros gestos de resistência contra as fortes correntes de exploração”.

A cidade era o berço da poluição⁸, do ar e sonora, e dos maus costumes, e o campo passou a ser um local desejado, uma vez que possuía ar fresco e tranquilidade. Por isso, há o surgimento da valorização do campo e das áreas verdes no urbano que podem ser divididas em playground, ou seja, parques de diversão para crianças de pequenas dimensões, espaços intra-urbanos nos quais a cobertura vegetal deve ser mantida e os parques urbanos, que são “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”. (GRANZ, 1993:19).

Por conseguinte a importância dada às áreas verdes urbanas é o resultado de uma concepção predominante não de uma natureza externa, mas de uma natureza universal e romântica que se encontrara no campo. Todavia, essa concepção não rompe todos os processos de

⁸ O carvão queimado no início do período moderno continha o dobro de enxofre do carvão usado hoje em dia. Seus efeitos eram proporcionalmente mais letais. Notadamente, nociva era a poluição causada pelos gases e detritos gerados com a fermentação da cerveja, a tintura de roupas, a fabricação de goma e tijolos, e todas as outras indústrias instaladas no meio da cidade.

dominação da natureza da sociedade capitalista e industrial emergente, mas incita a necessidade da conservação dos elementos da natureza, no meio urbano, para o bem-estar da sociedade.

3.2 O ESTILO BRASILEIRO

No Brasil, as tendências do estilo europeu e americano se fizeram presentes nos parques urbanos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras cidades do País⁹. O estilo brasileiro de criar parques foi influenciado, principalmente, com a vinda da Família Real ao Brasil.

No entanto, segundo MACEDO & FRANCINE (2002), os parques brasileiros não deixavam de expressar as mudanças históricas, culturais e sociais das cidades brasileiras. Esses autores realizaram um “trabalho de resgate sobre o estilo dos parques brasileiros” e concluíram que as alterações dos estilos dos parques e jardins acompanharam as mudanças de valores e prioridades, tanto sociais quanto individuais, da sociedade brasileira.

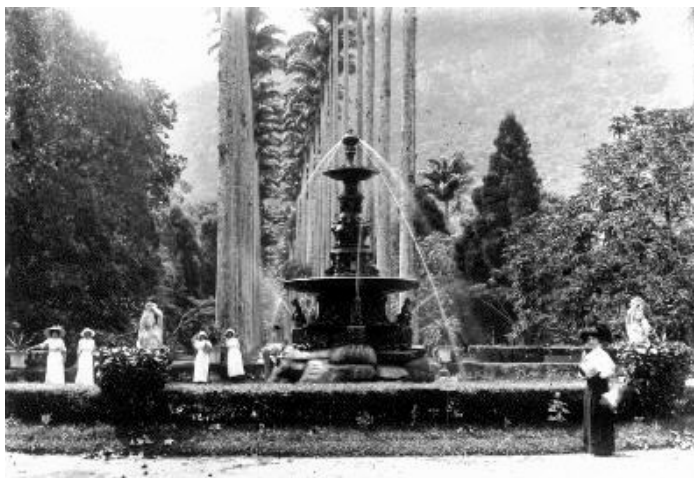
Por isso, os arquitetos do Projeto Quapá¹⁰, que visitaram 80 parques e 240 praças, classificaram os projetos encontrados nos parques brasileiros em três fases: o eclétismo, do fim do século até a década de 20; o moderno, que surgiu a partir da década de 30, cujas influências ainda permanecem; e o estilo contemporâneo que se tornou mais pronunciado a partir da década de 80.

O estilo eclético é marcado pelos estilos romântico e geométrico. Seguem esses estilos o Parque Museu do Ipiranga, em São Paulo, e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, que além de terem formas geométricas fortes procuraram imitar a natureza, com caminhos sinuosos e plantas que se debruçam sobre espelhos. São exemplos o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, e o Parque da Luz, em São Paulo (LEAL, 2000). A Figura 03 é uma demonstração deste estilo.

Entre as décadas de 20 e 30, do século XX, houve um crescimento dos espaços urbanos e os parques passaram a serem mais democráticos, freqüentados por pessoas de diferentes classes sociais. Como citado em LEAL (opcit), “essas transformações marcam a chegada do estilo moderno e o uso dos espaços livres para práticas esportivas, lugares para brincar e jogar”. O estilo moderno é marcado pelas concepções de Burle Marx que projetou parques como o de Brasília reforçando o estilo nacionalista.

⁹ Um estudo recente, realizado no Departamento de Arquitetura e Urbanismos da Universidade de São Paulo, resgatou as tendências estéticas e artísticas dos Parques Urbanos brasileiros.

As grandes cidades brasileiras passaram cada vez mais a possuir moradias com quitais menores, ou sem quitais. Os parques modernos surgiram para serem amplamente utilizados para o lazer, como na Europa, com espaços para mesinhas, *playground*, pistas de corridas e quadras esportivas. No Brasil, essa ruptura marca o estilo contemporâneo de construir parques urbanos, iniciam-se embrionariamente nos anos 80 com a introdução dos conceitos ecológicos no país e com a chegada de novas obras feitas no exterior. São exemplos desse estilo à maioria das intervenções do projeto Rio –Cidade, parques em Curitiba e a Praça Itália em Porto Alegre, de autoria de Carlos Fayet e equipe (1992), o marco desta nova geração projetual. No entanto, vários parques brasileiros encontram-se com sérios problemas entre eles os improvisos e a falta de investimentos, principalmente, em áreas de menor valor comercial, nas quais se encontram as classes de baixa renda (LEAL &GANEM, 2002).



Fonte: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, século XIX

FIGURA 03 – ESTILO BRASILEIRO

O aumento da longevidade, da mobilidade e do tempo de lazer e dos níveis populacionais nos espaços urbanos também são fatores que influenciaram a crescente necessidade por espaços verdes em todo o mundo. Na sociedade capitalista, os parques assumiram o papel

¹⁰ Quadro do Paisagismo (Quapá) é um projeto do Departamento de Arquitetura da USP que tem como objetivo determinar os vários estilos de parques urbanos no Brasil.

decisivo na manutenção da qualidade de vida dos cidadãos, porém não deixou de ser um tipo de uso urbano que despertara distintas percepções, no tocante as suas funções e utilidades no espaço urbano.

3.3 SIGNIFICADO E FUNÇÕES DOS PARQUES

Os parques surgiram, como fato urbano de relevância, apenas no final do século XVII, na Inglaterra, atingindo seu pleno desenvolvimento quase cem anos depois. Entretanto, somente nos anos de 1850 e 1860 os parques compõem os planos urbanísticos na Europa, inicialmente, na França, como os planos do Barão Georges-Eugène (GRANZ, 1993).

A fonte de inspiração do parque urbano foi o modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII, que tiveram origem nas idéias românticas de volta à natureza, como já foi exposto, sendo que dois fatos marcaram a criação dos primeiros parques: um foi à abertura dos jardins dos palácios ingleses ao público; outro foi à realização de empreendimentos imobiliárias promovidos pelas iniciativas públicas e privadas, que viram na criação dos parques bons investimento. A Figura 04, resumidamente, mostra alguns dos significados dos parques, no contexto urbano, assumidos ao longo de sua existência na sociedade capitalista urbana.

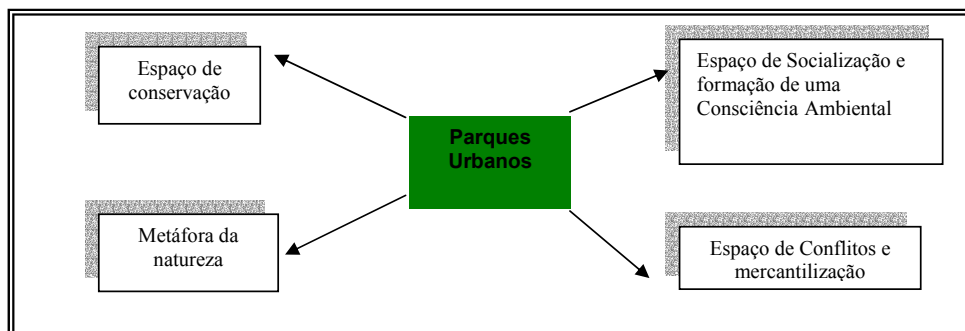


FIGURA 04 – SIGNIFICADOS DE PARQUES URBANOS

O modelo de criação de parques vigorou em todo o mundo. A percepção dos espaços verdes urbanos, como espaço de conservação, socialização e metáfora da natureza, motivou o surto de modelos de urbanização baseados no embelezamento das cidades. Entretanto, a transformação

do espaço urbano em mercadoria dificultou a criação e implementação dos parques urbanos no mundo, uma vez que esse uso passou a ser percebido como um espaço de conflitos. (GRANZ, 1982). As principais percepções que motivaram ou inviabilizaram a criação dos parques urbanos será descrito separadamente para permitir o entendimento dos mecanismos que as engendraram.

3.3.1 Parques como metáfora da natureza

A partir do século XVI, os jardins e os parques públicos passaram a ser o resultado da transformação do imaginário da natureza em hostil para um plano de espírito-culto religioso da natureza. Em especial, os parques passam a ser fragmentos da natureza no meio urbano, uma espécie de espaços congelados da ecologia, nos quais os homens atenderão suas necessidades instintivas vinda nos ancestrais primatas, sendo que os animais humanos enclausurados podem emergir das cavernas de suas salas para passeios (BROWNE & WHITANER, 1973).

Essa é a visão romântica que se estabeleceu a partir de uma mudança de mentalidade ocidental sobre a importância da conservação, que relaciona os grandes espaços naturais urbanos, com alívio dos problemas da cidade. Alguns intelectuais, em seus relatos, mostram a visão romântica e utilitarista em torno dos parques, uma concepção de espaços importantes para amenizar o meio citadino. Como afirma Frederick Law, em 1858:

“Melhoramentos da área, no entanto, dirigidos para algo mais do que meramente atender às condições urbanas, especialmente para a formação de uma categoria oposta de condições saneadoras das influências urbanas... Duas classes de melhoramentos deveriam se planejadas com este propósito: uma dirigida a assegurar ar puro e integral para atuar nos pulmões; outra, para atuar como paliativos, por impressões na mente e estimulando a imaginação”. (citado em KLLASS, 1993:20).

Tais espaços livres refletem a natureza como um espetáculo, essa visão é predominantemente marcada nos séculos XVII e XIX, um espaço de devaneio íntimo, que vai servir para cultivar a paisagem, mediante uma visão artística. Se forem nesses espaços que a natureza se mostrava, eram neles que existia a possibilidade de desvendá-la. SEGAWA (1996) afirma que esse imaginário fez aumentar a quantidade de parques, que originalmente eram bosques cercados, destinado à formação de reservas de caça. Isso por que, os parques tornaram-se locais que a burguesia passara a valorizar para o seu usufruto.

3.3.2 Espaço de socialização e formação de uma consciência ambiental

O símbolo principal que se desenvolveu em torno dos parques foi o de grandes espaços que poderiam aliviar os problemas da cidade e romper a situação citadina de estresse. De fato, os parques implantados na Europa e nos EUA tiveram esse papel. GRANZ (1982:08) afirma que “os parques possibilitariam aos cidadãos ter contato com ar fresco, lazer e tranquilidade”.

Além disso, os parques tinham como função principal a socialização da vida cotidiana. As pessoas poderiam caminhar, se encontrar, se conhecer e se relacionar. Era também o espaço de descanso que compensaria as horas de excessivo trabalho por horas de ócio, e é nessa perspectiva que os parques poderiam também otimizar o trabalho semanal.

Vários autores, entre eles GRANZ (1982) e KLIASS (1993), advogam a favor da importância dos parques para a saúde pública e mental, com a busca de um bem-estar psicológico da população, por meio da musicalidade e da organização visual da paisagem. Nas áreas dos parques, as pessoas poderiam por meio das caminhadas e outras atividades esportivas melhorar suas habilidades sinestésicas corporais, e desenvolver os sentidos de direção, tamanhos, etc.

Na sociedade americana, permeada por valores competitivos e individualistas do sistema capitalista, os parques tiveram o papel de reavivar valores relacionados com a vida em comunidade, com a vida do adolescente, do pobre e de grupos étnicos, fazendo dos moradores bons cidadãos, com consciência social e o sentimento de democracia (DOBER, 1969).

Cabe ressaltar que, inicialmente os parques eram espaços utilizados pelas classes média e alta, pois eram antigos jardins privados. Por exemplo, os ricos nova iorquinos promoviam carreatas no Central Park, com passeios a cavalo. Entretanto, ao se tornarem espaços públicos, houve uma socialização maior desse espaço, nos quais eram desenvolvidos jogos dos mais diversos entre distintas classes sociais.

O desenvolvimento dos movimentos ambientalistas, que surge no século XX e se acentua nos dias atuais, relata a importância da Educação Ambiental para a formação do cidadão. Os parques urbanos seriam espaços destinados à construção de uma consciência ecológica, nos quais os cidadãos poderiam compreender os processos naturais, por meio do contato direto com os elementos da natureza, e utilizariam essas informações na conservação dos recursos e do

ambiente urbano. A Figura 05 demonstra um projeto da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro na área de educação ambiental que é desenvolvido nos parques urbanos do Rio de Janeiro.



Fonte: Projeto Conhecer para Preservar, 2003.

FIGURA 05 – PARQUES COMO ÀREA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES RELACIONADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.3.3 Espaço de conservação

Os parques urbanos são espaços importantes para a conservação dos recursos ambientais urbanos - água, ar, vegetação e clima, uma vez que no processo de urbanização, virtualmente todos os aspectos do ambiente são alterados, inclusive o relevo, o uso da terra, a vegetação, a fauna, a hidrologia e o clima.

Isso por que, a urbanização cria um ambiente impermeável modificando o escoamento de uma bacia o que gera enchentes e erosões. Ela compromete a qualidade a quantidade de água para o abastecimento pelo aumento de dejetos nos cursos de água e pela destruição de nascentes. E por fim, a urbanização gera a poluição, pois com o aumento do número de carros e fábricas há o lançamento de elementos químicos no ar, insalubres ao homem (DREW, 1980).

Assim, os parques funcionariam como “preventivos” desses danos ambientais. Possibilitariam, assim, a manutenção de alguns atributos naturais no meio urbano - vegetação, geomorfologia, nascentes e outros, e auxiliariam na manutenção de ruídos, no embelezamento do ambiente, no melhoramento do microclima local quanto à umidade e insolação, no controle de erosão, na qualidade do ar e na manutenção de mananciais. (RIBEIRO, 2000).

3.3.4 Espaço de conflitos e mercantilização

As cidades são criadas sob a ruptura do sistema feudal e no surgimento de uma lógica capitalista. A formação do capitalismo e a transformação da terra em mercadoria são fenômenos que fizeram com que surgissem os grandes aglomerados urbanos, que por sua vez reforçará condições próprias para o desenvolvimento capitalista. Assim as cidades se formaram com a tarefa de otimizar o lucro, por meio da alocação de bens e serviços importantes para a reprodução do sistema. CORRÊA (1995:7) afirma que “o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si e esses espaços são reflexo das escolhas de usos promovidos pela sociedade e seus grupos”.

A cidade se aglutina em torno de 80% da população mundial e o meio urbano acabou se tornando um espaço condicionante da sociedade, pois viabiliza a continuidade da produção. É também local de relacionamento das classes sociais ou grupos e, por isso, tem uma dimensão simbólica, uma vez que envolve o cotidiano. É também cenário e objeto das lutas sociais, cujos grupos sociais combatem por seus direitos. GRANZ (1982) assegura que considerações econômicas e políticas podem ocasionar a mudança de destinação da área de parques, o que foi verificado em vários casos de criação de parques nos Estados Unidos. Por outro lado, os parques urbanos também assumiram a função mercadológica em várias cidades, pois tem o papel de valorizar áreas urbanas devido a sua raridade nos espaços urbanos (SANTANA, 2001).

Como os parques urbanos representaram uma escolha de uso do espaço urbano, para um conjunto amplo de atores que possuem necessidade e interesses diversos é na definição da escolha de um uso que se formam o conflito. CORRÊA (1995:10) é enfático ao lembrar que: “(...) a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas aos espaços urbanos, diversificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação e etc.”.

Os conflitos ocorrem em inúmeras áreas destinadas à implantação de parques. Por isso, as áreas verdes dos espaços urbanos encontram dificuldades, pois os espaços livres enfrentam uma intensa pressão da urbanização acelerada, como é verificado no Brasil, onde a população urbana dobrou em 46 anos (IBAMA, 2002). Como resultado disso, para LEAL & GANEM (2002), a falta de investimento e o abandono das áreas verdes em muitas cidades tornaram-nas áreas baldias, cheias de mato e lixo e, por isso, inseguras para muitos moradores.

À medida que se estrutura o arranjo dos atores no meio urbano, sua alocação de poder e produção dos seus interesses frente a outros, acirram-se os conflitos, eixo central para se compreender como funcionam as políticas públicas de conservação do espaço urbano, tema do próximo item.

3.4 ESPAÇOS VERDES SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma política é definida como “um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” RUA (1998:01). Por outro lado, as políticas públicas são *output*, resultantes das atividades políticas e compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Assim, no processo de andamento de uma política pública há um conjunto de diversas ações, selecionadas estrategicamente, para implementar decisões tomadas de acordo com uma demanda.

Nas cidades brasileiras as políticas públicas se configuram por meio do Planejamento Urbano, que tem como resultado o Plano Diretor ou um conjunto de normas de uso determinadas por estudos técnicos e, principalmente, por debates políticos que têm como fim último determinar o mosaico de usos que atenda ao interesse social e à equidade social (GODIM, 1995).

Para alguns atores, o planejamento urbano se fez necessário no momento em que as cidades se configuravam como um espaço importante para a reprodução do capitalismo, ou, ainda, como forma de racionalizar a organização social da cidade, de forma a reduzir os impactos dos problemas ambientais e sociais da cidade na reprodução do capital das classes sociais (SANTOS, 1996).

Na composição do mosaico urbano, os atores urbanos são os principais protagonistas. São eles que utilizam os debates, os jogos e as lutas para compor o mosaico que mais atenda seus interesses, ou seja, aqueles que possuem mais recursos de poder influenciam mais o complexo de uso urbano (COX, 1973).

Segundo CORREA (1995), nas cidades brasileiras tais protagonistas são o Estado, os agentes privados e os moradores que podem se apresentar, ora com interesse público ora com interesses privados, e são aqueles que oferecem ou retiram os *inputs* de demanda e apoio (obediência às normas, pagamentos de tributos, manifestações políticas e outros), para que o plano diretor seja efetivado de acordo com seus interesses e necessidades, referendados por suas percepções do espaço urbano.

Para HARVEY (*apud* GONDIM, 1995:226):

“(...) a alocação do espaço urbano, especialmente o residencial (o qual é o predominante nas cidades), é similar a ocupação seqüencial dos lugares de um teatro, sendo a ordem de entrada determinada pelo poder de barganha. Depois que os espectadores que dispõem de mais dinheiro e poder escolhem seus lugares, os mais pobres têm que se contentar com o que sobra”.

No meio urbano, um dos usos considerados como importante e necessário para a composição de usos são os espaços verdes, ou, mais precisamente, os parques urbanos, as praças de lazer e o *playground*. Tal afirmativa parte da legislação federal brasileira, que determina à política de desenvolvimento urbano - executado pelo Poder Público municipal - considerar algumas normas da regra geral federal no zoneamento ambiental urbano.

A Figura 06 demonstra as fases de elaboração de um Plano Diretor. Existem cidades planejadas que nascem com planos diretores. Entretanto, na sua grande maioria, as cidades já possuem, mesmo antes dos planos diretores, um grau de utilização, ocupação e expansão consolidada. Nesses casos, o plano diretor tem o papel de buscar organizar e determinar usos importantes para o ordenamento da cidade, regulamentados por legislação, que não foram considerados na expansão da cidade (GONDIM, 1995).

Como toda política pública, o plano diretor estabelecido deve passar pelos processos de elaboração, implementação e gestão/operação. Importante ressaltar que, todo esse processo ocorre em face dos arranjos entre os atores urbanos que atuam na organização da cidade, como citado no capítulo anterior, de forma a tornar um uso viável ou inviável de acordo com o seus interesses e necessidade.

A formulação de um plano diretor é uma exigência da legislação brasileira. Essa norma legal determina um prazo de 5 anos para que um plano seja elaborado em cidade com mais de 20 mil habitantes. Essa legislação, determina ao Poder Público municipal a atribuição de formular o

plano diretor, no qual deve constar a política de desenvolvimento e a expansão urbana (ESTATUTO das CIDADES, 1995).

Na formulação de um plano diretor há definições de alternativas de usos para compor o mosaico urbano. A decisão é sempre política, e está permeada de ideais (RUA, 1997). As considerações técnicas podem ser apreciadas, muitas vezes, para justificar esses ideais. Nessa fase, os espaços verdes devem ser obrigatoriamente demarcados nos Planos Diretores, face às exigências da legislação vigente.

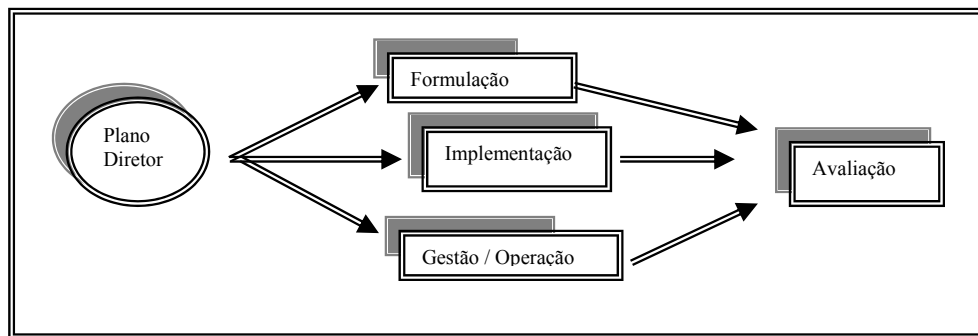


FIGURA 06 – PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR

Os governos locais devem manter áreas no perímetro urbano, nas quais se localizam áreas de nascentes e com sensibilidade ambiental para lazer ou conservação que, no plano diretor, são definidas: pelo Código Florestal (Lei nº 4.771/65, artigo 2º) que determina a criação de áreas de proteção permanente em áreas de nascentes em perímetros urbanos; pela lei que cria normas de parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/79, artigos 2º e 3º) e determina a reserva 30% do espaço urbano a áreas verdes; e, por fim, pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.254/01, artigos 2º, 26 e 39), que determina a reserva de áreas verdes para o lazer e conservação (MORAES, 2001).

Assim, na formulação do plano diretor de uma cidade, os atores podem até não concordar integralmente com o estabelecido de áreas protegidas, mas a existência de parâmetros legais limita atitudes de represália. Se não forem expresso os parâmetros legais, nessa fase, pode o plano de organização da cidade tornar-se ilegítimo, e outros usos que já foram barganhados tornam-se, também, ilegítimos. Alguns atores, que participam do processo de determinação dos usos, em especial do Estado, podem, nessa fase, utilizar a imagem dos protetores do bem público e do lazer a usos que, obrigatoriamente, e segundo lei federal, devem ser instituídos no plano diretor (SEGAWA, 1996; GRANZ, 1982).

Por isso, alguns políticos utilizam-se da percepção de que as áreas verdes são espaços de lazer e conservação e, algumas vezes, apóiam-se na visão romântica de preservação da natureza, para convencer os outros atores da adequação de suas propostas. Atuam, portanto, de forma a unir sua imagem à destinação de uma área livre para a conservação ou lazer de sua autoria, para reforçar a percepção de que ele realmente se preocupa com a cidade de forma a barganhar apoio social (GRANZ, *opcit*; QUAPÁ, 2003).

Por outro lado, na fase de formulação dos planos diretores, a comunidade também pode exigir o cumprimento da lei, por meio de manifestações em prol dos espaços de lazer e conservação, reforçando, assim, a demanda ou os *issues*¹¹, ou questões que irão compor a pauta da formulação do plano diretor que podem estar causando perdas a esse ator ou a outros atores. (RUA, 1998; GRANZ, *opcit*).

A implementação do mosaico de usos, resultante da formulação do plano diretor, é um processo complexo e contínuo. MAGALHÃES (2002:274) define essa fase como a “pós-decisória em que a política, demandada ao sistema político e por ele decidida, vai ser vai ser operacionalizada”. Em outras palavras, trata-se das ações para fazer uma política sair do papel e funcionar efetivamente.

No processo de implementação de um plano diretor, as áreas verdes podem ser percebidas como um espaço de conflito. Segundo COX (1973), isso se dá quando um ator, que participou ou não do processo de definição dessa área percebe, por algum evento que acontece, que esse uso não vai atender ao seu interesse ou a necessidades imediatas. O resultado é que esses atores podem atuar por meio de elementos de barganha para promover o insucesso da implementação dessa área.

Os estudos de RUA (1998), foram utilizados, neste estudo, para compreender as ocorrências mais comuns que podem inviabilizar a implementação de uma política pública e, nessa ótica, como se dá à ação dos atores para inviabilizar a implantação de um uso que não atende aos seus interesses:

¹¹ Para RUA (1998:7), os *issues* são aspectos de uma decisão que afetam os interesses de vários atores e que, por esse motivo, mobilizam as expectativas quanto aos resultados da política e catalisam o conflito entre os

a) Uma política deve dispor de tempo e recursos financeiros, materiais e humanos, em todo o seu processo. Caso contrário, as iniciativas não atenderão as propostas e as alternativas de um plano. Nas áreas verdes, como se configuram muitas vezes um “luxo desnecessário”, especialmente em sociedade, que possuem outras demandas mais urgentes, os administradores utilizam o discurso de que precisam empregar verbas em outras áreas e fazem uso do dinheiro do orçamento, destinado à implantação das áreas verdes, a outras finalidades, criando nas áreas verdes apenas algumas irrisórias melhorias, principalmente em áreas periféricas (PIRES & BRAGA, 2002).

b) Qualquer sistema político em que a formulação e a implementação são separadas, seja pela divisão entre o Legislativo e o Executivo, seja pela divisão entre níveis de governo, oferece oportunidades para a adoção simbólica de políticas, sem necessariamente ter a intenção de implementá-las. Assim, se o legislador, que tem o papel de fazer determinações de recursos financeiros para que o Poder Executivo implemente as áreas verdes, não o faz, o Executivo fica sem dotações orçamentárias para implementar o uso. Por outro lado, o Legislativo utiliza-se da autoria da criação da área para a imagem política e afirma que já fez a sua parte (LEAL & GANEM, 2002).

c) A implementação que está permeada de interesses privados pode descaracterizar as alternativas de uso propostas na formulação do plano diretor. Em algumas situações há atores que possuem recursos de poder – influência política ou poder econômico - para determinar usos do plano diretor que serão implementados. Por isso, muitos usos que comprometem o interesse privado, não compreendem os usos que irão compor a agenda política local, por isso, usos que compõem o plano diretor original podem ser desconsiderados (COSTA, 2000).

No próximo capítulo, buscar-se-á, por meio de um estudo de caso, a aproximação entre a confrontação teórica e as práticas sociais do cotidiano dos atores do urbano, em especial os que mais são atingidos – positiva ou negativamente – pelas políticas públicas – a comunidade local.

4. ATORES E CONFLITO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE URBANO E VIVENCIAL DO GAMA

atores. Dependendo da decisão que for tomada, alguns atores ganham e outros perdem; seus interesses são afetados e a política assume uma configuração ou outra.

O presente capítulo apresenta um estudo de caso sobre o processo de criação e implementação de um parque urbano do Distrito Federal, denominado Parque Urbano e Vivencial do Gama¹². A área destinada à implementação do PUVG possui um importante potencial ambiental e social para a qualidade de vida na cidade do Gama, embora atualmente, encontra-se degradada e invadida. Esse capítulo busca compreender os mecanismos da percepção dos atores envolvidos na criação e implementação do PUVG que contribuem para a não implementação do uso proposto em lei.

4.1 APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS LIVRES NO DF

A expansão do espaço urbano do Distrito Federal é o resultado da construção e consolidação de Brasília – a capital do Brasil. Como “cidade ideal e planejada” na sua concepção original Brasília foi no passado e é, atualmente, marcada por várias contradições, que se espelham na história de formação e ocupação do seu território. Contribuindo, assim, para a uma utilização desordenada do espaço urbano do DF que ocasiona a destinação de espaços verdes a outros usos mais rentáveis economicamente (PELUSO, 2003).

A apropriação e a utilização dos espaços livres do DF estão intimamente ligadas ao tipo de práticas de apropriação do espaço que se desenvolveu na formação histórica do território do DF. Na verdade essas práticas espelham o quão desordenado é a história de implantação, expansão e consolidação do espaço urbano do DF. CIDADE (2003) cita essas fases e responsabilidades dos atores no processo de sub utilização do espaço urbano do DF.

Na implantação, a imagem central estava alicerçada no discurso da cidade igualitária, ideal, capital da esperança, em que o sonho deveria ser desfrutado igualmente entre todos e buscava o apoio político para a transferência da capital. No entanto, na prática, iniciou-se a separação das classes inferiores por meio da criação de cidades distantes de Brasília em até 40 Km. As práticas de uso do território foram entre elas à possibilidade de lucros decorrentes da rápida valorização da terra urbana equipada pelo governo no Plano Piloto.

Na consolidação da cidade, entre 1970 e 1985, o modelo de polinucleamento se manteve apoiado no moldes dualistas e no modelo centro-periferia. Apoiado sob um regime autoritário em que há uma acentuação dos movimentos migratórios, em parte pelo sonho construído na fase

¹² As razões por tal escolha foram descritas no tópico universo da pesquisa.

anterior, em parte pela expulsão dos trabalhadores do campo, em face de modernização conservadora. “Brasília torna-se uma metrópole terciária polinucleada” (PAVIANI, 1988:63).

Por fim, a fase de expansão vai de 1986 até os dias atuais caracteriza-se por um significativo crescimento e adensamento da área urbanizada do DF, embora não como nas décadas anteriores. E manteve-se, ainda, uma diferenciação na qualidade de vida e ambiental entre centro – Plano Piloto e a periferia – e as cidades satélites, por meio de políticas excludentes. Aprofundou-se ainda mais a imagem de Brasília – e do Distrito Federal – como uma cidade plena de contradições, que expressa claramente a tensão entre o ideal e o real.

Essas fases de ocupação e apropriação do espaço urbano do DF, afirma CIDADE (2003), e a diferenciação entre discursos e realidade nas políticas de ocupação do espaço urbano do DF, gera no DF um crescimento periférico não planejado. De fato, o resultado disse fato é a ocupação desordenada dos espaços públicos do DF, principalmente nas áreas urbanas periféricas, carentes de recursos públicos e palco de especulação imobiliária.

A prática de ocupação desenfreada dos espaços é uma máxima dos comportamentos legitimados pelo Estado e por suas instituições, bem como pela população em geral e por agentes imobiliários, que vêem na ocupação da terra pública a capacidade de se reproduzir enquanto ator ou grupo.

PELUSO (2003) também cita a apropriação de terras públicas como um dos problemas mais sérios que o Distrito Federal se defronta. E relaciona esse fato à noção que se desenvolveu, desde a colonização do Brasil, de que os espaços livres, nos quais a natureza deve ser mantida, mostra-se incompatível com a noção de apropriação e de propriedade privada, fazendo com que a natureza seja útil, como recurso, e degradada, na prática.

No DF, ocorre o seguinte:

“A noção de que os espaços vazios são, igualmente, para serem apropriados, como maneira de atender a urgência de suas demandas reprimidas em terno de moradia e trabalho. Assim as áreas públicas da cidade são invadidas por bares, restaurantes, lojas, áreas verdes se transformam em estacionamentos de veículos, parques e APAs são invadidos e todos os usos proibidos tornam-se permitidos” (PELUSO, 2003: 52).

Como forma de garantir a apropriação das terras públicas, os atores urbanos do DF organizam recursos - econômicos e políticos - de poder para garantir o acesso aos espaços livres. O Estado é um ator protagonista na estrutura de expansão e ocupação dos espaços livres do DF, por meio de sua ação ou omissão. Ou, ainda, ele se estrutura, principalmente, com atores privados para promover a apropriação mais lucrativa dos espaços públicos.

A política urbana do DF está ordenada segundo o modo pelo qual se dá a predominância de interesses articulados pelo Estado e as classes dominantes e de pressão. Esses atores atuam no espaço de acordo com seus recursos de poder e capacidade, por meio de discursos, em que promovem as suas práticas de apropriação do território que mais lhes convêm (PAVIANI, 1999).

Em suma, como afirma MELO (1999) e ANJOS (1995), o crescimento desordenado do DF tem causado a deterioração da qualidade de vida e do meio ambiente. Tal fenômeno ainda é mais problemático nas cidades periféricas de Brasília, como o Gama. Assim, há uma pressão exacerbada que ocorre desde o surgimento da capital, sobre o ambiente natural ou espaços livres e, crescentemente, tais espaços se configuram como espaços de conflitos, pois outros usos parecem serem mais lucrativos e importantes para os atores no ordenamento urbano do DF.

Esse cenário também está presente nas práticas de apropriação dos espaços da cidade do Gama, ou Região Administrativa II do DF. O Gama, assim, como a Ceilândia, tinha como concepção original à erradicação de favelas que se alocaram próximas à Brasília. A cidade foi criada como um segundo espaço, que fixaria a população de baixa renda que permaneceu em Brasília depois de sua construção.

Como Região Administrativa, o Gama ocupa uma área de 276,34 km² e tem como sede a cidade satélite de mesmo nome, com 15,37 km² de área urbana, situada 33 km a sudoeste de Brasília. Em 13 de abril de 1960, foi sancionada a Lei nº 3.751, que regulamentou a implantação dessas cidades, por força do fluxo de mão-de-obra que se deslocava para Brasília, vinda de todas as partes do País.

A planta da cidade do Gama foi elaborada por Paulo Hungria, arquiteto de renome que dividiu a cidade em cinco setores: Norte, Sul, Leste, Oeste e Central, com quadras de forma hexagonal, criando a imagem de uma imensa colméia. Atualmente, o Gama é uma cidade de uma

população em torno de 127.963 habitantes, com uma renda média por família de R\$ 1.012,66. Entretanto, FERRERA (2000) verifica que uma das principais percepções dos moradores em relação ao espaço urbano do Gama foi de uma cidade que possui sérios problemas de infra-estrutura como carência de asfaltamento, coleta adequada de lixo em áreas baldias, ausência de postos de policiamento e espaços destinados ao lazer.

A cidade do Gama possui um projeto urbanístico moderno com amplas áreas para lazer que na realidade não foram implementadas¹³. Essas áreas compõem e devem ser conservadas por possuírem atributos ecológicos como nascentes e cerrado nativo. A situação de degradação e abandono é presente nessas áreas. Nesse sentido, existe uma demanda pela implementação de espaços de lazer na cidade que não é devidamente atendida pelas instituições responsáveis. Como é o caso do Parque Urbano e Vivencial do Gama, cuja implementação sofre descontinuidades em função das percepções que existem sobre a área.

4.2 POLÍTICA DE PARQUES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal tem atualmente cerca de 42 parques criados por lei.¹⁴ Entretanto, quase todas essas áreas encontram-se com ocupações irregulares e um intenso processo de degradação. São áreas muito pressionadas tanto para atender as necessidades habitacionais daqueles que não dispõem de moradia, quanto especulação imobiliária. (PIRES & BRAGA, 2002).

Os parques urbanos são definidos no DF pela Câmara Legislativa, por meio da criação de Projeto de Lei Complementar e podem, também, serem propostos ao legislativo pelo Poder Executivo (governador). Uma vez criados, os parques devem ser implementados pelo Poder Executivo.

Atualmente, tem-se uma outra instância de deliberação sobre o assunto parques, denominada Comissão de Parques do DF, que surgiu de uma decisão tomada na gestão de 1998 a 2001 do governo Roriz. De acordo com o chefe da Comparques, tal decisão surgiu porque:

“As áreas foram criadas pelo Poder Legislativo e algumas pelo Poder Executivo e estavam servindo de depósito de lixo e ocupações irregulares: invasões, etc. Então, daí é que surgiu a idéia de estabelecer uma política para os parques do governo do Distrito Federal. Essa política tem como meta transformar Brasília na cidade dos parques”. (Entrevista, 15/01/2002)

¹³ Ver mapa Anexo IV

¹⁴ Ver Anexo III

A Comparques é formada por entidades tanto do governo como TERRACAP, NOVACAP quanto de outras instâncias que não participam da estrutura do governo do DF como o IPHAN. Para o chefe da Comparques essa composição, que envolve vários atores, pode facilitar a implantação dos parques do DF, assim, as instâncias que compõem essa estrutura ao se reunirem para decidirem sobre a implantação dos parques, já possuem informações sobre a situação fundiária, financeira, e verificam as normas legais e estéticas relacionadas ao tombamento de Brasília.

A execução das atividades relacionadas com a implantação dos parques no DF está estruturada de acordo com os papéis e atributos das seguintes instituições, que são assim definidos:

“A atribuição principal da comissão é coordenar a implantação do parque. A comissão tem o papel de definir a situação fundiária. Dentro desta definição da situação fundiária: se a área é pública ou privada de quem é a área, tem uma empresa contratada para a definição da poligonal, ou seja, do limite do parque, além disso, o cercamento e policiamento de 24 h que será feito pela polícia florestal. A SEMARH participa como supervisora dos parques e as administrações locais gerenciam os parques. Então, por exemplo, um parque do Paranoá a direção do parque é das administrações locais e a supervisão do que é feito ali dentro, do que executado é da SEMARH” (Entrevista Chefe da Comparques, 15/01/2002).

A implementação das áreas verdes no DF é um processo complexo e, muitas vezes, é interrompido ou descontinuado. Para o diretor da SEMARH em entrevista realizada no dia 15/08/2002, o legislativo, muitas vezes, ao criarem áreas de proteção não prevêem os recursos financeiros no orçamento para que o Executivo cumpra com as atividades de implementação da área. Por outro lado, quando o legislativo faz alguma dotação orçamentária, os recursos são destinados pelo executivo a outras instâncias, comprometendo, assim, o processo de implementação dos parques. Por isso, o executivo, que é representado pela COMPARQUES e SEMARH, possui dificuldades para definir a poligonal de áreas destinadas à criação de parques.

O processo de implementação é dificultado também, porque o executivo não dispõe de profissionais suficientes para implementar os parques. Além disso, os interesses de atores privados, dentre eles moradores locais e agentes privados influenciam as decisões políticas, interrompendo processos de desapropriação de áreas. Segundo diagnóstico do diretor da SEMARH há três obstáculos principais para se alcançar à plena implementação de um parque.

O primeiro deles é de ordem política, ou seja, o executivo não define áreas protegidas por que existem outras demandas políticas ou interesses privados para serem atendidos. O segundo deles, é de dotação orçamentária, em que não existem recursos suficientes para a definição de

poligonal; cercamento da área; e, elaboração, execução e gestão do plano de manejo. Por fim, o terceiro perpassa pela questão da manutenção do uso, por que a pressão nessas áreas é muito grande, principalmente, advinda da ação de invasores (Entrevista realizada em 15/08/2002).

A lei distrital 265/1999 ratificou a competência das administrações regionais para gerenciar os parques, com a supervisão da SEMARH, mas cada parque deve ter um conselho gestor, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil. Segundo o artigo 14 dessa lei compete ao Conselho Gestor:

“I-aprovar os projetos de atividades de recreação, lazer, esporte a serem desenvolvidas nas zonas de atividades múltiplas dos parques”.

II-aprovar o plano de manejo

III-opinar sobre as atividades a serem desenvolvidas nas zonas de transição;

IV - aprovar proposta de cobrança pelo uso de instalações e de serviços nos parques e o seu valor;

V - opinar sobre as propostas de convênios a serem firmados pelos Poder Público com vistas à implantação e conservação de parques.”“.

Entretanto, na prática a participação da sociedade civil na criação, na implementação e na gestão das áreas protegidas, é vista pelos órgãos, que definem a implementação dos parques urbanos do DF, de forma controversa. Para eles a sociedade pode ser a causadora da degradação em áreas destinadas ao parque; e, por outro lado, a própria comunidade pode estar lutando pela implantação do parque urbano. Assim, a participação da sociedade civil ocorre de duas formas no DF, uma é de ordem política e a outra é técnica ou operacional.

Os grandes conflitos promovidos pela retirada de moradores têm um custo político elevado pela perda de apoio social, daí a importância da participação social, em que, por meio do diálogo, busca-se o esclarecimento e o convencimento da comunidade local. O chefe da Comparques, em entrevista realizada em 15/08/2002, dá seu testemunho sobre como a Comissão de Parques tem tratado os impactos sociais sobre as comunidades locais, ocasionados pela criação de áreas verdes:

“Nós resolvemos isso através do esclarecimento. Através da negociação, Através da informação, no caso do morador local, daquele que fica próximo. Por que ele está pensando assim? Por que ele está desinformado. Por que ele vê assim. Buscamos resolver da melhor forma possível”.

No que diz respeito à visão técnica ou operacional a participação compromete o processo de implementação de parques. A participação da sociedade civil gera uma demora no processo de implementação, uma vez que as audiências públicas criadas para participarem das

decisões de implementação e gestão de alguns parques urbanos são palcos de conflitos inacabados. Assim, muitas vezes, algumas instâncias da sociedade civil só participam de audiências públicas para modificar o processo de implementação de parques contrários aos seus interesses. O Diretor da SEMARH, em entrevista realizada 15/08/2002, é enfático nessa questão, quando perguntado de que maneira se dá o relacionamento SEMARH e a comunidade local de parques urbanos no DF:

“Nós trabalhamos em condições precárias. O nosso maior patrimônio aqui é o cérebro das pessoas e a boa vontade, mas não adianta por mais quase faça não adianta as pessoas só se manifestam para reclamar para criticar e nunca para elogiar. Com as associações de moradores não dá certo. Por que cada uma delas tem objetivos específicos, e geralmente há conflitos entre os objetivos específicos e o maior, então no fim as reuniões nós vamos lá para sermos criticados”.

A implementação de parques urbanos do DF é comprometida pelo relacionamento conflituoso entre as instâncias do governo no processo de criação e implementação de parques urbanos e a comunidade local (LEAL & GANEM, 2002). O PUVG possui uma configuração de relacionamento entre instâncias do governo e comunidade local que pode indicar alguns pontos da percepção, de uma área urbana de proteção especial do DF, que geram conflitos e comprometem a sua implementação.

4.2.1 O processo de implementação do Parque Urbano e Vivencial do Gama

O Parque Urbano e Vivencial do Gama – PUVG foi iniciativa do Deputado César Lacerda¹⁵, que percebeu, na sua gestão administrativa do Gama (1990-1994), a necessidade de se estabelecer uma área especial de lazer para a comunidade gamense. A localização do parque, estabelecida na lei nº 1.959 de 1998, deu-se na porção norte da cidade, antes destinada à área residencial. Não obstante, a identificação que essa área possuía lençol freático muito alto determinou a reordenação do uso desta área consolidando a proteção de mananciais com potencial de abastecimento de água e oferta de alternativas de lazer. (Assessor do deputado em entrevista realizada em 20/01/2002). O quadro 04 compreende o Artigo 101 do Plano Diretor do Gama que define as diretrizes desse uso no mosaico urbano do Gama

A possibilidade de oferecer qualidade de vida aos moradores não contribuiu para a implementação do PUVG. A área destinada à criação do PUVG encontra-se intensamente

¹⁵ Deputado eleito nas gestões 1994-1998 e 1999-2002 com maioria da base eleitoral no Gama.

degradada, pois é um lugar que, atualmente, tem servido como depósito de lixo¹⁶. Além disso, as nascentes que oferecem parte de água para o abastecimento de água do Gama estão comprometidas, pois uma parte do interior da área, destinada à criação do PUVG, encontra-se ocupada por chácaras, igreja, instituições filantrópicas e casas simples ¹⁷; e, a outra, tornou-se depósito de lixo e entulho de moradores das regiões próximas. Essa situação geral da área destinada ao PUVG é o resultado das percepções dos atores que tem o papel de definir o mosaico urbano do Gama.

Quadro 04 – PUVG no Plano Diretor do Gama

Art. 101. O Parque Urbano e Vivencial Norte será objeto de projeto urbanístico e paisagístico especial obedecendo as seguintes diretrizes básicas:

- I- Conservação da área de interesse ecológico;**
- II- Favorecimento do lazer diurnos e noturnos;**
- III- Oferta de espaços para a prática de esportes, exposições e circo;**
- IV- Regularização dos lotes de uso institucionais existentes no interior da área do parque;**
- V- Criação de unidade imobiliária para uso coletivo próximas às quadras 1 e 2 do Setor Norte.**

Fonte: Câmara Legislativa do DF (2002)

Assim, existem três pontos em que as percepções dos atores urbanos, envolvidos na destinação de uma área no Setor Norte do Gama à criação de um uso de proteção especial, contribuem para a degradação e compromete a implementação do PUVG.

No primeiro, a implementação do PUVG é dificultada pela alteração de percepção de um ator importante que poderia contribuir na dotação orçamentária e manutenção do uso de proteção especial. A iniciativa do deputado em criar a lei contribuiu para a mudança de percepção do próprio autor sobre a área. Num primeiro momento, o autor da lei percebia a área como um espaço de conservação e lazer, e uma oportunidade obter ganho político por meio de imagem de homem público que cuidava dos espaços da cidade. Essa percepção foi alterada em função das reclamações de famílias de chacareiros habitantes e instituições - Igreja Católica e o Lar dos Velinhos-que se encontravam dentro da área destinada ao PUVG, que se viram ameaçados de permanecer habitando em uma área destinada à proteção especial. Desta forma, o deputado passou a perceber o parque de modo ambíguo como fonte de desgaste político ainda que reconhecendo a

¹⁶ Anexo IV

¹⁷ A ocupação da área do PUVG é composta por 20 famílias de chacareiros, uma Igreja, uma instituição filantrópica denominada Lar dos Velinhos que atende algo em torno de 150 idosos.

importância ambiental e social da iniciativa. Essa ambigüidade de percepção pode ser observada pelo discurso do presidente da ASSMSN quando afirma:

“O próprio César Lacerda, já quando era deputado, deu uma área para um chacareiro morar lá, e foi o chacareiro que me disse. Acho que depois ele se arrependeu de ter criado a lei, por que muita gente ficou contra ele, principalmente os moradores dentro da área. (Entrevista realizada em a ASSMSN, 20/06/2002)”.

Confirmando o movimento contrário dos moradores que se encontram dentro da área à criação da lei relata o assessor do Deputado em entrevista:

As gentes têm muitos chacareiros que se viraram contra o deputado, várias pessoas que estavam com o pé dentro da área, com seus lobinhos, foram barradas. E essas pessoas são de entidades de igrejas, de entidades representativas da comunidade. E elas se sentiram afetadas pela essa ação do deputado, naturalmente e eleitoralmente ele perdeu muito mais do que ganhou. (Entrevista realizada em 20/01/2002)

Como forma de reconquistar o apoio eleitoral de que fala o assessor, o deputado César Lacerda buscou criar formas para regularizar a situação daqueles que se encontravam dentro da área destinada a criação do PUVG. Por isso, o deputado criou o projeto de lei complementar 787/2000, que dispõe sobre a regularização dos lotes de uso institucional no interior da área destinada ao PUVG mantendo, assim, a possibilidade de permanência da Igreja e do Lar dos Velinhos que se encontram no interior da área; e, prometeu a manutenção de alguns chacareiros gerando com isso uma situação fundiária conflituosa. Assim, essa situação fundiária atual do PUVG incentivada pelo deputado com a doação de lotes e projetos de manutenção de instituições contribuiu para que o PUVG não fosse prioridade nas atividades de implementação de parques da Comparques, dado que essa instituição utilizou o critério “parques com menos conflitos fundiários” para serem implementados.

Relata o Chefe da Comparques:

“Uma das dificuldades é financeira, em que você tem recursos que não tem a dimensão que nós desejaríamos. Então, nós elencamos alguns parques para serem implantados ou aqueles que tenham menos problemas internos, ou seja, menos invasões. Foi por isso que nós deixamos o Parque do Gama para mais adiante. (Entrevista realizada em 15/08/2002)”.

No segundo ponto, a percepção de espaço de conflito permeia as ações do poder executivo e suas instituições no caso do PUVG. A administração das regiões administrativas do DF tem o papel de gerir e administrar os espaços da cidade para o bem público, entretanto, no Gama existem denúncias contra ações e omissão da administração em relação à área destinada à criação do

PUVG, que ficam evidentes em algumas reportagens sobre a questão da degradação e invasões promovidas na área do PUVG.

“Há bem pouco tempo, a administração cedeu um terreno de dois mil metros quadrados, em frente ao conjunto C da Quadra 2, no Setor Norte, para a Novo Rio papéis fazer reciclagem de lixo. (...) Mas essa foi apenas uma entre várias investidas na reserva ecológica do PUVG”.(Correio Brasiliense, 03/10/2001).

“O perímetro urbano do Gama passa por um período caótico de ocupação (...) A denúncia é do urbanista e Arquiteto, professor e pioneiro Ariomar da Luz Nogueira. Ele culpa as mudanças de destinação de áreas feitas pela Câmara Legislativa e a omissão da Administração local em barrar as ocupações irregulares” (Jornal de Brasília, 10/05/2001).

“Moradores do Setor Norte do Gama protestam contra, mas uma construção dentro da área do Parque Urbano e Vivencial. Depois de ser invadido por igrejas, loja maçônica e associações de idosos, o local corre risco, agora, de sediar o estacionamento do Shopping Popular-uma obra da administração da cidade”.(Correio Brasiliense, 18/12/2001).

A administração promoveu ações de doações de lotes no interior da área para e construções irregulares e incentiva a manutenção de alguns moradores na área destinada à criação do PUVG por meio da omissão do seu papel de gerenciar os espaços do Gama. Isso demonstra que a percepção de parque urbano como espaços de conflitos em que outros usos apresentam-se como mais rentáveis - politicamente ou economicamente-ocorre, principalmente, no PUVG, por meio da omissão do papel de instituições do poder público no ordenamento da cidade comprometendo, com isso, a qualidade de vida da população.

Por fim, no terceiro ponto, a implementação do PUVG é dificultada porque existe um processo participativo deficiente que se estabelece no caso do PUVG, no qual reforça a percepção de espaço de conflito dos atores institucionais e contribui para manter as ações e as omissões desses atores no tocante ao cumprimento da lei que cria o PUVG. A participação é comprometida no caso do PUVG de duas formas. Na primeira, os atores institucionais buscam inviabilizar e desconsiderar o processo participativo como um elemento importante na implementação do PUVG. Na segunda, a comunidade local não possui um poder de mobilização efetivo para participar, mas apenas um movimento representativo que não agregou mecanismos de participação eficiente, seja pela ação dos recursos de poder dos atores institucionais que obstruem essa participação; seja, por não conseguir agregar um movimento representativo da população do Gama.

A participação da sociedade nas decisões sobre a utilização da área urbana de proteção especial pode comprometer as ações e omissões dos atores institucionais, por meio de denúncias a órgãos competentes, ações judiciais exigindo o cumprimento da lei, e movimentos de mobilização social em que a comunidade do Gama, base eleitoral desses políticos, seja convocada na defesa do PUVG. Por isso, os atores institucionais - deputado e administrador – promovem a obstrução da participação da sociedade motivada pelos benefícios políticos da demora no processo de implementação, uma vez que utilizam o espaço destinado à criação do PUVG para se promoverem politicamente, principalmente doando lotes para pessoas ou instituições.

No caso do PUVG a obstrução do processo participativo da comunidade da sociedade local na co-gestão e na delegação sobre a área do parque ocorre por meio da omissão na implantação do Conselho Gestor criado pela lei 265/1999 na qual determina que a comunidade local, entre outras instituições, passe a tomar decisões sobre uso e ocupação de uma área de proteção especial no DF, inclusive em defesa do uso de proteção especial e na elaboração do plano de manejo e na gestão futura da área.

A criação do PUVG motivou a Associação dos Moradores do Setor Norte¹⁸ a exigir dos atores institucionais o cumprimento da lei que cria o PUVG. Essa motivação foi gerada pela percepção de que o uso urbano de proteção especial é um espaço de lazer e conservação que poderá garantir qualidade de vida aos moradores do Gama. Assim, fala um membro da associação em entrevista conjunta ao presidente da ASSMSN:

“O parque vai abrir uma possibilidade de nós termos um espaço de lazer, educativo que no Gama é tão ausente. A minha preocupação é que é um espaço que se encontra tão degradado, que tem nascentes tão importantes. Quando eu era pequeno eu brincava naquele espaço até peixinhos tinha na área ela era tão bonita e hoje o que vejo é sujeira e isso tem de mudar”. (Entrevista realizada em 20/08/2002).

Os membros da ASSMSN se informaram sobre os papéis e atribuições do poder executivo na implementação do PUVG e tomaram conhecimento da lei 265/1999. Por isso, esse movimento interessou-se em participar do Conselho Gestor, até como forma de barrar as ações depredatórias que degradavam a área destinada à criação do PUVG. Entretanto, a implantação do

¹⁸ A associação de Moradores do Setor Norte surgiu em 1994 é composta por 30 membros efetivos que se distribuem em atividades da diretoria da associação. A idéia original em criar a associação surgiu quando um grupo de moradores começou a pressionar a administração local para melhorar os espaços de lazer do Setor Norte ao notarem que as reclamações não estavam sendo devidamente atendidas, os moradores resolveram criar um movimento juridicamente reconhecido que tivesse mais capacidade de participar das decisões da cidade. (Entrevista com o Presidente da Associação realizada em 20/08/2002)

conselho gestor do PUVG do qual a ASSMSN busca participar, é comprometido por que os atores institucionais não cumprem as determinações legais; compreendem que a participação da sociedade só trará mais conflitos ao processo de implementação de áreas protegidas; e, por que há uma deficiente mobilização social da população gamense em prol da implementação do parque.

Para o presidente a ASSMSN a não instituição do Conselho Gestor é decorrente da falta de vontade política do administrador e das autoridades competentes que não cumprem as leis que beneficiem a sociedade.

“O próprio executivo e seu representante aqui no Gama, a administração, tem dificultado o nosso trabalho, eu estou esperando a formação do conselho gestor do parque e nada saiu, eles só prometem e não cumprem. Com esse conselho nós tomaríamos as decisões sobre a área, além de poder participar dos problemas da área, mas eu já estou esperando há um tempão o cumprimento desta promessa e nada”.(presidente da ASSMSN, entrevista em 20/06/2002).

Para o Diretor da SEMARH o fato de o PUVG envolver muitos interesses conflituosos a instituição de um comitê não melhoraria a capacidade de decidir sobre o destino da área. O conselho gestor não deveria ser implantado, pois deveríamos confiar na representatividade do Estado no qual elegemos e não resolveria criar outras estâncias representativas que promovesse mais conflitos na criação e implementação dos parques do DF. Assim afirma o diretor da SEMARH:

“Eu acho isso uma grande utopia. É uma opinião pessoal minha. Nós temos uma larga experiência de CONAMA e são reuniões conflituosas e é difícil agradar a todos. Decide pouco e se reúne pouco por que os conflitos são muito grandes. Eu tive muita experiência. E funciona assim a reunião corre tudo bem e quando você toca no ponto onde diverge dos interesses da associação à coisa desanda Então, eu vejo o seguinte num Estado democrático onde você elege do síndico do prédio até o Presidente da República esses deveriam ser os representantes de todos”.(entrevista realizada em 15/08/2002).

Outra possibilidade para que o Conselho Gestor do PUVG não tenha sido implantado até o momento é a desmobilização da comunidade local devido à falta de reconhecimento do seu papel na co-gestão e na delegação de uma área voltada ao bem comum. Essa falta de interesse pode ser influenciada por alguns fatores, em particular, por sua percepção de responsabilidade na manutenção das ações de proteção especial dessa área, como forma de oferecer uma alternativa de lazer à coletividade e também de proteger mananciais de água que poderão abastecer a cidade.

4.3 - Percepção da Comunidade sobre a Área destinada ao PUVG

A percepção da comunidade foi obtida a partir de questionários¹⁹ aplicados em 60 pessoas das quadras 01 e 02 do Setor Norte e 05,06 e 07 do Setor Oeste que se encontram no entorno da área do parque. A percepção central dos moradores sobre a área destinada ao PUVG é que ela é uma área livre que deveria ser ocupada, e não permanecer abandonada. Um espaço sem uso no meio urbano, na percepção da comunidade, deve ser utilizado, porque gera perdas sociais como falta de moradia, lazer e aumento da criminalidade. No discurso dos moradores das quadras no entorno da área destinada ao PUVG, a ocupação da área do parque se justifica:

“Por causa de criminalidade e falta de infra-estrutura”

“Porque está sem nenhuma utilidade”.

“Porque cresce, mato alto, marginal se esconde dentro e causa perigo, também seria bom ter uma área de lazer”.

“Porque essa área poderia ser de moradia e eu poderia ganhar um lote aí, pois não tenho onde morar”.

Na visão dos moradores locais os responsáveis por cuidar da área do parque são a administração local, os deputados distritais, a comunidade e a Secretaria de Meio Ambiente, sendo que ao Poder público é expressa uma expectativa de responsabilidade maior (80%), em particular da administração do Gama e dos legisladores (deputados) com base eleitoral do Gama. A figura 07 permite verificar que a maioria dos entrevistados atribui a administração do Gama o papel de cuidar da área destinada ao PUVG. Portanto, a própria comunidade não se vê com a responsabilidade de participar da melhoria da área do Parque, embora haja alguns entrevistados que consideram a comunidade vital para a promoção de tais melhorias. Essa percepção da comunidade é fundamental na sua visão de responsabilidades, que se expressa assim: “a população cabe eleger os governantes e políticos, e a esses cabe a responsabilidade de defender o bem e o interesse público”.

¹⁹ Anexo II

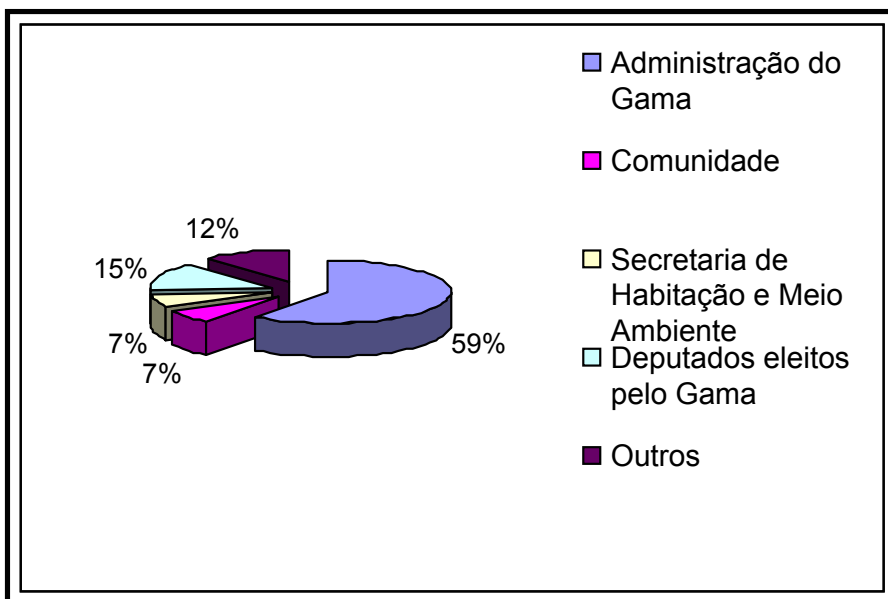


FIGURA 07 – RESPONSÁVEIS PELA ÁREA, NA OPINIÃO DOS MORADORES

O uso de proteção especial na percepção dos moradores é importante. Por isso, algo em tom de mais de 80% dos entrevistados concordaram com a implementação do uso de proteção especial. A figura 10 demonstra a proporção de moradores que concordam com a implementação do PUVG. Os moradores que não concordaram com o uso do parque justificaram, com suas demandas ou necessidades mais urgente, como moradia e trabalho. No entanto, quando perguntados se o governo resolvesse criar um parque ecológico na área se eles concordariam ou não com a criação do Parque ecológico, os moradores que escolheram outros usos concordaram, também, com a implementação do parque. Esses moradores justificaram que concordariam com a implementação do parque, por que esse parque poderia trazer-lhes lazer e uma paisagem melhor. A figura 08 demonstra que mesmo ao escolherem outros usos os moradores entrevistados concordam com a criação do PUVG se o governo resolvesse implementar o parque. Assim os moradores que escolheram outros usos e concordaram com a implementação do uso de proteção especial afirmaram:

“Eu estou sem trabalho se criasse um comércio eu poderia trabalhar. Mas, se criasse um parque esse lugar ficaria mais animado e mais bonito, por mim tudo bem”.(Moradora da Quadra 02 do Setor Norte que escolheu o uso comércio).

“Não tenho onde morar, eu moro de favor se essa área virasse moradia eu poderia ganhar um lote. Se o governo decidisse era bom, por que ia melhorar o lazer e ai dava um pouco dessa terra para moradia e um pouco para o parque”.(Morador da Quadra 02 do Setor Norte que escolheu o uso residencial).

“O transporte do Gama é ruim, aí a rodoviária aqui podia melhorar o transporte. Um parque também ia ser bom, eu acho bom, pelo menos essa área ia ficar mais bonita e as crianças iam ter lazer” (Morador da Quadra 07 do Setor Oeste que escolheu o uso rodoviário).

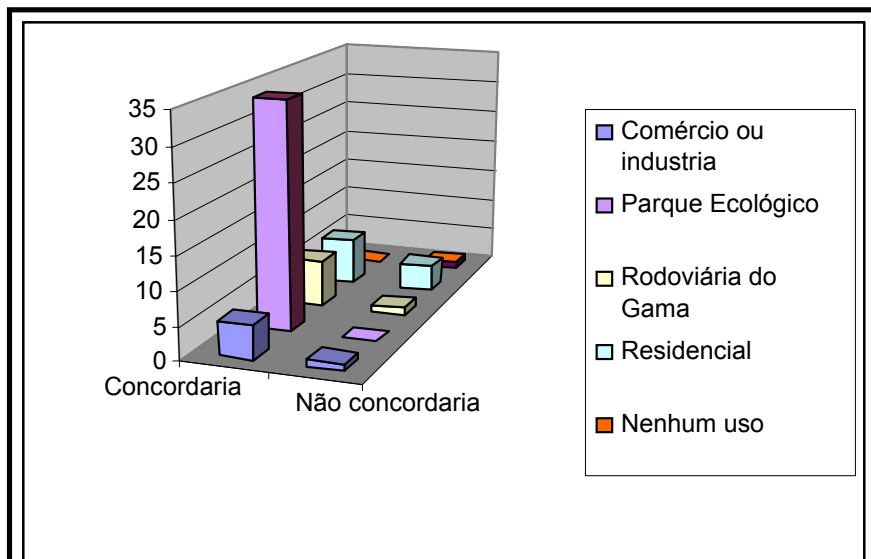


FIGURA 08 – MORADORES QUE ESCOLHERAM OUTROS USOS E CONCORDAM COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PUVG

A percepção central dos moradores do entorno do PUVG sobre as utilidades do parque, está mais vinculada ao lazer e menos a outras atividades, como proteção de mananciais. Assim, confirma-se à afirmativa de PIRES & BRAGA (2002) de que os moradores, principalmente da periferia, percebem os parques mais como áreas de lazer.

Os moradores do entorno do parque demonstram possuir poucas informações sobre a relação de criação de áreas verdes para a proteção de flora e mananciais de água. Aqueles que possuem alguma informação foram instruídos por meio dos movimentos promovidos pela Associação de Moradores do Setor Norte. Fato intrigante é a constatação de que mesmo morando tão próximo ao Parque, grande parte (70%) da comunidade do entorno demonstrou desconhecer a existência de mananciais de água que são utilizados pela CAESB, para o abastecimento da cidade. Tal premissa remete ao estudo de BLADEN

& KARAN (opcit), que evidencia que os moradores possuem limitações em perceber problemas referentes aos temas gerais de seu espaço de convívio cotidiano.

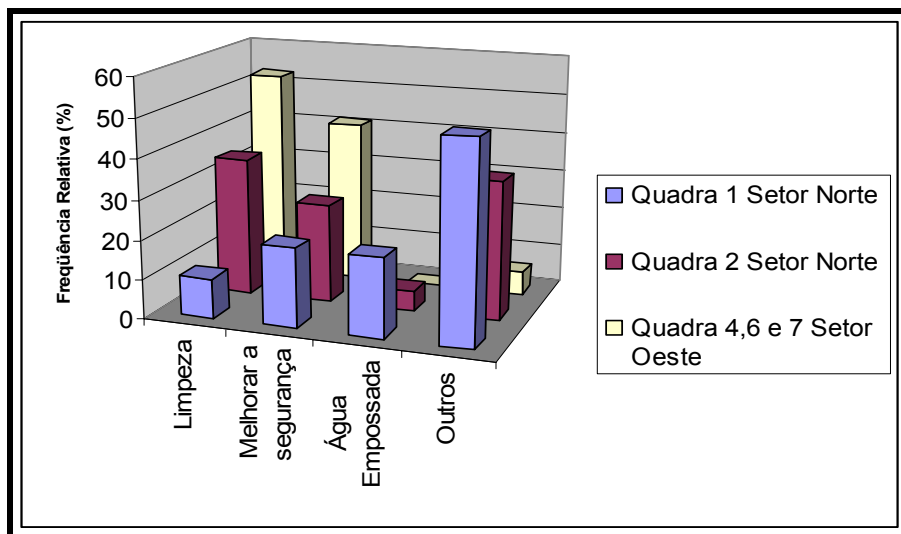


FIGURA 09 –PROBLEMAS DA ÁREA DESTINADA À CRIAÇÃO DO PUVG.

Assim, os moradores do entorno à área do PUVG perceberam mais fortemente o lixo e a violência, que estão mais próximos de sua moradia e de seu campo de visão e perceptivo. Por outro lado, como as nascentes de água se encontram no centro da área do parque não são percebidas, excerto por aqueles moradores que transitam, ou passeiam dentro do PUVG.

A limitação perceptiva dos habitantes do entorno do PUVG pode ser constatada na figura 9, que relaciona tipos de problemas de acordo com zonas de habitação. Assim, no Setor Oeste do Parque tem acúmulo de lixo e áreas com matagal, os moradores do entorno relataram problemas relacionados à limpeza e à segurança. Por outro lado, os moradores das quadras 01 e 02 do Setor Norte, que se encontram próximas à área do

parque que possui um calçamento para caminhadas, bem como campos de futebol e aeromodelismo, relacionam com problemas de limpeza e segurança com menor frequência e citam que a melhoria da infra-estrutura para o lazer como ações prioritárias para a administração.

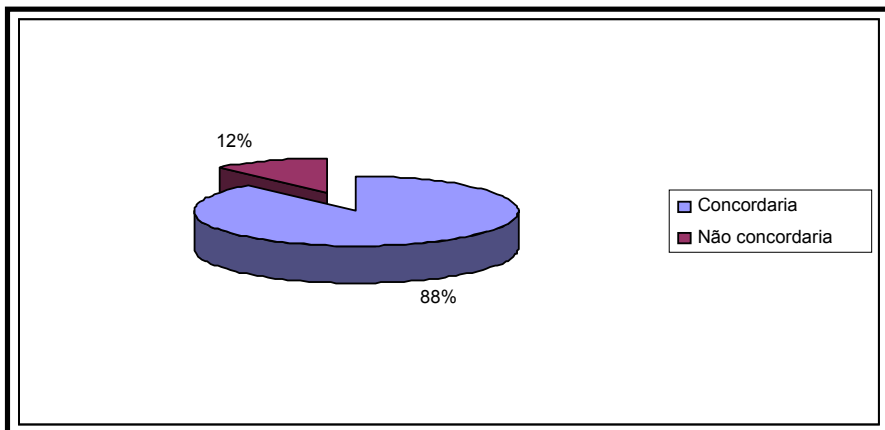


FIGURA 10 –MORADORES QUE CONCORDAM OU DESCORDAM COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PUVG

Há um reconhecimento, por parte da comunidade local, da importância do uso do uso de proteção especial para a área, visto que mais de 88% dos moradores locais concordaram com a criação do parque, o que refuta a primeira hipótese proposta deste estudo. Parece evidente que no caso do PUVG não existe relação entre o reconhecimento da importância o uso urbano de proteção especial que comprometa a participação da comunidade nos movimentos de pressão social para exigir o cumprimento da lei. Os motivos mencionados pela comunidade para a sua não participação na elaboração /recomendação e na co-gestão no processo de implementação do PUVG são: a pouca informação, a descrença no papel da mobilização social, e a perspectiva de conformismo de ineficiência do poder público. Assim, afirma a comunidade quando é questionada sobre o seu papel na implementação do PUVG:

“Eu acho que a comunidade não tem que fazer isso, por que ela não tem educação para isso”.(Morador da quadra 01 do Setor Norte)

“Eu acho que é o governo que tem que fazer isso, e a comunidade já fez o seu papel que é votar nesse pessoal e nós já estamos acostumados quando eles não fazem o que prometem nas eleições”. (Moradora da quadra 02 do Setor Norte)

“A associação vem tentando fazer as pessoas lutar pelo parque, mas não adianta a área esta do mesmo jeito, eu não acredito nisso, que esse pessoal consiga alguma coisa”. (Moradora da quadra 01 do Setor Norte)

“O governo tem que cumprir o que prometeu e a comunidade não tem o papel de ficar pressionado, por que esse já é o papel deles e eles deveriam cumprir isso”.(Morador da quadra 05 o Setor Oeste).

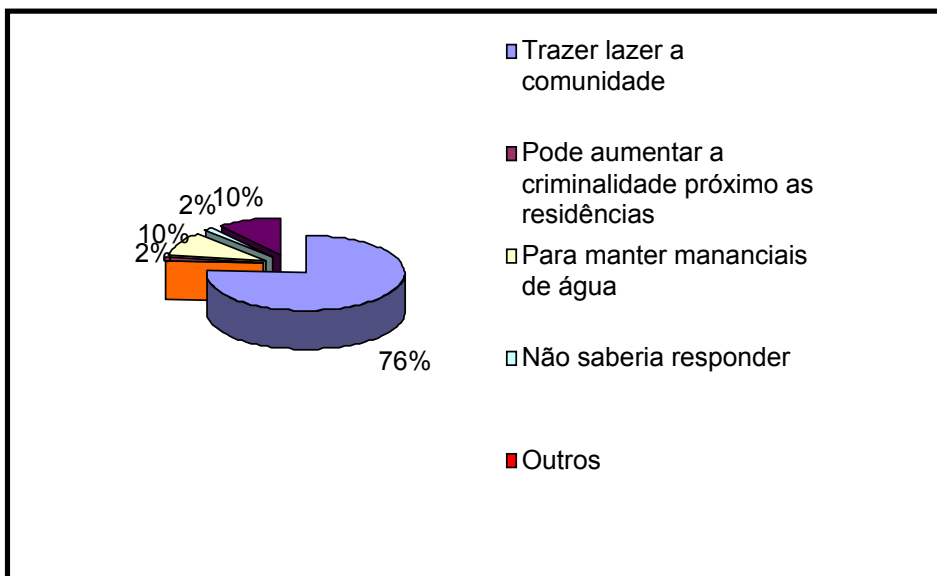


FIGURA 11 - PARA QUE SERVE UM PARQUE URBANO NA PERCEPÇÃO DOS MORADORES

Foi possível constatar que o uso de proteção especial é percebido como um espaço de conflitos pelos atores institucionais – Deputado, Comparques e Administração- no caso do PUVG, responsáveis pela implementação do uso proposto em lei, visto que esses atores agem para manter a omissão no seu papel de cumprir a lei; e, as ocupações irregulares, até mesmo criando outras possibilidades de uso para não perder apoio social. O que confirma o conteúdo da segunda hipótese, que afirma a relação entre a percepção de espaços de

conflito dos atores institucionais e o comprometimento da implementação de um uso urbano de proteção especial.

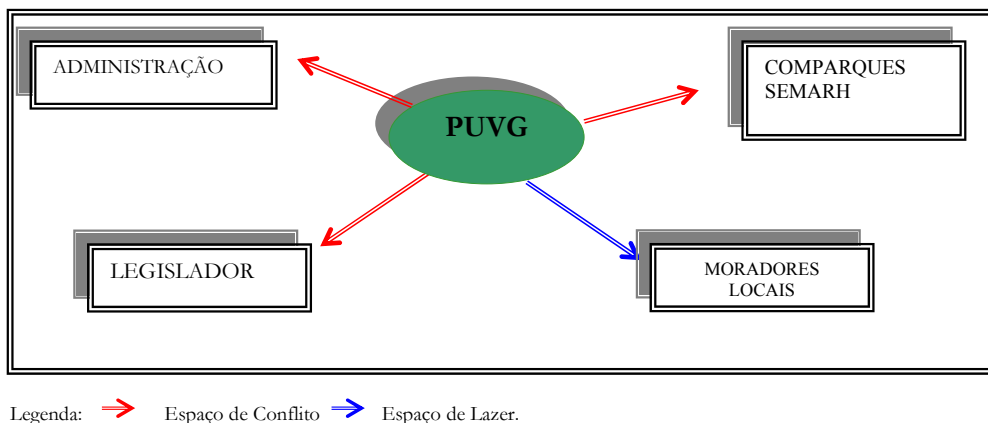


FIGURA 12 – PERCEPÇÕES DOS ATORES SOBRE A ÁREA DESTINADA AO PUVG

Em suma, parece evidente que o uso urbano de proteção especial possui significados diferenciados para os atores urbanos e que uma participação deficiente da comunidade local tem dificultado a implementação do PUVG. Na verdade, enquanto os atores tiverem percepções distintas e os políticos administradores não tiverem certeza de que vão ganhar com a implementação do PUVG, eles não farão um compromisso efetivo de implementação.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os parques urbanos são importantes para a qualidade de vida ambiental e social nas cidades e surgem para minimizar dois fenômenos que são eminentes nas cidades. Em primeiro lugar, as cidades se tornaram ambientes insalubres para a vida humana, pois com o aumento concentrado de população, esse espaço não pode atender a uma crescente demanda por serviços e recursos ambientais. Em segundo lugar, os cidadãos enclausurados num ambiente construído separaram-se do *habitat* natural, surgindo, desse fato, um desconforto social no meio urbano.

A percepção e seus atributos – necessidades, interesses e motivação - dos atores urbanos determina o quão um uso é viável ou inviável na composição de um mosaico. Por isso, com constatado no caso do PUVG, na configuração do mosaico urbano o uso de proteção especial nem sempre é prioritário frente às percepções dos atores urbanos, mesmo diante dos benefícios sociais e ambientais que esses espaços vem ao longo de sua existência proporcionando aos cidadãos. Isso é evidenciado quando se observa a situação de abandono e degradação da área destinada à criação do PUVG e a omissão do poder público na implementação desse uso que poderia fornecer qualidade de vida aos moradores do Gama.

Assim, no caso estudado a percepção de uso urbano de proteção especial como espaço de conflitos determinou as ações e omissão do poder público na implementação do PUVG e no cumprimento da lei tanto distrital (lei que cria o parque), quanto federal (Código florestal que determina em áreas de nascentes devem ser criadas as áreas de proteção permanente). Por outro lado, um processo participativo deficiente da comunidade local reforça essa percepção do poder público. Portanto, observou-se que é nas relações entre os atores que as percepções são construídas e podem ser modificadas, pois se a comunidade decidir por uma efetiva participação na implementação do PUVG à percepção dos atores institucionais podem ser alteradas.

No contexto do PUVG, o estudo da percepção forneceu indícios das ações do poder executivo e da comunidade local que comprometem a implementação do PUVG. O poder público possui interesses próprios, entretanto, a demanda política pode reforçar ou modificar as ações dos representantes dessa esfera. Acontece que a comunidade local mesmo reconhecendo a importância do PUVG como espaço de lazer não acredita como eleitor no seu poder nas decisões dos administradores. Favorecendo, assim, a não implementação e a degradação de uma área com um potencial de lazer e de abastecimento para a cidade.

A legislação do DF, no tocante às áreas protegidas, dá mecanismos de participação da comunidade local e determina os papéis do poder executivo na implantação do uso de proteção especial. No entanto, o poder executivo não cumpriu com a determinação dessa legislação no caso do PUVG implantando o Conselho Gestor o que, também, obstrui a participação da comunidade local e favorece ao poder executivo promover ações arbitrárias como doações de lotes no interior da área destinada ao PUVG. Por outro lado, o poder público também não definiu ações para implementar o PUVG. Assim, no caso do PUVG, observou-se que o poder público é um ator hegemônico na definição do PUVG, pois possui capacidade de controlar por meio de recursos de poder-controle orçamentário e omissão dos seus deveres - sua interação com os outros atores.

Tais conclusões remetem a algumas recomendações:

(1) O enfoque dado pelos estudos sobre percepção no meio urbano busca, principalmente, determinar as formas com que as pessoas percebem um fenômeno, um lugar ou sobre um evento. As relações entre atores do meio urbano não foram tão computadas e esse campo ainda se apresenta obscuro. Essa lacuna dificultou, neste estudo, algumas comparações do presente estudo com outras realidades. Assim, recomenda-se que os estudos de tais relações pudessem ser mais explorados nas pesquisas desenvolvidas na área da percepção.

(2) As pesquisas sobre percepção apresentam-se de forma diversificadas – teoricamente e metodologicamente - o que constitui fragilidades e potencialidades para os estudos que envolvem a percepção. Como fragilidade cita-se que a ausência de um marco teórico único que oriente as pesquisas nessa área, o que dificulta a comparabilidade entre estudos e mesmo a obtenção de uma síntese que reflète resultados alcançados em diferentes áreas do conhecimento. Por outro lado, a principal potencialidade dos estudos da percepção é a de determinar a dimensão psicológica

humana que gera atitudes e conflitos sociais e as possíveis soluções para os problemas humanos e sociais. Em face disso, as diversas áreas do conhecimento poderiam dialogar, a fim de promover construções comuns – teóricas e metodológicas – promovem um direcionamento comum para os estudos da percepção.

(3) Os órgãos governamentais deveriam trabalhar na identificação dos interesses coletivos para melhor entender as necessidades e oportunidades dos diferentes grupos sociais envolvidos. O estudo da percepção poderia determinar graus de impactos das políticas de conservações e propor possíveis soluções a esses impactos por meio de consultas públicas e outros instrumentos que permitem a participação de diferentes grupos sociais. Para isso, os órgãos públicos devem promover a capacitação de pessoal de órgão ambientais em metodologias de consulta à sociedade, ou mesmo, a contratação de serviço especializado, para que o processo participativo seja conduzido com mais eficiência.

Com base nos resultados obtidos no presente estudo de caso sobre o PUVG, pode-se recomendar que novas pesquisas sobre parques urbanos e rurais busquem:

- Realizar estudos comparativos de percepções passadas e futuras na determinação de constâncias ou inconstâncias de atitudes e comportamentos socialmente prejudiciais.
- Analisar a percepção de outros atores urbanos como o visitante, o morador distante da área, o, ainda, realizar comparações de percepções entre os visitantes e os moradores locais.
- Demonstrar como os moradores vêm participando das decisões locais e qual a relação da participação com suas percepções dos problemas locais.
- Determinar a percepção do morador local que se encontra dentro da área protegida e que precisa ser retirado, de forma a reduzir os impactos de uma retirada ou a manutenção de populações em tais áreas.
- Analisar outros arranjos ou percepções num cenário futuro, isto é, quando o PUVG estiver implementado. A partir daí, estudos comparativos poderiam ser realizados.

Em suma, a tão almejada sustentabilidade urbana apresenta-se de forma operacionalmente complexa. Pois, o presente estudo demonstrou que as percepções e seus atributos – necessidades, interesses e motivações-que geram práticas de apropriação do espaço urbano, nem sempre visam um ambiente urbano ecologicamente equilibrado e socialmente justo. Parece evidente que mudanças de percepções são necessárias para se alcançar à qualidade de vida

urbana, entretanto, deve haver um conjunto fatores para que isso ocorra entre eles que cada ator urbano assuma verdadeiramente o seu papel em prol de uma cidade sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.M.G. *Desenvolvimento ecologicamente auto-sustentável: Conceitos, Princípios e Implicações*. . In: **Humanidades**. Vol 10 n° 04. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 285-298.

ALVES, P. *A Percepção dos Moradores do Morro do Rio de Janeiro*. In: OLIVEIRA L. de & RIO V. d (orgs.) **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**, Editora da UFSCar, Studio Nobel: São Paulo, 1996. pp.121-151.

ANJOS, R. S. A. Monitoração da Dinâmica Urbana no Distrito Federal do Brasil: Um Processo de Trabalho Utilizando a Cartografia Temática Convencional e Recursos do Geoprocessamento. In: ARROYO et al. **O Novo Mapa do Mundo: Problemas Geográficos de um Mundo Novo**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR. 1995. pp. 365-383.

BAILEY S. & BRYANT, R. L. **Third World Political Ecology**. New York: Routledge. 1997. 235p.

BALLACHEY, C. K. **O Indivíduo na Sociedade: Um Manual de Psicologia Social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969. 311p.

BLEY, L. *Morretes: Um Estudo de Paisagem Valorizada*. In: OLIVEIRA L. de & RIO V. d (orgs.) **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**, Editora da UFSCar, Studio Nobel: São Paulo, 1996. pp. 121-151.

BLADEN, W. A. .& KARAN, P.P. *Perception Of The Urban Environment1 in a Third-World Country*. In: **Geographical Review**. American Geographical Society. April. 1982. pp. 228-232.

BOENTON, R. M. *The Visual System: Environmental Information*. In: FRIEDMAN, P. M. & CARTERETTE, E. C. **Historical and Philosophical Roots of Perception**. Academic Press. New York. 1974. 430p.

BOSEL, H. *The Human Actor in Ecological –Economic Models: Policy Assessment and simulation of actor orientation for sustainable development*. In: **Ecological Economic**, 35 (3) (2000). pp. 337-355.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação**. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, 1985. 82p.

BROWNE, K. & WHITAKER, B. **Parks for People**. Schocken Books. New York. 1973. 142p.

CAMINHO, L. *O Conhecimento do Outro: Primeiras Explicações em Termos de Percepção Social*. In: _____ . **O Conhecimento do Outro e a Construção da Realidade Social: Uma Análise da Percepção e da Cognição Social**. Série Monografias em Psicologia Social. Editora da UFPB. João Pessoa. 1996. 84p.

CASTELL, M. **The Urban Question: A Marxist Approach**. Edward Arnold. 1977. 500p

_____, M. A **Sociedade em Rede**. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 506p.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo** São Paulo: Hucitec. 1996. 150p.

CARLOS, A. F. A. *Novas Contradições do Espaço*. DAMIANI, A. et al. (org.). **Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Editora Contexto. 2001. pp. 62-75.

Comentário: Bibliografia adicional indicada pela NELBA

Comentário: Bibliografia adicional indicada pela NELBA

Comentário: Bibliografia indicada pela Nelba

CEVER, F.A. **A World of Environmental Design (Urban Sapaces)**. Barcelona; Streetsand Squares. 1994. 250p.

CHASSOT, A. **A Ciência através dos Tempos**. Editora Moderna. São Paulo. 1994. 145p.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. Editora Ática . São Paulo. 1996. 440p.

CIDADE, L. C. F. *Qualidade Ambiental, Imagem de Cidade e Práticas Sócio-Espaciais em Brasília*. In PAVIANI, A. & SILVEIRA, (orgs). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 2003.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Editora Difel, São Paulo, 1985.

CLAVAL, P. *As abordagens da Geografia Cultural*. In: CORRÊA, R. L. et all (org.). **Explorações Geográficas**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997. pp. 89-119.

CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. Série Princípios. Editora Ática: São Paulo. 1995, 85p.

COSTA, H. S. M. *Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos?* In: **R.B. Estudos Urbanos e Regionais**, nº02/março de 2000. p. 55-70.

COX, K.R. *Local Interest an Urban Political Processes in Market societies*. In: _____ **Conflict Power and Politics in The City: A Geographic View**. Nova York: MC Graw Hill, 1973. pp. 94-112.

DAY, R. H. **Psicologia da Percepção**. Coleção Psicologia Contemporânea. Livraria José Olympico Editora. Rio de Janeiro. 1979. 245p.

DAVIS, K. *A Urbanização da Humanidade*. In: LYNCH, K. et al. **Cidades: A Urbanização da Humanidade**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. pp.13-36.

DEL RIO, V. *Cidade da Mente, Cidade do Real: Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do RJ*. In: OLIVEIRA L. de & RIO V. d (orgs.) **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**, Editora da UFSCar, Studio Nobel: São Paulo, 1996. pp. 3-22.

DIEGUES, A. C. S. *Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Série: **Documentos e Relatórios de Pesquisa**- nº 1. São Paulo, março de 1993.

DOBER, R.P. **Environmental Design**. Von Nostrand Runhold Company. New York, 1969. 277p.

- DREW, D. **Processos Interativos Homem-Meio ambiente**. São Paulo: Difel. 1980.
- ENNS, J. T. et al. **Sensation and Perception**. Harcourt Brace College Publisher. 1994. 400p.
- FERRARA, L. D'. As *Cidades Ilegíveis: Percepção Social e Cidadania*. In: OLIVEIRA L. de & RIO V. d (orgs.) **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**, Editora da UFSCar, Studio Nobel: São Paulo, 1996. pp. 61-79.
- FERRARA, L. D' A. **Estratégias dos Signos**. Editora Perspectiva. São Paulo. 1986. 197p.
- FERRARA, L. D. A. **Ver a Cidade**. Editora Nobel. São Paulo. 1988. 81p.
- FERREIRA, C. L. **A Percepção do Meio Ambiente Urbano na Ótica dos Moradores do Gama**. Monografia de Prática e Pesquisa de Campo II, Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, Brasília, 2000. 41p.
- FORGUS, R.H. **Percepção: O Processo Básico do Desenvolvimento Cognitivo**. Editora Herder; Editora Universidade Brasília; Editora Universidade de São Paulo. São Paulo. 1971. 526p.
- IBAMA et al. **GEOBRAZIL: Environment Outlook in Brazil**. Brasília, 2002.
- IPDF. **Plano Diretor do Gama**. 1996.
- GDF & SDE. **Perfil Socioeconômico do Distrito Federal**. Versão 1999. 225p.
- GONDIM, L.M.P. *O Plano Diretor como Instrumento de um Pacto Social Urbano: Quem Põe o Guizo no Gato?* In: ANPUR. Anais do VII Encontro Nacional., Brasília, 1995.
- GRANZ, G. **The Politics of Park Design: A History of Urban Parks in America**. The Mit Press. Cambridge, Massachusetts: London, England. 1982. 344p.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001. 300p.
- HOCHBERG, J. E. **Percepção**. Editora Zahar. Rio de Janeiro 1982. 179p.
- KLIASS, R. G. **Parques Urbanos de São Paulo**. Pini Editora: São Paulo, 1993.
- KUNDA, Z. **Social Cognition: Making Sense of People**. Massachusetts Institute of Technology. 1999. 600p.
- LANGE, E. *The Limits Of Realism.: Perceptions Of Virtual Landscapes* . In: **Landscape and Urban Planning**. 54 (2001) pp. 163-182.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1991. 432p.
- LEAL, G. **Estudo Revela Estilo dos Parques Brasileiros**. O Estado de São Paulo. 17/10/2000.
- LEAL, Z. de M. & GANEM, R. S. *Parques do Distrito Federal: desafios à sua implantação* In: DUARTE, L.M.G. et al. (orgs.). **Dilemas do Cerrado – Entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo**. Brasília: Garamond Universitária. 2002. pp. 57-72.

- LONG, J. & DEAR, M. J. *Community Strategies in Locational Conflict*. In: COX, K.R. **Conflict Power and Politics in The City: A Geographic View**. Nova York: MC Graw Hill, 1973. pp. 113-142.
- LYNCH, K. *A Cidade como Meio Ambiente*. In: LYNCH, K. et al. **Cidades: A Urbanização da Humanidade**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. pp. 207-217.
- MACEDO, T. & FRANCINE, M. **Parques Urbanos do Brasil**. São Paulo: EDUSP. 2002.421p
- MAGALHÃES, J. A . F. **Ciência Política**. Editora Vestcon. Brasília. 2002. 397p.
- MATUS, C. **Política, Planejamento & Governo**. Série IPEA, Brasília: IPEA, 1993.
- MELLO, N. A. *A Legislação Ambiental e o Uso do Solo no Distrito Federal*. In: **Humanidades**, n°41, Editora Universidade de Brasília, 1999. pp. 61-67.
- MORAES, L.C.S. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo Editora Atlas S. A . 2001. 254Pp.
- PALEN, J. J. **O Mundo Urbano**. Editora Forense-Universitária: Rio de Janeiro. 1975. 529p.
- PAVIANI, A . *Dinâmica Espacial e Um Olhar sobre o Urbano*. In: **Humanidades**, n°41, Editora Universidade de Brasília, 1999. pp. 06-16.
- _____ **A Metrópole em Crise**. Coleção Brasília. Brasília: Editora da UnB. 1988. 113p.
- _____ (Org.). **Brasília: Moradia e Exclusão**. Coleção Brasília: Brasília: Editora da UnB. 1996. 249p.
- PELUSO, M. L. *Meio Ambiente Urbano em Brasília e Representações Sociais: Notas para Uma reflexão*. In PAVIANI, A. & SILVEIRA, (orgs). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 2003.
- PENNA. A.G. **Percepção e Realidade: Introdução do Estudo da Atividade Perceptiva**. Editora Fundo de Cultura. Brasil-Portugal. 1968. 183p.
- PIRES, M. O .& BRAGA, M. L. de S. *Parques Ecológicos e População do Distrito Federal: à procura da "natureza" e do lazer*. In: DUARTE, L.M.G. et al. (orgs.). **Dilemas do Cerrado – Entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo**. Brasília: Garamond Universitária. 2002. pp. 27-56.
- RABINOVICK, *Como construir o amanhã das cidades*. In: VEJA, 27.12.2000. pp.138-141.
- RIBEIRO, M. A .**Ecologizar: Pensando o Ambiente Humano**. Belo Horizonte: Rona Editora. 2000. 396p.
- RODRIGUES, A . **Psicologia Social**. Editora Vozes. Petrópolis, 1988. 484p.
- RUA. M.G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G. & CARVALHO, M. IV. (org.) **O Estudo da Política: Tópicos Selecionados**. Brasília: paralelo 15, 1998. p. 231-260. (coleção Relações Internacionais e Política).
- _____. *Implementação de Política Sociais: O caso do SUS*. In: **Curso de Gestão Social**. Casa Civil da Presidência da República , ENAP, 1997. 13p.

SAKATA, F & MACEDO, S.S. **Parques Urbanos do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec. 1996 320p.

SANTANA, A.F. *A Mercadoria Verde: A Nova Raridade*. DAMIANI, A. et al. (org.). **Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Editora Contexto. 2001. pp. 177-190.

Comentário: Bibliografia indicada pela Nelba

SEGAWA, H. **Ao Amor do Público: Jardins no Brasil**. Studio Nobel, Fapesp: São Paulo, 1996.

SILVEIRA, M.L. & SANTOS, M. **O Brasil: Território e Sociedade no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2002. 473p.

SMITH, N. *A Ideologia da Natureza*. In: **Desenvolvimento Desigual**, Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1988. pp. 27-62.

SOUZA, A. et al. **A Qualidade de Vida Urbana**. Rio de Janeiro: Zahar. 1984. 101p.

SPOSITO, M. E. B. A Urbanização da sociedade: Reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. DAMIANI, A. et al. (org.). **Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Editora Contexto. 2001. pp. 83-100.

Comentário: Bibliografia indicada pela Nelba

TEIXEIRA, J. J. V. et al. **O discurso do Sujeito Coletivo: A Nova Abordagem Metodológica em Pesquisa Qualitativa**. Caxias do Sul - RS : EDUCS. 2000. 13pp.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1988. 454 .

TIEDEMANN, K.B. & SIMÕES, E.A .Q. **Psicologia da Percepção**. In: RAPPAPORT, C. R. (Coord.) *Temas Básicos de Psicologia*. Editora Pedagógica e Universitária LTDA. São Paulo: EPU, 1985. Vol. 10-II. p. 82-85.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia- Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

UNESCO/MAB. **Environmental Perception: Regional Seminar for Latin America and the Caribbean**. Montevideo: Regional Office for Science and Technology for Latin America na Caribbean, UNESCO, 1985.

WHITE, Jr. *The Historical Roots of Our Ecologic Crisis*. In: **Science**, vol. 15s. Number 3767, March 1967, pp. 1203-1207.

WISEMAN, M. & BORNER, F.X. *Environmental Perception of Rural and Urban Pupils*. In: **Journal Environmental Psychology**. (1997) 17, 111-112.

VERNON, M. D. **The Psychology of Perception**. Penguin Books. 1971p. 341p.

Sites Consultados:

ABNT: Normas técnicas. Disponível em: <http://www.abnt.org.Br/normastecnicas.html>> Acesso em: 16 fev. 2003.

FNUAP: Urbanização. <<http://www.fnuap.org.Br/estrut/serv/arquivos/urbanização.pdf>> Acesso em 16 de fev.2003.

QUAPÁ: Parques Urbanos. Disponível em <<http://www.projetoquapa.usp.br>> Acesso em: 13 mar. 2003.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DF: Legislação. Disponível em < <http://www.cl.df.gov.br/legislação/legisoriginais/leisordinarias/1998/ldf-1998-1959.html>. Acesso em: 01 de mar.o de 2001.

PROJETO CONHECER PARA CONSERVAR: *Fotos do curso em áreas naturais. Disponível em:< www.conhecerparaconservar/nucleos/neotr%0/fotosdocursoemducaçãoambiental > Acesso em: 13 de julho de 2003.*

Legislação Consultada:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, Arts. 182 e 183.

CÓDIGO FLORESTAL, Lei nº 4.777, de 15 de setembro de 1965.

ESTATUTO DAS CIDADES, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO, Lei nº 6.766, 1979.

ANEXOS

ANEXO I - ENTREVISTAS

Esta entrevista faz parte de um projeto de Pesquisa de Dissertação de Mestrado e tem como objetivo a compreensão do processo de formulação e criação da lei 1959/98 que institui o Parque Urbano Norte do Gama.

Nome do Entrevistado: Ênio
Cargo: *Chefe da Comissão de Parques do DF*
Data da Entrevista: 15/08/2002
N.º da fita: 02.

- 1) Como surgiu a idéia de criar parques?

Ela surgiu porque as áreas foram criadas pelo poder legislativo e algumas pelo poder executivo e estavam servindo de depósito de lixo e ocupações irregulares: invasões, etc. Então, daí é que surgiu a idéia de estabelecer uma política para os parques do governo do Distrito Federal. Essa política tem como meta transformar Brasília na cidade dos parques.

Eu sou professor de Educação Física da Fundação Educacional e recebi a missão do governador na verdade não foi missão, foi imposição mesmo para que eu coordenasse a comissão. Nós estamos buscando melhorar a qualidade de vida dos moradores do DF e qualidade de vida tem tudo a ver com atividades físicas.

- 2) Como surgiu a Comissão e porque uma comissão multissetorial?

Quando eu recebi a missão de implantar o primeiro parque que foi o Ermida Dom Bosco, e o governador me deu abertura para que eu convidasse e chamasse para discutir o projeto do Ermida dom Bosco, quem eu achasse melhor. Eu precisava de 19 pessoas para formar a comissão, por que antes o que ocorria? Um projeto para qualquer implantação de parques, ele parava nas gavetas, demorava e não ia para frente. Então, eu fui chamando os segmentos, por exemplo: NOVACAP, TERRACAP, IFAN, porque a Ermida Dom Bosco é uma área tombada, então precisava do parecer do IFAN. Então, nós reunimos 19 pessoas, aí quando eu levei a relação para o governador ele falou assim: "isso é muita gente e você vai acabar se enrolando". Eu pensei: se não der certo e se eu me enrolar eu serei o primeiro a perceber. E no final deu certo, nós fizemos uma discussão bem ampla do Ermida Dom Bosco.

E por que ela tem que ser multissetorial, que dizer com vários órgãos representados? Que cada órgão, cada segmento do governo do DF, tem uma influência, tem uma parcela de participação. Exemplo: verificar a situação fundiária da área é papel da Terracap, por que alguns parques foram criados na área particular em áreas desapropriadas comum ou em áreas públicas, públicas está mais fácil, mas os outros ficam mais complicados; A secretaria de obras com as obras; a Novacap porque ela é segmento da secretaria de obras e tem uma participação, por exemplo, com águas pluviais; a secretaria de Meio Ambiente por que tem um aspecto ambiental; a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, por que é ela que faz o planejamento de uma cidade no caso de Brasília, das cidades satélites e assentamentos. Então, se não for uma equipe multidisciplinar ou multifacetária, como queira, para fazer esse trabalho interface não tem como implementar.

Outro aspecto importante, é que o governador chamou para si essa responsabilidade. E por que eu sou ligado diretamente a ele, por participar do gabinete e por estar personal trainer dele já há doze anos. Então, todo dia nós discutimos o que fazer sobre política, as ações, e isso facilita.

- 3) Como a comissão tem tratado os moradores locais? Existe um impacto no momento que se muda a destinação de uma área para a comunidade local, como vocês se vêem esse impacto na comunidade?

Nós resolvemos isso através do esclarecimento. Através da negociação. Através da informação, no caso do morador lindeiro, daquele que fica próximo. Por que ele está pensando assim? Porque ele está desinformado. Porque você vê, veja o Olhos d'água é semelhante, a esse que você deu exemplo lá do Parque Urbano do Gama, por que é a comunidade lenheira vai tomar conta do parque. Porque um parque para nós só tem razão de ser, se a comunidade utilizá-lo, ocupá-lo. Então, outro aspecto interessante daí já é daqueles que estão dentro da área do parque, estão ocupando, nós temos duas categorias: os ocupantes e os invasores. Ocupante são aqueles que já estavam na época da criação do parque e os invasores são aqueles que chegaram depois. E um aspecto importante, que nós temos sempre trabalhado é criar o parque ou implantar o parque evitando um problema social, procurando evitar um problema social. O que é um problema social? Você chega lá e você tem que sair e não tem direito a nada. Então, o que nós estamos fazendo, nós estamos negociando com as pessoas literalmente estamos negociando e tendo a preocupação em tratá-los da melhor maneira possível, dizem até que eu me tornei um diplomata, mas tudo é a vivência e a experiência. Então, o que ocorre? Aqueles que tem direito a lote e que podem ser incluídos dentro do programa social, por que a implantação do parque é um programa social é um aspecto do programa social nós estamos cedendo um lote urbano para essas pessoas que obviamente satisfazem aqueles itens da lei que regula essa distribuição de lotes.

- 4) Quais são os papéis atribuídos a COMPARQUES, a SEMARH e a ADMINISTRAÇÃO LOCAL?

A atribuição principal da comissão é coordenar a implantação do parque. Assim, nós participaremos da definição da a situação fundiária. Dentro desta definição da situação fundiária: se a área é pública ou privada de quem é a área, tem uma empresa contratada tem a definição da poligonal, ou seja, do limite do parque, além disso, o cercamento e policiamento de 24 h que será feito pela polícia florestal. A SEMARH ela participa como supervisora dos parques e a administrações locais administrações locais ela administra o parque. Então, por exemplo, um parque do Paranoá a direção do parque é da administrações locais administrações locais e a supervisão do que é feito ali dentro, do que executado é da SEMAH.

- 5) Por que não implementar todos os 44 parques do DF? Quais foram os critérios para escolher os

Uma dela é a dificuldades financeiras, que você tem recursos que não tem a dimensão que nós desejaríamos. Então, nós elencamos alguns parques para serem implantados. Outra dificuldade é justamente, essas das ocupações que estão dentro dos parques, por exemplo, o Gama, a Ponte Alta do Gama tem 109 famílias entre ocupantes e invasores, as Copaibas do Lago Sul tem 57 invasores então essa é que é a grande dificuldade. Além do Lago Sul, por exemplo, tem invasão dos moradores, tem gente que o lote termina num local e a cerca tem 150 a 160 m a mais do terreno e agora resiste em retirar. Então, isso demanda uma diplomacia esse é que a verdadeira palavra e convencê-los que eles tem que desocupar a área para que nós implantemos o parque.

O Critério que foi escolhido um em cada satélite e mais de um com aqueles que tenham menos problemas internos, ou seja, menos invasões. Foi por isso que nós deixamos o Gama mais adiante.

- 6) Existe uma formação de um conselho gestor, como isso irá funcionar?

É formado por um grupo de pessoas paritário, são 12 pessoas. Em que, cada parque vai ter um conselho gestor. Então que é que pode participar? A sociedade civil através das associações de moradores, associação industrial e comercial, além disso, institucionais, polícia militar florestal a SEMARH, a secretaria de educação. Então, seis titulares e 6 suplentes de cada segmento desses que acabei de citá-los. É um órgão de assessoramento ao administrador do parque e não é normativo é de assessoramento: discute dá idéias. Em função das idéias dos assuntos discutidos e coordenados pela administrações locais administrações locais ele vai sugerir o que deve ou não ter dentro do parque.

Nome do Entrevistado: Assessor do Deputado César Lacerda

Data da Entrevista: 20 /01/2002

N. ° da fita: 01

- 1) Por que criar uma lei que instituiu um parque na cidade do Gama? Que motivos levaram o Senhor a se preocupar com a criação dessa interessante iniciativa que é o Parque na Cidade do Gama? (aqui ele dele esclarecer os porquês e quem esteve com ele nessa empreitada)

O Gama é uma cidade que possui Km², incluindo área urbana e área rural, e a cidade foi concebida sobre um platô, ou seja, o Gama urbanisticamente não tem para onde crescer. Quando se vai à parte norte você tem a área do CINDACTA e a área de proteção de mananciais, na parte sul e oeste têm-se encostas, e na parte leste a cidade de Santa Maria.

Para que se criasse um parque de atendimento a comunidade, por que o Gama não dispõe, vamos dizer, de um espaço urbano para atendimento ao lazer de sua comunidade. Então, foi necessário à destinação de uma área no Setor Norte e essa área era destinada à criação de outras quadras residenciais do projeto inicial da cidade, feito pelo engenheiro Paulo Hungria que ficou em 2º lugar e somente perdeu para o projeto de Lúcio Costa, acontece que aquela área tem ali um problema muito sério na superfície porque o lençol freático é muito raso. Ali, com meio metro você tem água, sem dizer que mais na parte no extremo norte da área, que aquela área tem 57 ha têm várias nascentes.

Então, a melhor maneira de você preservar e garantir uma área para lazer da comunidade foi destinando aquela área, em que seriam para aquelas áreas residenciais, para a criação de um parque urbano.

- 2) Quais foram os critérios utilizados para se escolher a área destinada para o parque? (O Senhor tem algum outro projeto de lei relacionado à criação de áreas de proteção? Quais? Foram consideradas outras opções para a criação do Parque do Gama)?

O deputado sempre tem esse compromisso de defender o meio ambiente. Tanto é que lá no Gama ele tem na câmara sempre apresentado emendas para a preservação do parque da prainha, que fica ali entre o Gama e a Santa Maria. Da mesma forma que ele tem preocupado com a preservação do Parque Ecológico da Ponte Alta. E naturalmente, com aqueles mananciais do ponte de terra 1,2 e 3. E ali, das nascentes do Chispem e do Ribeirão Alagado que são justamente nascentes que abastecem a comunidade do Gama com água potável.

Para você ter uma idéia o Gama não precisaria de água da barragem do Descoberto até metade deste século, mas como foi havendo uma ocupação desordenada do solo, onde nascem, por exemplo, os ribeirões ponte terra 1,2 e 3, o ribeirão Crispim, o Alagado, o que aconteceu foi ocorrendo o processo de assoreamento destas nascentes.

Hoje, o Gama precisa tomar água lá do Santo Antônio do Descoberto, da barragem do Descoberto. E sai muito caro porque você tem que estar bombeando água numa distância muito grande, você tem que está bombeando o tempo inteiro e isso é um custo muito grande. Se houvesse essa preocupação de se preservar as nascentes que existem na cidade com certeza a cidade até o ano de 2027 e 2030 não necessitaria de água de outros cursos existentes no DF.

- 3) No projeto de lei não se sabe qual é o tamanho real da área, as fontes de recursos para a implantação, nem a exata localização do parque? Por que esses requisitos tão importantes para a implantação do parque não foram definidos no projeto de lei? (Como o órgão de meio ambiente do DF recebeu a proposta do Parque do Gama? Eles ajudaram a decidir a área e localização do Parque? Houve dificuldades para formular e aprovar o seu projeto de lei? Quais? Se com essas perguntas ele não te responder pergunte se há alguma razão específica para que o projeto de lei não contemple localidade precisa do parque.)

O projeto, ele foi um dos primeiros projetos apresentados pelo deputado já no primeiro mandato dele. Ele seguiu toda sua tramitação normal, passou por todas as comissões e foi a plenário e não sofreu nenhuma resistência.

A localização está correta, por que está lá nas proximidades das quadras 1 e 2, realmente ele fica cercado pelas quadras 1 e 2 do Setor Norte. Ele está no Setor Norte, ora se no Setor Norte você só tem duas quadras ao lado dela só pode ser o Parque Urbano Norte. Parque Urbano e Vivencial do Gama, o nome exato dele é esse. Então, não existe erro nenhum na localização, o que acontecer foi que o estudo feito, pela SEMAR eles não souberam localizar no mapa, mas aí foi com um problema talvez das pessoas que não conhecem o Gama. Que se tivessem nos procurado e como o deputado é autor da lei 1959/98 nós diríamos: não a área está aqui. Não houve uma consulta prévia, simplesmente, os técnicos foram lá fizeram, talvez tenham pegado as pranchas do Gama, talvez não tenham ido nem no local. Se eles fossem no local eles saberiam que aquela área fica no Setor Norte.

O Plano Diretor Local, ele coloca, mas não há definição correta disso. Tanto é que corre o risco deles fracionarem o parque. Já houve intenção com a atual administração. Inclusive o deputado denunciou isso, que as pessoas queriam criar lotes na quadra 02, tá entendendo, mapear ali para algumas entidades. Ou seja, havendo um prejuízo enorme para a comunidade, você tem que está preocupado que o político, que é a maioria dos políticos, o que lamentável, estão preocupados com as próximas eleições e não com as próximas gerações. E o trabalho do Deputado César Lacerda foi para as próximas gerações e não para as próximas eleições.

Daqui um tempo, 20 ou 30 anos, é que a comunidade do Gama via dizer: pôxa que felicidade nós termos esse parque, que caso contrário nós não teríamos nada. Entendeu, visto pelo ponto de vista eleitoral, ora, mas mexer com parque...A gente tem muitos chacareiros que se viram contra o deputado, várias pessoas que estavam com o pé dentro da área, com seu lotinho, foram também barradas. Você está entendendo, e essas pessoas são de entidades de igrejas, de entidades representativas da comunidade. E essas pessoas se sentiram afetadas por essa ação do deputado, naturalmente e eleitoralmente ele perdeu muito mais do que ganhou. Mas, ora se o custo de ser reeleito é acabar com a cidade nós preferimos continuar e que a comunidade nos puna por defender seu futuro.

- 4) Houve participação da comunidade gamense na idéia de criação do projeto de lei? Como? (Que grupos sociais / partes do seu eleitorado estiveram envolvidos com a criação do Parque? O que eles alegaram em favor ou contra a criação do Parque?)

Esse projeto sempre foi uma aspiração da comunidade gamense. É claro, burro do político que faz as coisas da sua própria cabeça, o político tem que fazer coisas em consonância com os interesses da comunidade. O deputado, naturalmente para apresentar esse projeto já havia uma movimentação no Gama, não uma movimentação aberta, como existe hoje. Hoje existe a associação dos moradores do Setor Norte que têm brigado muito. Essas pessoas hoje têm dado respaldo total não ao deputado César Lacerda, mas ao parque urbano, porque eles entendem essa compreensão que o deputado teve.

Desde a época que ele foi administrador regional, que ele vem lutando por esse parque, que se consolidou com essa lei, inclusive para você ter uma idéia nós temos aqui hoje a emenda ao orçamento do DF que você é testemunha.

Destinamos R\$ 100.000 só pro cercamento do Parque Urbano. Ou seja, mas você diz com cem mil não dá para fazer quase nada, pior é você não ter nada, o importante do orçamento é você ter a rubrica é um código específico para que você faça uma obra. Daí o ano que vem se o governo falar assim: nós realmente temos que cercar o parque é só ele suplementar essa rubrica e aí ele pode colocar mais duzentos, trezentos ou quatrocentos mil, quanto dinheiro ele precisar. Pior será se ele quiser fazer a obra e não ter a rubrica. Quer dizer a preocupação do deputado todos os anos é garantir o orçamento para o parque urbano.

4.1- Existem pessoas contra e a favor da criação e implementação do parque?

O que existe favorável são pessoas realmente preocupadas com o futuro do Gama, os legítimos moradores e os contrários são justamente as entidades que acha que terra pública é privada que pode ocupar sem pagar, que podem invadir, que podem fazer tudo. Essas pessoas realmente eu quero que continuem contra nós. Essas pessoas que não têm preocupação com o futuro do Gama que elas fiquem contra nós, nós não temos a menor preocupação com isso.

E aquelas que têm preocupação com o futuro da cidade e quando se fala em futuro da cidade ele passa obrigatoriamente pela criação e manutenção deste parque urbano. É essa a preocupação que o deputado sempre teve e a preocupação que ele tem lutado, a gente não está legislando para agradar a todos, nós não temos essa preocupação de agradar a todo mundo.

Nós tivemos o dobro de votos nesta última eleição. Quer dizer a resposta que o deputado é extremamente positiva, se você pegar as últimas três pesquisas encomendadas pelo GDF o deputado entra em 4º lugar quer que isso seja um bom sinal. Sinal de que a comunidade tem sido receptiva ao trabalho que ele tem feito na defesa e na melhoria da qualidade de vida da sociedade brasiliense como um todo.

5) Sabe-se que a área destinada ao parque encontra-se totalmente abandonada. Quais os motivos que fizeram com que essa realidade acontecesse. Quem, hoje, é responsável em cuidar da área? (O senhor tem informações das razões que levaram o GDF a dar mais prioridade à implementação de outros parques muito mais jovens que o do Gama, como é o caso do Parque Olhos d'água na 409 Norte?) (Deve ser alguma das seguintes alternativas: Problemas fundiários. Conflitos sociais na área do Gama. Interesse político voltado a outro tipo de eleitor?)

Você sabe bem que Brasília não tem municípios por que a Constituição Federal veda isso. Por isso, nós temos as cidades satélites que são administradas pelos administradores regionais. Esse administrador que tem a responsabilidade e a obrigação de defender o patrimônio público. E não somente o parque urbano, mas todo a área urbana.

Na verdade o parque olhos d'água não mais jovem é que outros parques são mais antigos. O parque de Águas Claras houve uma movimentação muito mais efetiva da comunidade, até pelos níveis de informação que a cidade tem. Não significa que a comunidade do Gama não brigue pelos seus interesses. Mas, os anseios da comunidade Gamense são diferentes dos anseios de outras comunidades de outras cidades. As prioridades da comunidade do Gama, hoje, são a ampliação do Estádio Bezerão, a implantação da área da UnB. Esses são projetos que o deputado está garantido orçamento. Então, a gente tem essa preocupação, você não tem como abarcar tudo, mas vamos pegar as prioridades da cidade. Hoje o Gama precisa do Parque Urbano implantado, da transferência da rodoviária para o Setor Sul da cidade, da reforma do bezerão, da área da UnB, da implantação dos setores de desenvolvimento econômicos.

Agora a questão do Parque Urbano ele tem que ser implantado imediato acontece que outros políticos normalmente não fazem nada por que acham que irá dar voto para o deputado que fez a lei. Se esse deputado fala assim: Não esse projeto é do deputado eu vou encampá-lo por que é importante para a sociedade. Então as coisas funcionariam melhor. O político tem que entender que quando ele está no poder executivo ele é governador e ele administra todos, ele administra o patrimônio de todos.

5) Existe uma preocupação do deputado com a problemática do não cumprimento da lei, dado que desde a criação que data de 1998 nada na área foi feito? Em 18 de julho de 2000 o Congresso Nacional aprovou a lei do SNUC (LEI No 9.985), prevê a consulta popular por meio de audiência pública para a criação de unidades de proteção. Também incentiva as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação. O que o Senhor acha disso? (Observar se o deputado demonstra conhecimento da lei ou interesse registrar o número da lei para uma consulta posterior. Isso será uma prova de algum compromisso com a questão "Parques").

Eu acho que se criam leis como se criam filhos na Índia. Na Índia daqui a 10 anos a população está maior do que a da China. Não adianta você criar leis e não instrumentalizar o que você cria e isso não vem ocorrendo por parte dos governos federal, estadual e municipal.

Quanto à participação com qual instrumento essa vai se dar? Que é que é o problema, só a lei em si não instrumentaliza à participação popular. Se não houver efetivo engajamento dos governos federal, estadual e municipal não vai adiantar. Se você não instrumentaliza a sociedade através da educação, para que ele defenda seus interesses, para que ela saiba que é produto deste meio fica muito difícil. Por que você veja bem você vai legitimar a participação popular, perfeito, participar das discussões, mas qual o local que participa? Lago Sul, Guarã, Cruzeiro, Plano Piloto essas unidades mais instruídas que tem mais acesso à educação que tem uma renda maior. Mas, quando você chega em outras localidades

que a renda não é nada que o povo não tem nem para se manter vivo, como é que esse povo vais se preocupar com a água que está nascendo ali, com o pé -de- ipê rosa, branco ou amarelo, não vai!

Como é que ele vai se preocupar se aquela área poderia ser um parque. Se esse povo não tem educação para isso. E se esse povo não tem suas necessidades atendidas. Você pode ver, essa lei foi aprovada há quanto tempo? Você viu alguma publicidade disso na imprensa? Você viu o governo fazendo alguma palestra aberta sobre ela? Você viu o governo colocar na Rede Globo? A lei é ótima e qual o compromisso do executivo?

Nome do Entrevistado: Marcos Moreno

Função: Presidente da Associação de Moradores do Setor Norte

Data da Entrevista: 20/08/2002

N.º da fita: 04.

1) Na sua opinião o que vai significar para a população gamense a instituição do Parque Urbano e Vivencial do Gama?

Olha, o parque vai abrir uma possibilidade de nós termos um espaço de lazer, educativo que no Gama é tão ausente. A minha preocupação é que é um espaço que se encontra tão degradado, que tem nascentes tão importantes. Quando eu era pequeno eu brincava naquele espaço até peixinhos tinha na área ela era tão bonita e hoje o que eu vejo é apenas lixo e sujeira.

2) Sabe-se que no projeto inicial a área, atualmente destinada à criação do parque, era uma área residencial. Como foi contemplado pelo projeto inicial do Gama à construção das quadras residenciais 3 e 4 do Setor Norte. Em que momento a associação tomou conhecimento da mudança de destinação desta área?

Na verdade esse parque já era um estudo antigo da Codeplan que já indicava essa área como sensível ambientalmente, pois tem um solo hidromófico, e também sujeira que essa área fosse preservada, eu tenho do documento deste estudo. Aí em conversas com pessoas daqui do setor norte eu fiquei sabendo deste estudo. Foi quando o César Lacerda acabou cirando a lei, pois ele já tinha sido administrador do Gama e sabia mais do que ninguém que essa área tinha sido indicada para preservação. Eu não tiro o mérito dele ao ter feito a lei, mas eu acho que ele viu uma oportunidade boa ao criar essa lei.

Até o Paulo Otávio, tinha tentado construir prédios na área, mas ele também percebeu que a área era muito encharcada, a gente sabe que poderia ser drenada, mas que poderia ter aumentado o custo da obra e, além disso, dar problemas futuro para as construções. Mas ainda bem ele percebeu isso. Eu achei isso ótimo, e comeci a lutar pela implantação do parque, mas não tem sido fácil, às vezes tenho vontade de desistir, por que é uma luta muito difícil eles tem muito mais força do que eu. Tenho vontade de desistir por que o administrador é o que mais degrada a área já entramos várias vezes contra ele no Ministério Público, tenho os documentos, aí ele tenta fazer as coisas certas, mas dura pouco. O próprio César Lacerda deu uma área para um chacareiro morar lá, acho que depois ele se arrependeu de ter criado a lei, por que muita gente ficou contra ele, principalmente os moradores dentro da área.

2) Existe um movimento organizado pela associação em defesa dessa área para a implantação do parque. Quais são os objetivos deste movimento e quais são as principais dificuldades enfrentadas?

Aquilo que eu já disse, a própria administração tem dificultado o trabalho, e agora eu estou esperando a formação do conselho gestor do parque e nada saiu, eles só prometem e não cumprem. Com esse conselho nós tomaríamos as decisões sobre a área, além de poder participar dos problemas da área, mas eu já estou esperando há um tempão o cumprimento desta promessa e nada.

3) Você reconhece os grupos a favor e contra a criação do parque?

Olha, os chacareiros foram contra o parque por que eles tinham medo de perder os seus lotes, que eles já moram a mais de 30 anos, mas quando eles perceberam que poderiam ser removidos eles mudaram de idéia, agora eles não são contra o parque. E tão até se unindo a nós na luta e querem saber o que vai acontecer com eles. Eu defendo a luta deles e defendo hoje também que as instituições como o lar dos velhinhos, a Igreja e a maçonaria. É claro que em alguns momentos nós tivemos brigas, por que o padre da igreja queria aumentar sua área e aí nós tivemos que falar com ele sobre a invasão do parque e ele acabaram concordando. Mas, a instituição da Laura Werneck, que está se candidatando, outro dia no domingo à noite ela cercou uma área dentro do parque, aí eu fui à administração e perguntei se eles não estavam vendo aquilo, e foi uma briga. Acontece que o administrador apóia esse pessoal e dá cobertura às ações deles e fica muito difícil controlar.

Então num momento a gente pode se unir se for para implantar o parque, mas enquanto eles se quiserem invadir eu serei contra eles, mas às vezes tenho vontade de desistir, e deixar com que se invadam e muito uma luta

sozinha, os moradores acabam perguntando para mim: E aí Marcão cadê o parque? Como se eu fosse o responsável em sozinho fazer as coisas acontecerem e é isso que me desanima.

4) Quem, na sua opinião, deveria implementar o parque, então?

Na minha opinião a administração tem esse papel, mas eu sei que o GDF tem feito uma política de parques, e sei se a sociedade gamense não se mobilizar nosso parque nunca vai se o escolhido, por que é uma área muito boa para especulação. E todos sabemos que o atual governo dá muito valor para invasões de terra. Por exemplo, o deputado Wilson Lima já fez projetos mudando a destinação da área, dando área para igrejas, tá aqui a lei, o próprio César Lacerda também já fez isso. E se a sociedade não se organizar acho que a área do parque poderá se tornar mais uma invasão no meio da cidade, como já está sendo.

Nome do Entrevistado: Rodrigo Studar
Cargo: Diretor dos Parques - SEMARH
Data da Entrevista: 15/08/2002
N.º da fita: 02.

1) Qual o papel da SEMARH na implementação e gestão dos parques?

O nosso trabalho é de supervisionar os parques. Então, o que acontece, por exemplo, Parque da Cidade a administração é da Administrações locais de Brasília e sempre quando somos chamados a darmos uma assistência técnica nós vamos lá ou supervisionar, também, para não deixar que nada seja feito errado. Apesar da comunidade identificar que a SEMARH que é a administradora dos parques. A administração do parque é das administrações regionais e o único parque que nós administramos é o Olhos d'água. Como nós organizamos: nós temos supervisores de parques e cada técnico supervisiona de 6 a 10 parques e aí toda vez que a administração demanda um trabalho técnico até a intermediação entre eles e a Comparque nós fazemos.

2) Como funciona o relacionamento técnico da SEMARH com as ações políticas da COMPARQUES?

Efetivamente, hoje, nós estamos a reboque da Comparques. Ela decide onde o parque vai ser criado, pois a muito parque decretado que de fato não foi implementado. Como eles têm verba e nós não, a agenda do que vai ser implementado e aonde é deles. E nós vamos atrás dando assistência. Como a verba é repassada a eles cabe a nós apenas auxiliá-los.

3) Poderia-se afirmar, então, que o que predomina nas decisão é a vontade política?

Não nem sempre. Por exemplo, foi criado o último parque agora de número 58 ele foi criado em frente ao Palácio do Jaburu e a Academia de Tênis e por que foi criado um parque ali? Para coibir uma invasão e isso eu não vejo que seja uma decisão política e sim técnica. Você tinha uma invasão que saiu de controle e se criou um parque e com a criação do parque você tira os invasores e cerca a área. Então, o cercamento tem uma influência psicológica muito grande sobre os invasores, que dizer: eles vêm com a cerca que tem um proprietário que está tomando conta. Ao passo que uma área que não está cercada funciona como uma área de ninguém.

O último parque criado eu vejo com uma decisão técnica cabe um parque ali e apesar da invasão é uma área ainda preservada. Então vamos criar um parque ali para dar uma luz a área.

Todos os parques propostos pela SEMARH se basearam em atributos naturais. Você vai ao parque do Gama que tem uma cachoeirinha, apesar de o Crispim está poluído, mas eu lembro muito bem há muito tempo quando se propôs à criação de um parque ali foi pelos atributos naturais. E aí tem uma situação de conflito que nós estamos adaptando nossos parques ao SNUC por que os nossos parques são de Uso Ecológico e Vivenciais, então aquela filosofia de conciliar Homem e Natureza. O que nós não temos é força política nem verba para fecharmos pequenas áreas só com patrimônio ecológico e administrar é a história da lagartixa "vamos ter que dar o rabo para salvarmos o corpo", então o que foi nossa estratégia: foi criar parques que efetivamente a população tenha acesso e aí você justifica manter o atributo natural. E paralelamente, quase todo parque desse tem um trabalho a Educação Ambiental, então você dentro de um parque você oferece lazer, conservação ambiental, e você dá a chance de você educar a população in locu.

3) Você identificaria impactos (positivos e negativos) dos parques na comunidade.

Tem. a medida que a comunidade vê naquela área conservada seu objeto de lazer ela via começar a se apegar aquilo. Então, por exemplo, você pega 20 ou 30 anos paisagismo era exótico, com o tempo você vai criando uma identificação com o paisagismo do cerrado. Se uma certa planta tem um valor paisagístico, então ela já tem valor, ela deixa de ser "mato". Você começa a mudar e a próxima geração que vem aí ela vai valorizar muito mais o cerrado do que a nossa geração por que ela via ter contato direto com o cerrado. Ela vai ver um piqui florescer e ela via começar a valorizar

uma planta do cerrado. A arborização de Brasília era basicamente mangueira e você já vê que houve uma certa mudança de mentalidade.

Esses parques têm uma coisa muito interessante também, Brasília tá ficando ilhada e eu não sei o impacto que isso tem no todo do Distrito Federal. Eu vejo esse parque como pequenas ilhas verdes dentro dos aglomerados urbanos. Qual o efeito disso? Primeiro, você pode usar esses parques para estabelecer matrizes de sementes, hoje o DPJ tem que pegar o carro a 150 Km de Brasília para coletar sementes para produzir mudas e esses parques são uma chance ideal para você ter matrizes certificadas no centro da cidade e isso vai facilitar muito a arborização do centro das cidades.

Esses parques eles são amortecedores da questão microclimática uma área só urbanizada ela é muito quente. E aí você coloca parquinhos no meio e você dá uma aliviada no clima e outra questão é o lazer, você chega em casa cansado se você tiver um parquinho para usar a população começa a valorizar.

Existem muitos conflitos e ele é intenso durante a implantação do parque não vou dizer todo, mas a maioria desses parques houve conflitos muito grande para serem implantados. No Olhos d'água foi uma briga entre Sanção e Golias, para se conseguir implantar, por que a especulação imobiliária e até a própria Terracap fez uma pressão para que aquilo fosse área para projeção de prédios foi enorme. Logicamente quanto é que não vale aquela área se você for vender. E hoje nós estamos tendo problema com o Parque Sul que fica atrás do Maristão, por que é uma área muito valorizada. Agora, pela lei nada pode ser construído ali por que têm nascentes. A câmara mandou um projeto de lei, mas foi vetado, não sei se por questão política especulação imobiliária. Mas nenhum parque nosso, principalmente, no Plano Piloto foi implementado sem muita briga. Agora depois que ele é implementado acabou, a população começa a valorizar os imóveis do entorno. Nós não sofremos pressão depois que o parque é decretado para se desconstituir um parque esse tipo de pressão até agora nós nunca sofremos. Parque Olhos D'água está implementado tem conflito fundiário dentro dele uma parte dele não se sabe muito bem quem é o dono, mas não há nenhum movimento no sentido de desconstituí-lo, mas apenas de resolver essa questão fundiária.

4) Gostaria que o Senhor me falasse sobre as questões fundiárias no interior dos parques?

A questão fundiária do DF como um todo é muito complicada. A Terracap, muitas vezes, tem documento provando que a terra é dela e de repente a aparece alguém dizendo que não é com outro documento e isso é uma coisa muito comum.

Se você for esperar resolver todos os problemas fundiários você não faz nada.

5) O Senhor consegue identificar os principais mecanismos de pressão dos agentes imobiliários?

Tem vários tipos. Tem um que a área é um parque e o Ministério Público determina que nada pode ser construído a não ser um parque, por que há nascentes que determinam área de proteção permanente não adianta vocês licitarem que nada vai ser construído e efetivamente foi licitado e vendido. Então por exemplo, esse proprietário ele está pressionando a gente a conseguir o licenciamento e a gente não pode dar por que tem a questão do Ministério Público ta em cima. Por que se ele conseguir o licenciamento ele constrói logo e ninguém vai mandar demolir o prédio.

Tem pressão de todo tipo e de toda ordem. Quanto maior o empreendedor mais força ele tem para pressionar. O que nós fazemos é mandar os proprietários entrarem na justiça para reaverem o dinheiro.

6) O Senhor poderia dizer como se dá o relacionamento da Semarh e Comunidade.

Nós trabalhamos em condições precárias. O nosso maior patrimônio aqui é o cérebro das pessoas e a boa vontade, mas não adianta por mais quase faça não adianta as pessoas só se manifestam para reclamar para criticar e nunca para elogiar. Então, nós estamos acostumados com isso, não há nenhuma mágoa nós procuramos trabalhar juntos com a comunidade e já sabemos o que vai acontecer. Nós vamos dar 99% e se não conseguirmos dar 100% vai acontecer um festival de críticas. Mas, não é por isso que nós desanimamos.

Nós temos o setor de Educação Ambiental, nós damos formação para professores por que eles são os difusores. É considerado um dos melhores cursos de Educação Ambiental e também nós damos cursos para as crianças. Pois, temos certeza que os adultos de amanhã terão uma consciência melhor do que a nossa principalmente sobre o cerrado. Essa área vai muito bem por que depende muito mais de cabeça do que de recursos materiais.

Com as associações de moradores não dá certo. Por que cada uma delas tem objetivos específicos, e geralmente há conflitos entre o objetivos específico e o maior, então no fim as reuniões nós vamos lá para sermos criticados.

A minha experiência, e eu não estou falando em nome da secretaria, todas as vezes que eu participei de reuniões em que haviam organizações não governamentais ou uma associação. Eles, logicamente, estão defendendo o interesse deles nas reuniões e geralmente têm conflitos. Então, é difícil e você como governo e Estado você tem que ver o todo e as associações estão interessadas no problema específico delas e muitas vezes gera conflito. A associação é nossa aliada quando é para um que está errado. Mas na hora que nós vamos cobrar da associação algo que ela também está fazendo errado aí ela deixa de ser nossa parceira.

6) Como o Senhor acha que vai funcionar o Conselho Gestor?

Eu acho isso uma grande utopia. É uma opinião pessoal minha. Nós temos uma larga experiência de Conama e são reuniões conflituosas e é difícil agradar a todos. Decide pouco e se reúne pouco por que os conflitos são

muito grandes. Então, por exemplo, quando há a participação da comunidade os grupos mais fortes, mais organizados se sobrepõem aqueles que são mais fracos e menos organizados. E aí de repente teria que entrar a mão do governo ou Estado para contra balancear e isso de fato não acontece. Então, eu vejo o seguinte num Estado democrático onde você elege do síndico do prédio até o Presidente da República esses deveriam ser os representantes de todos deveriam...Teoricamente falando nós já estamos representados, mas tudo bem vamos abrir espaço para as associações, mas você não pode abrir para todas as associações seria impossível, então quem são representadas são as associações que tem mais poder político ou econômico. Todas aquelas outras que não têm assento naquele quorum, simplesmente, deixam de ser representadas.

Eu tive muita experiência. E funciona assim a reunião corre tudo bem e quando você toca no ponto onde diverge dos interesses deles a coisa desanda.

7) Economicamente as áreas verdes são viáveis

Muitas vezes nós contamos com a sensibilidade não só para a questão financeira, O Presidente da Terracap deveria tá brigando pelo faturamento da empresa, a Terracap é uma empresa e toda empresa tem que maximizar os lucros, mas ele foi sensível às questões ambientais. A questão econômica pesa mais, mais no setor privado do que no setor público, mas há casos em que isso é diferente.

8) Como é a demanda de recursos financeiros para os parques?

Nunca vem, qual é a briga, por exemplo, a primeira briga para você implementar um parque é uma briga política você fazer com que um parque, ou seja, decretado ou vire um projeto de lei. Agora o parque sendo implementado, ele tá pronto? Não. Existe uma área que às vezes não tem nem uma poligonal definida, às vezes, ele é decretado sem você saber exatamente onde a cerca vai passar, mas por decreto ou por lei podemos garantir que aquilo ali não vai virar área urbana. Área urbana no sentido de ser loteado, pó que os parques estão efetivamente dentro de área urbana. Próxima briga, se não foi a poligonal definida a gente conseguir um outro decreto ou uma outra lei com a poligonal. Terceira briga, verba para cercar. Quarta briga, verba para o plano de manejo o pleno diretor de ocupação dependendo do tamanho da área existem áreas que são tão pequenas que, existem parques que são um pouco maior do que um campo de futebol é o que nós conseguimos salvar existem parques que são tão pequenos que não cabe plano de manejo caber realmente um plano diretor de ocupação aqui vai ser a sede, aqui serão os chuveiros. A quarta briga, implantar o que está no plano de manejo e aí vem uma briga eterna que é a manutenção. Administrar com dinheiro é fácil sem dinheiro é uma arte.

Todo dia tem alguma associação reivindicando direitos e muitas coisas eu acho justo apesar de a lei não permitir, mas eu acho justo, nós trabalhamos encima da lei se a lei tá certa ou não aí o fórum para se discutir isso não é aqui.

Nome do Entrevistado: - Euzébio de Queiroz

Cargo: Administrador do Gama

Data da Entrevista: 22 /08/2002

N.º da fita: três.

1) A lei 1959/98, de iniciativa do Deputado César Lacerda, instituiu o Parque Urbano e Vivencial no Setor Norte. O Senhor tem conhecimento:

- Dos motivos que levaram a criação deste Parque?
- De quais foram os grupos que apoiaram / resistiram à idéia do Parque?
-

O Parque Urbano Norte já foi criado no primeiro plano diretor da cidade, ele foi previsto deste o início da construção da cidade do Gama. A lei, do deputado César Lacerda, que regulamenta o parque ela aconteceu após aquelas não foram invasões, mas, por exemplo: os moradores mais antigos têm uma autorização do INCRA, autorizações antigas, já vencidas, então eles ocuparam com uma certa autorização.

A questão das entidades que estão localizadas, elas, na minha maneira de ver, com o conhecimento que eu tenho do parque, elas não atrapalhariam a implantação do parque, porque elas estão localizadas no anel, tanto é que nós fizemos o calçadão ali e está sendo bastante utilizado pelo pessoal da terceira idade e que são pessoas que carecem de espaço para que eles possam promover suas caminhadas e ali já foi o início de valorizar o parque.

2) Saber se ele reconhece os atributos, a importância da preservação da área, para o abastecimento de água da cidade e se ele declara conhecer as invasões na área.

É um manancial, precisamos preservar a parte do parque que é um manancial e que têm riquezas naturais, então não podemos de jeito nenhum deixar de ter um projeto para ali.

Eu assumi a administração do Gama há dois anos e dois meses atrás e algumas benfeitorias eu já realizei, o problema da limpeza da área eu faço sistematicamente, mas a sociedade que vai ser a mais beneficiada, porque uma reserva dentro da cidade, uma manancial dentro da cidade gera qualidade de vida. Então, a sociedade tem que entender isso e ela tem que ajudar a cuidar, por que na realidade do que está acontecendo ali é um depósito de lixo e a própria sociedade que deveria participar da limpeza e manter limpo, ela não tem dado, e eu não estou generalizando, esse valor devido.

- 3) Se o entrevistado mencionar abastecimento... Qual o grau de importância que a administração central do Gama dá a Parque? Como a atual administração procura atuar na gestão do Parque?

O que nós fizemos com relação não só ao parque urbano, mas a prainha e ao ponte alta. Nós criamos o Conselho Gestor, o que é o conselho gestor? É um grupo que vai administrar os parques e que é composto pelos representantes da cidade e que vai administrar o parque, o governo vai dar o apoio. Mas a geração de qualidade de vida também tem que ser uma atribuição da sociedade.

- 4) Como o Senhor avalia a relação custo-benefício entre fazer a captação de água em outro lugar, intensificar o tratamento da água, e realçar os ocupantes do Parque? As autoridades têm essa mesma percepção?

Então, todos esses conselhos gestores já estão formados e já está na Comparques e o que nós estamos aguardando é que durante esses dois anos que eu estou na administração não tinha verba prevista no orçamento para cercar o parque e nós já estamos deixando no orçamento e esse é um compromisso que eu tenho com a cidade, embora meu compromisso nesse governo termina em 31 de dezembro. Mas eu vou deixar no orçamento da cidade para do próximo ano a verba prevista no orçamento vamos encaminhar na câmara legislativa certamente os deputados que representam a cidade vão votar porque é de interesse da sociedade. Mas a minha parte eu vou fazer e eu vou sugerir o orçamento para que a gente possa além de cercar fazer algumas benfeitorias para que a sociedade possa se beneficiar.

A definição da ocupação das entidades está prevista no Plano Diretor do Gama, e esse PDL ainda não foi votado pela câmara legislativa e está na mesa de votação, cremos nós que ainda vai ser votado esse mês para definir. Definindo, nós vamos definir a poligonal do parque e só então ele vai ser criado como parque urbano. Aí nós vamos tratar de quê? Da desocupação, por exemplo, as ocupações mais antigas é que fere o parque que está exatamente dentro da área do manancial e o governo não faz injustiça àquelas pessoas que ali moram a tantos anos e que tem direito adquirido certamente o governo estará aberto a negociar e pra arrumar uma outra área para que as pessoas continuem desenvolvendo suas atividades. Com isso, nós estamos proporcionando a comunidade do Gama um espaço fantástico que é aquilo ali e por outro lado também estamos sendo justos com as pessoas que estão ali.

- 5) Quais os principais parceiros?

Ta previsto no PDL o assentamento das invasões como o lar dos velhinhos em todo o anel viário do parque, até por que as pessoas da terceira idade e maçonaria, além das ONGS, poderão ser grandes aliados nosso na conservação e no desenvolvimento das atividades do parque.

Existe as ONGS que são uma alavanca na preservação ambiental e têm nos auxiliados também preocupados em ajudar a comunidade a se conscientizar que aquilo é importante para eles mesmos. Aqui no Gama tem algumas ONGS atuando, as pessoas que moram aqui há muito tempo, os pioneiros que se preocupam, quando você começa a depredar uma área de preservação ambiental você também está prejudicando a qualidade de vida da cidade. Há hoje um interesse uma movimentação já muito maior do que tinha antes com relação à gente preservar aquele parque.

- 6) Quais as principais dificuldades enfrentadas ?

A maior preocupação e dificuldades são os recursos financeiros, por que a cidade tem outras prioridades, também, por exemplo: a Cidade do Gama não tinha o seu esgoto tratado, então nós tínhamos um problema sério com aqueles mananciais maiores que é o rio Ponte Alta, o Alagado e o Crispim que se poluíram ao longo dos anos. Então para você resolver esses problemas que é um problema sério não adianta ter um parque aqui e ter por outro lado um córrego poluído trazendo conseqüências violentas com relação aos peixes e tudo era o local onde a própria sociedade tomava banho e utilizava aquilo dali poluído. Você tem que ter coragem para fazer as obras principais para que você retome isso aí e por conta disso nós estamos construindo no Gama a nossa estação de tratamento de esgoto iguala a ela só tem 8 no Brasil ela vai ser a 9ª por que o Gama vai ser referência nacional por que 98% do seu esgoto será tratado e na última bacia de tratamento a água vai sair potável.

Nós temos hoje 37 obras concluídas na cidade e que vem resgatar também à vontade da nossa população eu estou agora com uma equipe que iniciou semana passada fazendo uma verdadeira limpeza na cidade e espero que a sociedade me

ajude manter, dos quarenta anos do Gama ela nunca passou pela limpeza que eu estou fazendo agora e diferentes com modernidade. Além da limpeza nós estamos aproveitando todos os resíduos de entulho que não seja de construção-poda de árvore, madeira apodrecida –e nós estamos transformando tudo isso em adubo e já estamos colocando no pé das árvores da cidade. E dentro de 60 dias nós vamos estar com essa cidade limpinha como se fosse o Plano Piloto, mas é preciso que a sociedade me ajude.

Nós temos um cartão de visita do Gama que é a pista de Cooper que deu um outro aspecto a cidade, nós temos a maior empresa de enlatados que escolheu a cidade do Gama-a lactada, eu estou recebendo tantas outras empresas que vem gerar emprego na cidade, então há uma transformação.

ANEXO II - QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte da minha pesquisa de mestrado, que está preocupada em compreender a preferência da comunidade do Gama com relação ao uso da área livre entre as Quadras 1 e 2.

1) O que o (a) Senhor(a) acha dessa área livre existente entre as quadras 1 e 2 do Gama?

- (1) O senhor(a) acha que algo deveria feito nesta área?
 (2) O senhor (a) acha que a área poderia ficar como está?

Por quê ?

2) Quem na sua opinião deveria cuidar dessa área:

- (1) Administração do Gama
 (2) A própria Comunidade (no entorno ?)
 (3) As secretarias de Habitação e Meio Ambiente
 (4) Os Deputados Distritais eleitos pelos moradores do Gama
 (5) Outros:

Por que?

3) Quais as ações que poderiam ser feitas para melhorar esse espaço ?

- (1) Limpeza constante da área
 (2) Investimento para melhorar a segurança da área
 (3) Retirada da água empossada para acabar com mosquitos
 (4) Outros:

4) Com que frequência o Senhor vê os outros moradores utilizando essa área :

- (1) Fazendo caminhadas no fim do dia ou finais de semana ()raro () de vez em quando ()sempre
 (2) jogando de futebol ()raro () de vez em quando ()sempre
 (3) despejando entulho ()raro () de vez em quando ()sempre
 (4) conversando com os amigos ()raro () de vez em quando ()sempre
 (5) Alguma outra atividade?

5) Se o Senhor(a) pudesse decidir sobre a utilização da área livre entre a quadra 1 e 2 do Gama que tipo de uso você acha que ficaria melhor nesta área.

- (1) Comércio ou Indústria
 (2) Parque Ecológico
 (3) Rodoviária do Gama
 (4) Residencial
 (5) Nenhum uso
 (6) Não saberia responder
 (7) Outro:

Por quê ?

6) Se o governo resolvesse criar um Parque Ecológico nesta área o Senhor(a):

- (1) concordaria
 (2) não concordaria

Por quê ?

7) O Senhor(a) sabia que essa área livre entre as quadras 1 e 2 foi destinada a criação de um parque ecológico?

- (1) sim
 (2) não

Se sim, como ficou sabendo?

8) O Senhor(a) sabe porque essa área livre entre as quadras 1 e 2 foi destinada a criação de um parque ecológico?

- (1)sim
 (2)não

Se sim, como ficou sabendo?

9) O Senhor(a) conhece ou já visitou algum parque ecológico?

- (1) sim
 (2) não

Onde?

10) Na sua opinião para que serve um Parque Ecológico?

- (1) para trazer lazer à comunidade
 (2) aumento do barulho pelo fluxo de pessoas e carros
 (3) criminalidade próxima às residências.
 (4) Manter mananciais de água.
 (5) Não saberia responder.

(6) Outros:

11) DADOS PESSOAIS:

a) Idade:.....

b) Quadra de Residência

(1) Quadra 01 do Setor Norte

(2) Quadra 02 do Setor

(3) Quadra 07 do Setor Oeste

c) Sexo

(1) Feminino

(2) Masculino

d) Renda média familiar :

(1) de R\$ 100,00 a 500,00

(2) de R\$ 500,00 a 1.000,00

(3) acima de R\$ 1.000,00

ANEXO III -PARQUES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

| NOME DO PARQUE | ATO DE CRIAÇÃO | REGIÕES ADMINISTRATIVAS |
|-----------------------------|----------------------------|-------------------------|
| Parque Ecológico Burle Marx | Decreto nº 12249 de 7.3.90 | |

| | | |
|---|---------------------------------------|-----------------------------|
| Parque Olhos d'Água | Lei nº 556 de 7.10.93 | RA I- BRASÍLIA |
| Parque das Aves | Decreto nº 17.767 de 18.10.96 | |
| Parque Dona Sarah Kubitschek | Ato de criação não localizado | |
| Parque Recreativo do Gama | Decreto nº 6.953 de 26.08.82 | RA II- GAMA |
| Parque Ecológico e Vivencial da Ponte Alta do Gama | Lei nº 6953 de 26.08.82 | |
| Parque Urbano e Vivencial do Gama | Lei nº 1.696 de 08.06.96 | |
| Parque boca da Mata | Decreto nº13.244 de 07.06.91 | RA III- TAGUATINGA |
| Parque Areal | Decreto nº 16.142 de 09.12.94 | |
| Parque Ecológico Saburo Onoyama | Decreto nº 17222, de 01.10.96 | |
| Parque Ecológico Irmão Afonso Haus | Ato de criação não localizado | |
| Parque do Cortado | Sem ato de criação | |
| Parque Águas Claras | Lei complementar nº 287, de 24.4.2000 | |
| Parque Ecológico Veredinha | Lei nº 302, de 26.8.92 | RA IV- BRAZLÂNDIA |
| Parque dos Jequitibas | Decreto nº 16.239, de 28.12.94 | RA V - SOBRADINHO |
| Parque Recreativo Sobradinho II | Lei nº 932, de 19.09.95 | |
| Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema | Lei nº 14000, de 10.03.97 | |
| Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho | Lei nº 1457, de 05.06.97 | RA VI – PLANALTINA |
| Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira de Pípiripau | Lei nº1.299, de 16.12.96 | |
| Parque Recreativo Sucupira | Lei nº 1318, de 23.12.96 | |
| Parque Ecológico e Vivencial da Lagoa Joaquim de Medeiros | Lei nº 2.247, de 31.12.98 | |
| Parque Ecológico dos Pinquizeiros | Lei nº 2.279, de 7.1.99 | |
| Parque Ecológico do DER | Lei nº 2.312, de 11.02.99 | RA VII- PARANOÁ |
| Parque Ecológico e Vivencial do Retiro | Lei nº 2.355, de 26.4.99 | RA VIII- NUCLEO BANDEIRANTE |
| Parque Urbano do Paranoá | Lei nºDecreto nº 15.899, de 12.9.94 | RA IX- CEILANDIA |
| Parque Recreativo do N. Bandeirante | Lei nº1.446, de 28.5.97 | |
| Parque Ecológico e Vivencial do Rio Descoberto | Lei nº 547, de 23.9.93 | |
| Parque Recreativo do Setor "O" | Lei nº 871, de 5.6.93 | RA X – GUARÁ |
| Parque Ecológico Ezechia Heriger | Lei nº 1.826, de 13.1.98 | RA XI – CRUZEIRO |
| Parque Ecológico e Vivencial Bosque de Eucaliptos | Lei nº 2.014, de 28.7.98 | |
| Parque Urbano do Sudoeste | Lei nº2.360, de 30.4.99 | RA XII – SAMAMBAIA |
| Parque Três Marias | Lei nº 576, de 26.10.93 | RA XIII- SANTA MARIA |
| Parque Recreativo de Santa Maria | Lei nº 2.044, de 28.7.98 | RA XIV- SÃO SEBASTIÃO |
| Parque de São Sebastião | Decreto nº15.898, de 12.9.94 | RA XV- RECANTO DAS EMAS |
| Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas | Lei nº 1.188, de 13.9.96 | RA XVI- LAGO SUL |

| | | |
|--|-------------------------------------|------------------------|
| Parque da Copaíbas | Lei n° 16000, de 25.6.97 | |
| Parque Ecológico e Vivencial Canjerana | Lei n° 1.262, de 13.11.96 | |
| Parque Ecológico Garça Branca | Lei n°1.594, de 25.7.97 | |
| Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul | Lei Complementar n° 57, de 14.1.98 | |
| Parque Ecológico Dom Bosco | Lei Complementar n° 263, de 1.12.99 | |
| Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo | Lei n° 1.705, de 13.10.97 | RA XVII- RIACHO FUNDO |
| Parque Ecológico e Vivencial do Varjão | Lei n° 1.053, de 22.4.96. | RA XVIII- LAGO NORTE |
| Parque Vivencial e Recreativo do Lago Norte | Lei n° 2.429, de 28.7.99 | |
| Parque Ecológico e Vivencial da Candangolândia | Lei n° 1.300, de 16.12.96 | RA XIX- CANDANGOLÂNDIA |

Fonte: LEAL & GANEM (2002)

ANEXO IV - SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DESTINANA Á CRIAÇÃO DO PARQUE URBANO E VIVENCIAL DO GAMA



Foto 01 - Entulho acumulado na área do parque ao lado do Setor Oeste do Gama



Foto 02 - Galpão do Lar dos Velinhos voltado para a quadra 02 do Setor Norte do Gama.



Foto 03 - Chacareiro que se encontra próximo a nascente que a CAESB utiliza para abastecimento da cidade